

ARY ALBUQUERQUE CAVALCANTI JUNIOR

TRÊS MULHERES
E UMA HISTÓRIA

DE LUTA

PELA DEMOCRACIA E PELA
LIBERDADE

ARY ALBUQUERQUE CAVALCANTI JUNIOR

TRÊS MULHERES
E UMA HISTÓRIA

DE LUTA

PELA DEMOCRACIA E PELA
LIBERDADE



pimenta
cultural

São Paulo | 2019

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados

Copyright do texto © 2019 o autor

Copyright da edição © 2019 Pimenta Cultural

Esta obra é licenciada por uma *Licença Creative Commons: by-nc-nd*. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pelo autor para esta obra. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do autor, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

Comissão Editorial Científica

Alaim Souza Neto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Alexandre Antonio Timbane, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil
Alexandre Silva Santos Filho, Universidade Federal do Pará, Brasil
Aline Corso, Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves, Brasil
André Gobbo, Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade Avantis, Brasil
Andressa Wiebusch, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Andreza Regina Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Angela Maria Farah, Centro Universitário de União da Vitória, Brasil
Anísio Batista Pereira, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Arthur Vianna Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Beatriz Braga Bezerra, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Bernadette Beber, Faculdade Avantis, Brasil
Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil
Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Cleonice de Fátima Martins, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Daniele Cristine Rodrigues, Universidade de São Paulo, Brasil
Dayse Sampaio Lopes Borges, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
Delton Aparecido Felipe, Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dorama de Miranda Carvalho, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Elena Maria Mallmann, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Elisiene Borges leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Elizabeth de Paula Pacheco, Instituto Federal de Goiás, Brasil
Emanoel Cesar Pires Assis, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Francisca de Assiz Carvalho, Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
Gracy Cristina Astolpho Duarte, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Handherson Leylton Costa Damasceno, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Heloisa Candello, IBM Research Brazil, IBM BRASIL, Brasil
Inara Antunes Vieira Willerdig, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jacqueline de Castro Rimá, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Jeane Carla Oliveira de Melo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Brasil

Jeronimo Becker Flores, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Joelson Alves Onofre, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil
Joselia Maria Neves, Portugal, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Júlia Carolina da Costa Santos, Universidade Estadual do Maro Grosso do Sul, Brasil
Juliana da Silva Paiva, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, Brasil
Kamil Giglio, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Laionel Vieira da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Lidia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Ligia Stella Baptista Correia, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Luan Gomes dos Santos de Oliveira, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Lucas Rodrigues Lopes, Faculdade de Tecnologia de Mogi Mirim, Brasil
Luciene Correia Santos de Oliveira Luz, Universidade Federal de Goiás; Instituto Federal de Goiás., Brasil
Lucimara Rett, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marcio Bernardino Sirino, Universidade Castelo Branco, Brasil
Marcio Duarte, Faculdades FACCAT, Brasil
Marcos dos Reis Batista, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil
Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Maribel Santos Miranda-Pinto, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal
Marília Matos Gonçalves, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Marina A. E. Negri, Universidade de São Paulo, Brasil
Marta Cristina Goulart Braga, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Michele Marcelo Silva Bortolai, Universidade de São Paulo, Brasil
Miderson Maia, Universidade de São Paulo, Brasil
Patricia Biegging, Universidade de São Paulo, Brasil
Patricia Flavia Mota, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Patricia Mara de Carvalho Costa Leite, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Patrícia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Ramofly Ramofly Bicalho, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Rarielle Rodrigues Lima, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Raul Inácio Busarello, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ricardo Luiz de Bittencourt, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil
Rita Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Rosane de Fatima Antunes Obregon, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Samuel Pompeo, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Tadeu João Ribeiro Baptista, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Tarcísio Vanzin, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Thais Karina Souza do Nascimento, Universidade Federal Do Pará, Brasil
Thiago Barbosa Soares, Instituto Federal Fluminense, Brasil
Valdemar Valente Júnior, Universidade Castelo Branco, Brasil
Vania Ribas Ulbricht, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Wellton da Silva de Fátima, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Wilder Kleber Fernandes de Santana, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Direção Editorial Patricia Bieging
Raul Inácio Busarello
Diretor de sistemas Marcelo Eyng
Diretor de criação Raul Inácio Busarello
Editoração eletrônica Ligia Andrade Machado
Imagens da capa Designed by Freepik
Editora executiva Patricia Bieging
Revisão Autor
Autor Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C376t Cavalcanti Junior, Ary Albuquerque -
Três mulheres e uma história de luta pela democracia
e pela liberdade. Ary Albuquerque Cavalcanti Junior.
São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. 161p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7221-055-3 (eBook)
978-85-7221-056-0 (brochura)

1. Ditadura militar. 2. História. 3. Brasil. 4. Memória.
5. Política. I. Cavalcanti Junior, Ary Albuquerque. II. Título.

CDU: 321
CDD: 323

DOI: 10.31560/pimentacultural/2019.553

PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766-2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



2019

AGRADECIMENTOS

Inicialmente dedico este livro a Deus e Meishu Sama, além de meus antepassados pela permissão.

Agradeço a meus pais Railda e Ary pelo incentivo e amor não só pela vida, mas no apoio em minhas escolhas.

À Naíra Suele pelo companheirismo e amor, salutares para a concretização deste livro.

À meus eternos Dolores Aparecida, Aline Ribeiro, Fábio Adelle por estarem sempre ao meu lado.

À família Carmo e Leite por todo apoio e na crença que isto seria possível.

À Ana Maria de Farias por todo apoio e por contribuir não apenas academicamente, mas na minha evolução como ser humano.

À minhas tias pelo amor e carinho.

Às professoras Ana Maria Colling, Cristina Luna e Lucileide Cardoso pelos momentos de orientação e aprendizado. E um agradecimento especial para as professoras Sara Oliveira e Suzana Severs por todo incentivo.

À Diva Santana e Maria Liége por me permitirem adentrar espaços tão sensíveis de suas vidas e me proporcionar tanto aprendizado. Bem como a todas as pessoas que lutaram por um país livre e democrático.

À Dinaelza (*in memoriam*).

À meus amigos, Maysa Fonseca e família, Jefferson Bingre, Patrícia Souza, Patrícia Silva, Viviane Cunha, Anielle Ressureição, Débora Quelli, Luana Pereira, Ana Carine, Déa Bispo, Vivia Maria, Adalton Passos, Renata Machado, Tâmara Souza, Carize Mercês, Rita Maia, Aura Crepaldi, Ítalo Nelli, Gabriel Brandão, Rosana Andrade, Michele Mansur, Joice Garcia, Aricelle Borges, Suellen Cerqueira, Aluizia Freire, Jucerlene Teixeira, Luiz Antônio e Talita Pina, Vanessa Cassoti, Francielly Lopes, Danúbia Braga, Diogo Nolasco, Thassyana Fernandes, Ricardo Pereira, Kaoana Sopelsa, Francinei Nascimento, Alexsandro Santana, Ende Iasmin, Flávia Karine, Bárbara Freitas e Jayne Oliveira, Jullyane Caldas, José Raimundo das Neves e Orlando Oliveira por em diferentes etapas da minha vida estarem ao meu lado incentivando e me ouvindo.

Agradeço também aos Arquivos Públicos de São Paulo e Rio de Janeiro pelas consultas permitidas, ao Grupo Tortura Nunca Mais- Bahia, ao Programa de Pós Graduação em História Regional e Local (UNEB) e a CAPES pelo incentivo a pesquisa.

Um agradecimento especial a todos meus professores, pois foram peças fundamentais não apenas na minha formação, mas para crer na importância de nossa profissão e o mundo que só a educação é capaz de mudar.

“A gratidão é o sentimento mais nobre que o ser humano possui”.

Mokiti Okada (1882-1955)

Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata

Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória
Gonzaguinha

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Prefácio | 10 |
| Apresentação | 14 |
| Introdução | 19 |
| | |
| Capítulo 1 | |
| A resistência das mulheres à ditadura civil-militar brasileira e suas diferentes abordagens | 28 |
| 1.1 Obras memorialísticas a autobiográficas de mulheres na ditadura..... | 29 |
| 1.2 Obras acadêmicas | 37 |
| 1.2.3 Teses e dissertações | 46 |
| 1.3 Obras e estudos baianos | 51 |
| 1.4 A literatura que rememora a ditadura..... | 55 |
| 1.5 Reflexões e enfrentamentos | 58 |
| | |
| Capítulo 2 | |
| Da militância estudantil à resistência à ditadura: os caminhos da luta..... | 60 |
| 2.1 Da militância no desterro à luta contra a ditadura: experimentação e engajamento | 61 |
| 2.1.1 Do diretório acadêmico à clandestinidade: prisão, família e laços de resistência | 66 |
| 2.1.2 Retornando à Bahia: anistia, perseguição e prisão..... | 88 |
| 2.1.3 A segunda retomada: invasão, mudanças e militância | 100 |
| 2.3 Entre encontros e desencontros da militância | 102 |

Capítulo 3

Um inimigo em comum, lutas diferentes:

da guerrilha do Araguaia à justiça de transição 105

3.1 Dinaelza: do interior da Bahia à guerrilha do Araguaia.... 106

3.2 A luta e a resistência de uma baiana pela anistia..... 114

3.2.3 As lembranças de si 138

Referências 145

Sobre o autor 156

Índice remissivo 157

PREFÁCIO

Mais do que nunca é preciso falar, mais do que nunca é preciso escrever. A ditadura militar no Brasil que teve seu término em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves e vice José Sarney, não morreu. Continua viva nos corações e mentes de muitos brasileiros e brasileiras, como ficou escancarado com a última eleição presidencial e com muitos nas ruas do país defendendo a volta à ditadura. O pedido destes conservadores do apagamento de Paulo Freire na história da educação do Brasil, soou como uma metáfora de apagar a história e a memória de tantos que lutaram pela democracia e pela justiça. Atacar Freire é desconhecer sua tentativa de alfabetizar milhares de brasileiros, retirando das trevas da ignorância, especialmente os mais necessitados.

A ditadura militar ainda está a doer nas entranhas históricas brasileiras. Por não ter sido revisitada por uma crítica nacional, ela continua a assombrar a todos nós. A anistia ampla e irrestrita anistiou a todos – torturados e torturadores, portanto, personagens influentes daquele período continuam detendo poder em nossa política atual. Nos discursos pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no Congresso nacional brasileiro em 2016, o atual presidente, então deputado, ligado aos militares, dedicou seu voto ao coronel Brilhante Ustra, que havia torturado a presidenta. Ustra conhecido como “Major Tibiriçá” foi responsável pelo centro de tortura Doi-Codi entre 1970 e 1974. Em outubro de 2008 num processo inédito no Brasil é declarado e condenado pela justiça como torturador. O mais alarmante é que o voto do deputado parece não ter provocado repúdio da população brasileira.

A ignorância histórica produzida pelo silenciamento sobre aqueles tempos sombrios onde tantos e tantas foram presos, torturados e mortos, assusta qualquer cidadão responsável, em especial

assusta a nós historiadores/as. Mas ao mesmo tempo, nos movimenta, porque percebemos que escrevemos pouco, falamos pouco sobre isso. A carência de história contribui para a falta de memória de um país e pela compreensão equivocada que alguns possuem sobre este período.

Se escrevemos pouco sobre a ditadura militar no Brasil, muito menos escrevemos sobre a participação feminina neste trágico evento. Michele Perrot em *Práticas da Memória feminina*, nos alerta que frequentemente as mulheres apagam delas mesmas as marcas que adquiriram dos passos que deram no mundo, como se deixá-las aparecer fosse uma ofensa à ordem. Esse apagar de marcas seria uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, especialmente no mundo público/político.

1975 é um divisor de águas na luta das mulheres. As resistências no meio da esquerda e da Igreja se amenizam com o Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU. A “rainha do lar” começa a ceder espaço para a militante também engajada na luta pela redemocratização do país. O debate feminista ia se impondo, questionando o relacionamento entre homem e mulher, as discriminações e a violência sofridas pelas mulheres.

Nesta década, as mulheres, já organizadas, combinaram a luta contra ditadura e por melhores condições de vida, com a discussão dos problemas específicos das mulheres como sexualidade, contracepção, aborto, dupla jornada de trabalho e a discriminação econômica, social e política. Era como se fosse uma reação não-armada à repressão política. A questão do “específico feminino” é colocada no clima de contestação geral. A ação política da mulher no período da ditadura militar se dá, portanto, em duas frentes – na luta contra a repressão e na luta contra as desigualdades entre homem e mulher, respeitando as diferenças existentes.

No segundo semestre de 1975 é criado o Movimento Feminino pela Anistia, com o propósito de mobilizar a opinião pública contra as arbitrariedades do governo militar. Movimento importantíssimo que levou esposas, mães, filhas e companheiras a saírem às ruas para denunciar prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos dos atingidos pela repressão. As mulheres haviam mudado. Quatorze anos antes haviam saído às ruas para pedir a deposição do governo João Goulart que propunha medidas democráticas para o país, e foram fundamentais na instalação do governo autoritário com a “Marcha da família com Deus pela liberdade”.

Durante a ditadura militar brasileira, a mulher militante não era apenas uma opositora ao regime militar; era também uma presença que subvertia os valores estabelecidos, que não atribuíam à mulher espaço para a participação política. Como esta questão está presente na sociedade e nas próprias organizações de esquerda, pode-se concluir que as relações de gênero têm uma dimensão que perpassa todas as instâncias e instituições sociais.

Foram tempos difíceis aqueles da ditadura militar. Especialmente para as mulheres que tinham que lutar contra o inimigo externo – os militares -, e com o interno – as organizações de esquerda, que entendiam que a luta pela causa específica da mulher era considerada inoportuna, inconveniente e divisionista.

Portanto, recebemos o trabalho de Ary Albuquerque Cavalcanti Junior com muita alegria, satisfação e respeito. Um historiador preocupado com a memória da nação brasileira. Ao colocar no palco três mulheres baianas, eleva como protagonistas todas as mulheres que lutaram contra a ditadura militar. A história de Maria Liége, Diva e Dinaelza em três formas de luta diferentes, três formas de resistência nos permitem entender não somente a militância feminina, mas também a masculina, pois trabalhar com relações de

gênero é entender a relação política e de poder entre os sexos. Mas, mais do que adentrar no espaço da resistência à ditadura militar, o espaço das/os militantes, através destas três mulheres podemos compreender a história do Brasil daquele período.

Dinaelza morta pelos opressores na Guerrilha do Araguaia, Maria Liége militante do PC do B e hoje engajada nas causas dos movimentos sociais, e, Diva, da luta pela anistia na década de 70 a participante ativa do Grupo Tortura Nunca Mais pela memória dos desaparecidos. Três mulheres que poderiam ser cem, que poderiam ser mil, pois ao contar suas histórias, Ary nos conta a história de tantas mulheres que, juntamente com os homens, lutaram pela liberdade e pela democracia.

Michelle Perrot, renomada historiadora francesa, nos alertava em *Práticas da memória feminina*, que a memória é sexuada e que as mulheres estão ausentes dos relatos históricos, e, que, de diferentes formas precisamos resgatá-las, trazê-las à visibilidade. Se, a ditadura militar brasileira não se transformou ainda em objeto privilegiado de estudo para os historiadores, muito menos a participação feminina nos campos da resistência. Analisar quem a história convoca ou silencia nos seus textos discursivos deveria ser uma tarefa permanente do/a historiador/a.

Ary Albuquerque em sua obra *Três mulheres e uma história de luta pela democracia e pela liberdade* demonstra que as mulheres estão autorizadas a falar, pois a memória é antes de tudo política, é poder, e que resgatar os silêncios é fundamental para a narrativa histórica. Trabalhar com a história das mulheres durante a ditadura militar no Brasil é antes de tudo resgatar a dívida com a memória.

Ana Maria Colling

DOI: 10.31560/pimentacultural/2019.553.10-13

APRESENTAÇÃO

O livro de Ary Albuquerque Cavalcanti Júnior representa parte importante da sua trajetória. De curioso, condição primeira para um bom historiador, vindo de São Paulo, filho de uma baiana forte residente na capital paulista há muitos anos, abarcou por aqui e começou a se interessar pela história das mulheres, que logo descobriria ser história de gênero. Encantava-o especialmente a história daquela geração utópica dos anos 60, que em meio ao autoritarismo protestava politicamente contra a ditadura e contra os costumes. Por outro lado, o medo do autoritarismo lhe espreitava o espírito, o que o fazia admirar ainda mais àqueles que resistiram. Assim, logo percebeu em suas leituras que as mulheres eram secundárias na historiografia e também nas memórias sobre a ditadura militar¹.

Desse modo, lançou-se pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e, depois na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), num mestrado em História Regional e Local, onde contribuiu para o desenvolvimento da historiografia sobre a ditadura, em especial na Bahia, entendendo a resistência de mulheres ao regime, o que conseqüentemente as levou a também contestar o papel que lhes era tradicionalmente imposto na sociedade. É interessante notar que a historiografia sobre a Bahia no período da ditadura ainda é reduzida, mas na última década vários estudos vêm sendo desenvolvidos, ajudando a compreender o estado não somente como uma área de recuo, para onde fugiam os militantes perseguidos pela repressão vindos do eixo Rio- São Paulo, mas também como uma área de resistência e luta. Nesta perspectiva destacamos os estudos dos autores dos dois volumes da coletânea

1. Por um tempo utilizei o termo ditadura civil-militar ou empresarial-militar - a luz principalmente do estudo de René Dreifuss-, para melhor entender o período de 1964 a 1985, mas hoje, na atual conjuntura política e econômica, penso que é mais pertinente ditadura militar, sem que esqueçamos, obviamente, a participação de determinados setores civis.

Ditadura Militar na Bahia publicados em 2009 e 2014, respectivamente, além do livro de Sandra Regina Barbosa da Silva Souza intitulado *Ousar lutar, Ousar Vencer*, no qual analisa as histórias da luta armada em Salvador entre os anos de 1969 a 1971.

Portanto, a Bahia, assim como vários territórios do nosso imenso país, sofreu os impactos do autoritarismo e assistiu a processos de resistência, que carecem ser estudados. Pouco a pouco, Ary foi se interessando por essas histórias, sobretudo as de mulheres, que deixaram o ambiente privado para a luta política pública e cujas memórias foram silenciadas ao longo do tempo em meio a inexistência de uma justiça de transição, que só existiu no Brasil a partir de anistias extremamente restritas, como as de 1979 e 2002, e da criação da Comissão Nacional da Verdade que funcionou de 2012 a 2014, por iniciativa da então presidenta Dilma Rousseff, ela mesma uma ex-guerrilheira que presa durante três anos entre 1970 e 1972 foi vítima de torturas. No lançamento da Comissão, a presidenta anunciou que a CNV pretendia garantir “o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”², talvez reconciliação da sociedade brasileira com o seu passado recente, tão necessária à construção de uma democracia moderna. A partir da CNV surgiram também várias comissões estaduais que realizaram diligências e oitivas de depoimentos em inúmeras audiências públicas em diferentes locais do Brasil, revelando a extensão do autoritarismo e da resistência pelo território nacional e abrindo veredas de estudo no campo da história. Apresentado o relatório final da CNV em 2014, o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade, bem como a de agentes da repressão pelas arbitrariedades e torturas cometidas.

Contudo, desde 2016 com o golpe travestido de impeachment contra Dilma e das eleições de outubro do ano passado, essa

2. Artigo 1º da Lei nº12.528 de 18/11/2011 responsável por criar a Comissão Nacional da Verdade.

jovem justiça de transição brasileira tem sofrido reveses, aprofundados pela ascensão à presidência da República de um ex-militar e político que sempre se opôs à CNV e que tem em seu governo ministros revisionistas que tentam reescrever a história, negando a existência do golpe e da ditadura e embotando a frágil democracia brasileira. Nesse contexto, nada mais pertinente do que discutirmos a história do autoritarismo e da resistência, como faz Ary a partir da análise da atuação política de três baianas: Maria Liége, Dinaelza e Diva, três formas de luta diferentes, que nos revelam a amplitude e heterogeneidade da resistência no país daquele período.

Com Maria Liége Santos Rocha, cuja atuação política teve início desde muito cedo através de grupos de jovens e da Ação Popular ligada à Igreja católica, observamos a ação do movimento estudantil através da Universidade Federal da Bahia, onde Liége passou a atuar em 1967, além do impacto do regime militar sobre as universidades, com o estabelecimento de acordos forçados com reitores e a perseguição a discentes e docentes, além da coerção sobre a própria política universitária. Maria Liége, portanto, representa a trajetória de milhares de estudantes, que lutavam pelo aumento de vagas nas universidades, pela qualidade do ensino público, pela representatividade da União Nacional dos Estudantes extinta pouco depois do golpe, pela possibilidade de discutir, viver e pensar livremente como aconteceu nos poucos dias do Congresso de Ibiúna, realizado em outubro de 1968 no interior de São Paulo, que resultou na sua prisão e na de tantos outros estudantes oriundos de diferentes cidades do país que lá se encontravam e que, uma vez soltos, foram posteriormente impedidos de continuar matriculados em seus cursos universitários.

Utilizando a categoria de gênero e o método da história oral, Ary Albuquerque aborda as prisões de Maria Liége, sua vida na clandestinidade, seu casamento, a maternidade e suas implicações na militância, além da tortura especificamente aplicada às mulheres,

inclusive as impostas as que eram mães, pois até mesmo nos atos de tortura cometidos, a condição feminina influenciava a horripilante prática. Com o fim da clandestinidade, Maria Liége abraçou a bandeira da anistia política e do feminismo, integrando o Movimento Feminino pela Anistia a partir de 1975, o Comitê Brasileiro pela Anistia a partir de 1978, além dos movimentos sucessores do CBA, em geral denominados Tortura Nunca Mais, existentes em diferentes cidades após a promulgação da lei de anistia de 28 de agosto de 1979, que a despeito de toda luta, não foi nem ampla, nem geral e nem irrestrita e, além disso, foi recíproca, à medida que isentou os agentes da repressão pela perseguição, tortura e assassinatos cometidos.

Assim, a luta de Maria Liége continua até hoje, pois as marcas da ditadura ainda não foram suficientemente tratadas, o que nos leva a trajetória das irmãs analisadas por Ary Albuquerque: Diva Santana e Dinaelza Coqueiro. A primeira entrou para a militância mais tardiamente, pois segundo a análise do autor, a família, o matrimônio precoce, a maternidade e o papel social tradicionalmente imposto às mulheres atrasaram a sua entrada, que aconteceria a partir de 1976 no bojo do processo de transição, reivindicando a verdade sobre as circunstâncias do desaparecimento ou morte de sua irmã Dinaelza, ex-militante do Araguaia.

Na análise das duas irmãs, Ary dialoga sempre com a relação perene entre passado e presente, na medida em que Diva inicia a sua atuação política como portadora da memória de sua irmã e de tantos outros que foram impossibilitados de narrar as suas histórias de luta. Por exemplo, a militância de Dinaelza seria desconhecida senão fosse pela narrativa de Diva e dos seus irmãos. Sua presença e morte na região do Araguaia também seria desconhecida senão fosse pela investigação da família Santana, que a partir de um relato de José Genoíno, um dos poucos sobreviventes da denominada Guerrilha do Araguaia, comprovou através de fotos que os baianos

conhecidos pelos apodos de Maria Dina e João Goiano eram de fato o casal Dinaelza e Wandick Coqueiro.

A relação passado-presente aparece também de forma sensível, quando Ary estabelece uma dinâmica entre o processo de engajamento e militância de Diva e o seu próprio processo de construção de si. De adolescente jovem que desejava se libertar através do casamento, Diva vivenciou dois matrimônios e a maternidade e apenas começou a militar em memória da sua irmã, pela qual nutria grande admiração, após se livrar das “amarras” do segundo marido, se tornando pouco a pouco um sujeito independente e consciente, pronto para travar novas lutas fora do ambiente do lar.

Portanto, com este livro, Ary Albuquerque contribui com a historiografia sobre a ditadura militar, em especial na Bahia, e com a historiografia de gênero, que entende as mulheres nas suas relações com os homens e com o mundo a partir da perspectiva da dominação masculina de longa duração e da luta feminina pela emancipação, empoderamento e liberdade, luta esta que se confundiu no período analisado com a luta contra a ditadura e pela democracia.

Cristina Monteiro de Andrada Luna
Salvador, Bahia, 2019.

INTRODUÇÃO

A presente obra, oriunda de minha dissertação de mestrado defendida em 2016 junto ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), busca apresentar e discutir a trajetória política de três mulheres, sendo duas baianas e uma piauiense – porém, que se considera baiana –, durante o período ditatorial brasileiro instaurado em 1964. Analisando as distintas formas de militância, pretendemos evidenciar como, apesar do pouco espaço destinado às mulheres na historiografia, principalmente a baiana, o Nordeste e, nesse caso, a Bahia tiveram militantes do sexo feminino em diferentes frentes de luta pelo fim da ditadura e pelo retorno à democracia.

No tocante ao interesse sobre o tema, desde o início de minha vida acadêmica passei a observar a falta de debates acerca de alguns temas na história, como a presença e a participação das mulheres. Nessa perspectiva, comecei a buscar bibliografias que tratassem do tema, deparando-me com autoras como Michelle Perrot e Natalie Zemon Davis, permitindo um novo olhar para a historiografia e seus campos de pesquisa. Assim, também pude perceber que por muito tempo a história das mulheres foi vista como algo secundário, ou muitas vezes inexistente. Segundo Rachel Soihet e Joana Pedro (2007), a história é a mais tardia das ciências humanas a abordar a mulher e sua vivência, algo que se deve ao fato de herdarmos da análise positivista a falta de estudos sobre as mulheres, localizando-as fora do âmbito político e de espaços públicos, esses só referentes a homens.

Quanto aos caminhos para esta pesquisa, os contatos realizados com Diva Santana, ligada ao Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM – Bahia), permitiram o acesso a informações importantes que consubstanciaram os primeiros passos dados nessa empreitada.

Assim, em face de nomes e indícios, a busca por documentos oficiais levou-me aos Arquivos Públicos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos quais pude coletar fontes primárias importantes na análise que aqui me proponho dispor.

A partir do contato com Diva Santana, passei a criar uma rede de contatos que pudessem levar a possíveis mulheres que pudessem contribuir com a pesquisa. Assim, tive acesso a Maria Liége, à própria Diva Santana e, posteriormente, à suas memórias no processo de reconstrução da trajetória de sua irmã Dinaelza Santana. Tecendo uma teia de problematizações entre os documentos ditos oficiais e fontes orais, ao todo foram quase oito horas de gravações de entrevistas, trazendo perspectivas importantes quanto aos olhares diversos e discussões possíveis em torno do tema e do período.

No contexto das relações de gênero, por muito tempo a historiografia viu o debate em torno de tal temática voltado apenas para as mulheres, quando na realidade tinha a função de tratar as diferentes perspectivas que representavam tanto homens como mulheres. Assim, a inserção da categoria gênero busca deixar em segundo plano o caráter biológico, levando em consideração que as diferenças entre os sexos são meramente culturais. “Com a categoria gênero estaria consumada a superação de noções universais, fossem de homens, fossem de mulheres.”³

Mas isso é só um aspecto. “Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.

3. GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 74.

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos⁴.

Logo, reiteramos a importância de percebermos como se deram as relações no período, pois, como veremos posteriormente, as mulheres sempre estiveram envolvidas em movimentos de resistência contra a ditadura, não tendo em inúmeros casos o devido reconhecimento da história, bem como dentro dos próprios partidos nos quais militaram.

Quanto ao período analisado, instaurado em 1964 sob o título de “Revolução gloriosa”⁵ contando com o apoio de parte de grupos civis, o então presidente João Goulart foi retirado do comando do Estado brasileiro. Contudo, ressaltamos que até hoje o período ditatorial possui diferentes versões e recortes, em que sua natureza civil-militar e o tempo de duração são motivos de debates.

Nessa perspectiva, aqui entendemos 1964 como um golpe civil-militar, haja vista que sem a ajuda civil, tecnocrata, empresarial e internacional os militares não teriam tido força suficiente para depor o presidente e se estabelecerem no poder por 21 anos. Por outro lado, destacamos que, apesar do aparato, os militares foram perdendo esse apoio das camadas que os apoiavam, algo observado a partir de seu isolamento político ao longo do regime. Quanto ao tempo de duração, ainda que tenha sido realizada uma abertura lenta e gradual no final da década de 1970, aqui entendemos uma periodização que se estende do golpe de 1964 a uma abertura política e bases enfraquecidas em 1985.

4. SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995 p. 7.

5. Com o suposto intuito de impedir a ameaça comunista, os militares assumiram a responsabilidade de tal ato após a deposição do presidente João Goulart em 1964, algo que contou com o apoio de classes médias civis. Dessa forma, atribuindo estarem realizando uma revolução, na luta contra o comunismo, a batizaram como Gloriosa.

Tal periodização é importante devido aos mais de vinte anos que o Brasil passou cerceado de democracia e seus inúmeros impactos na sociedade. Muitas memórias foram perdidas e falas esquecidas. Dessa forma, vemos a história oral como um método primordial para a realização desta pesquisa e de outras já realizadas, uma vez que

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartilhamento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida⁶.

Logo, a importância do método da história oral na coleta dos relatos de Maria Liége, Dinaelza Coqueiro e Diva Santana, que posteriormente serão apresentadas, possibilitou-nos adentrar em determinadas discussões que a documentação dita oficial, por sua escassez, não nos contemplou. Observamos também o quanto o período e as reconstruções de si se fazem presentes nesses relatos, além da própria subjetividade, presente em qualquer ato de lembrar e relembrar o passado.

Nos últimos anos, o crescimento de estudos que utilizam relatos orais como fonte não apenas avançou, mas também os historiadores passaram a se atentar para os inúmeros cuidados em torno de sua utilização. Contudo, devemos entender que, assim como qualquer fonte utilizada na história, devemos nos atentar para o emaranhado espaço da subjetividade que trazem da sua construção até sua publicidade.

No âmbito dos relatos, ao retomar memórias do passado, o que nos são apresentados são fragmentos selecionados a partir da

6. DELGADO, Lucíola de A. Neves. *Historia oral: memória, tempo, identidades*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 15-16.

vivência no presente, trazendo convicções, sonhos e objetivos de quem rememora. Assim, ao analisar as histórias de vida de Maria Liége e das irmãs Dinaelza e Diva Santana, tornou-se necessário observá-las não apenas como fruto de seu tempo, mas de toda construção que fez de si ao longo de suas vidas, pois

A Subjetividade em geral é entendida como aquilo que pertence ao sujeito, que é pessoal, individual, particular, que manifesta as ideias ou preferências da própria pessoa. Caracteriza-se como o contrário de objetividade, pertencendo somente ao pensamento humano, integrando o campo das atividades psíquicas e emocionais do indivíduo⁷.

Sendo assim, os relatos apresentados neste ou em qualquer outro livro são dotados de sentimentos, ressignificações, reinterpretações vividas e concepções ideológicas e sociais sob o olhar do presente, em que “o sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito”⁸. Tais aspectos veremos nos capítulos que serão apresentados e nas memórias que os acompanham.

No intuito de situar historicamente as mulheres que serão apresentadas nesta pesquisa, a partir de nosso recorte temporal, entendemos o período ditatorial dividido em quatro fases: entre 1964-1968, período de instauração e institucionalização do regime, momento no qual a Doutrina de Segurança Nacional, baseada na Escola Superior de Guerra (ESG), passa a fazer parte da luta contra o inimigo interno, o comunismo; entre 1968 e 1974, período de endurecimento e forte repressão, principalmente após a assinatura do Ato institucional nº 5, dando amplos poderes ao Estado, combatendo à luta armada, não apenas nos grandes centros, mas no campo, como no caso da Guerrilha do Araguaia; e entre 1974 a

7. COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antônio. *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: ED. UFGD, 2015, p. 607.

8. SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Tradução de Rosa Freire Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 39.

1979, período de lenta abertura política e revogação do ato institucional nº 5. Na tentativa de conseguir maior apoio político e social, o governo passou a recorrer ao que alguns estudiosos nomeiam de “distensão”. Já entre 1979 a 1985, período de transição entre o regime ditatorial e o regime liberal democrático, apesar de amplos debates no campo político, ainda existiam instituições e leis que regulavam o controle democrático.

Na 1ª fase, entre 1964 e 1968, o Brasil viveu uma fase de institucionalização do governo militar. Assim, as primeiras medidas dos militares foram criar bases para garantir seu poder e eliminar possíveis inimigos internos. A partir da Escola Superior de Guerra (ESG), criaram-se as estruturas para o Estado de Segurança Nacional, iniciando ações repressivas e caça aos opositores. A princípio, governado por uma junta militar que prometia suprimir a subversão e o comunismo, além de pôr fim a qualquer perigo que viesse a acometer a “família brasileira”, o apoio civil encontrou posicionamentos representativos.

Já entre os anos de 1968 e 1974, período em que Maria Liége e Dinaelza Coqueiro – duas das mulheres sobre as quais abordaremos – militaram, o governo ditatorial ampliou seu poder, principalmente com a assinatura do AI-5 (13/12/1969), o qual potencializou ainda mais os aparatos repressores, a exemplos da tortura e de órgãos como o DOI/CODI. Além da repressão direta, ainda houve a censura a artistas e quaisquer movimentos políticos, sociais e culturais contrários ao Estado. Foi nesse período que o governo brasileiro entrou em contato com a luta armada da esquerda, a partir de ações como expropriações bancárias, conflitos e, principalmente, a Guerrilha do Araguaia.

Entre 1974 e 1979, período no qual a terceira e última mulher desta pesquisa iniciou sua militância, muitos autores observam-no como de abertura política, quando o governo militar passou a

sofrer ainda mais a pressão de movimentos sociais no trato político e social no âmbito da distensão. Assim, apesar de continuar com a repressão, em 1979 o governo revoga o AI-5 e assina a Lei de Anistia. Nesse ponto, destacamos o período de transição no Brasil, uma vez que, após a assinatura da referida lei, essa, apesar de “perdoar” crimes políticos cometidos entre 1961 e 1979, com exceção de assaltos e sequestros, beneficiou torturadores e autoridades militares que, de alguma forma, cometeram crimes contra os Direitos Humanos, além de não permitir que ex-presos políticos pudessem retornar a seus cargos a não ser mediante aprovação de determinada autoridade.

Durante os anos que se seguem até 1985, o Estado brasileiro avançou no âmbito da abertura política e na revogação de leis e aparatos que até então tinham sido características marcantes. Porém, é importante destacar que órgãos ditatoriais e o controle do Estado ainda se faziam presentes, a exemplo do Sistema Nacional de Informações, que só foi extinto em 1990.

A partir desta breve explanação temporal, caracterizamos os impactos que tais ações militares tiveram na vida de inúmeros militantes que ousaram contrariar as forças de Segurança Nacional e partirem para a resistência. Assim, durando mais de duas décadas, a ditadura militar instaurada em 1964 impactou nas vidas, bem como nas escolhas que se sucederam na trajetória de cada indivíduo que ousou ir contra o regime.

No tocante ao termo resistência, o vemos como algo amplo e heterogêneo, uma vez que inúmeras foram as correntes de militância e suas formas de resistir⁹. Logo, as memórias de Maria Liége, Diva

9. O termo resistência passou a ser mais difundido, principalmente, após a Segunda Grande Guerra em oposição às forças nazistas. Contudo, enquanto para aquele período a resistência soava no sentido defensivo, no âmbito do período militar brasileiro o termo resistência recebe uma qualificação de combate ao Estado opressor (RIDENTI, 2004, p. 54).

Santana e Dinaelza Santana não se voltam apenas para as questões estudantis, nem da justiça de transição, mas trazem consigo uma representação de espaços e a participação em grupos que, ao serem problematizados, contribuem com novos olhares sob suas atuações.

Quanto à disposição dos capítulos, no primeiro, intitulado “A resistência das mulheres à ditadura civil-militar brasileira e suas diferentes abordagens”, optamos por uma revisão bibliográfica de obras memorialísticas, acadêmicas e literais recentes e de outrora com o intuito de analisar a representação e as diferentes abordagens da militância feminina durante o regime, além de tecer um balanço das discussões realizadas ao longo das últimas décadas.

No capítulo II, intitulado “*Da militância estudantil à resistência a ditadura: os caminhos da luta*”, serão apresentadas as memórias de Maria Liége, a qual iniciou sua vida política no movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1967. Na análise deste capítulo, veremos que sua atuação, bem como sua militância foi se adaptando as situações vividas. Contudo, também veremos como as experiências e traumas causados pela repressão impactaram na retomada de sua vida após o longo período de duração do regime.

No capítulo III, denominado “Um inimigo em comum, duas lutas diferentes: Da guerrilha do Araguaia à justiça de transição”, serão apresentadas as memórias e as experiências das irmãs Diva Santana e Dinaelza Santana. A primeira iniciou sua militância na metade da década de 1970, após findar seu casamento, quando adentrou no mundo da luta política, principalmente pela anistia. Já sua irmã foi militante do PC do B e participante da Guerrilha do Araguaia (1971-1974), de onde jamais retornou e até hoje não foi possível encontrar quaisquer vestígios de seus restos mortais.

A partir disso, entendemos que este livro transcende a questão meramente histórica, pois busca realizar um trabalho

no âmbito social e memorialístico, tendo em vista a contribuição no tocante ao conhecimento de muitas mulheres que se encontram esquecidas na história do nosso país, bem como no próprio espaço denominado Nordeste e especificamente no estado da Bahia. Assim, compreendemos que o papel do historiador não é ser um juiz que distingue verdade de mentira, contudo é necessário apresentar fatos e argumentos para que se combata a negação de acontecimentos e quaisquer medidas que vejam o período como algo dotado de rebeldia jovem, sem pontuar leis e ações que foram descumpridas ao longo de duas décadas e que feriam constantemente os Direitos Humanos.

1

A RESISTÊNCIA DAS MULHERES À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E SUAS DIFERENTES ABORDAGENS

“Choram Marias e Clarices
no solo do Brasil”

“O bêbado e o equilibrista”
Aldir Blanc & João Bosco

Inseridas num contexto rodeado de princípios morais alicerçados na cultura cristã, por muito tempo a função das mulheres foi cuidar do privado (casa), enquanto a dos homens, do público (política). Dessa forma, os discursos pregados buscavam moralizar e, ao mesmo tempo, comandar o comportamento de cada indivíduo, trazendo em si um discurso misógino de clara oposição entre homens e mulheres e da função que cada um deveria ter na sociedade.

No período ditatorial brasileiro, muitas mulheres participaram ativamente no processo de resistência política, porém reiteramos que nem todas estiveram envolvidas, direta ou indiretamente, nessa empreitada. Assim, pontuamos a importância de relativizar análises, uma vez que, enquanto algumas se posicionavam contra ou a favor do governo militar, existiam também as que preferiram viver seu ideal familiar sem qualquer posicionamento político. Os cuidados no trato com tal observação se fazem principalmente quando nos referimos às memórias de mulheres ligadas às “Marchas com Deus

pela família e pela liberdade”, pois muitas dessas diziam estar defendendo os princípios da família, da moral cristã e o país do comunismo, mas não uma ditadura que posteriormente se revelou.

Ou seja, a multiplicidade do movimento de mulheres pode abarcar, sem contradições, movimentos feministas e que possuem uma visão crítica quanto aos lugares sociais de gênero, mas também pode conter mobilizações como as Marchas da família que, apesar de arregimentar um amplo número de mulheres, foi organizado com base na manutenção das mulheres na condição de mães, donas de casa e esposas exemplares, bem como buscou preservar o lugar social a elas destinado: a família¹⁰.

No entanto, aqui optamos por discutir apenas obras e pesquisas que tenham como plano de fundo a resistência de mulheres à ditadura militar. A partir dessa escolha, um levantamento bibliográfico que inclui obras memorialísticas, livros, capítulos de obras, teses, dissertações, artigos acadêmicos, além da literatura, levou-nos a um contato riquíssimo para a construção desse livro.

1.1 Obras memorialísticas a autobiográficas de mulheres na ditadura

No tocante às obras memorialísticas, foi realizado um levantamento bibliográfico inicial com o objetivo de perceber a produção dessa memória escrita por quem vivenciou o período ou esteve presente em coprodução. Contudo, importante mencionarmos dois aspectos: a quantidade de trabalhos memorialísticos da época e a existente diferença quantitativa entre obras escritas por mulheres e homens. Segundo a historiadora Margareth Rago,

Na verdade, depois do fim da ditadura militar no Brasil, as memórias, testemunhos, as autobiografias ou os romances memorialistas que tratam da experiência da militância política em partidos de esquerda e da prisão foram, em sua maior parte, produzidos por militantes do sexo masculino, embora muitas mulheres tivessem tido uma atuação de destaque nos grupos políticos “revolucionários” e na resistência contra o regime¹¹.

Tendo em vista esse problema, optamos por obras que fossem voltadas à memória de mulheres e, após meses de mapeamento e leituras, destacamos: *Memórias do exílio – 1964-19??*, de Celso Cavalcanti e Jovelino Ramos (1980); *Memórias das mulheres do exílio*, organizada por Albertina Costa, Maria Moraes, Norma Marzola e Valentina Rocha (1980); e *Glória, mãe de preso político*, de Gilney Viana (2000). Apesar das poucas referências, quantitativamente, reiteramos a possibilidade de existirem outras produções memorialísticas, bem como autobiográficas, e esperamos encontrá-las brevemente em outros estudos de mesmo cunho, uma vez que além de nossa seletividade, intrínseca à função do historiador, não conseguiríamos esgotar todas as possíveis abordagens já existentes sobre o tema, nem seria nossa pretensão.

A obra de Pedro Celso Cavalcanti¹² e Jovelino Ramos¹³, intitulada *Memórias do exílio – 1964-19??* (1980), foi escrita ainda no período ditatorial, precisamente no momento das discussões sobre abertura política e um ano após a assinatura de Lei de Anistia em agosto de 1979. Segundo os autores, a ideia do livro surgiu a partir de suas experiências de exílio na Polônia, uma vez que também foram perseguidos políticos no Brasil. Dessa forma, preocupados com o passado e sua construção para as gerações futuras, como mencionam, os autores realizaram a compilação de nove depoi-

12. Sociólogo brasileiro. Por sua atuação política e sua inclusão em inquérito policial militar, viveu e se exilou em diversos países, como a Polônia, Estados Unidos e França.

13. Ligado à Ação Popular, exilou-se nos Estados Unidos, também por conta das perseguições políticas.

mentos e onze manuscritos de homens e mulheres (quatro no total), retratando o período a partir de suas vivências de resistência política no Brasil e no exílio. Quanto ao critério de escolha das quatro mulheres apresentadas, os autores destacam:

Quanto a sexo: a distribuição desigual, o dobro de homens com relação às mulheres, deve-se ao fato de que alguns textos de mulheres, apesar de selecionados, não puderam ser publicados por várias razões de última hora. A maioria das mulheres pertence à geração dos 20 ou 30 e partiu depois de 1968. Os homens são mais regularmente distribuídos entre as categorias temporais¹⁴.

Escrita em meio ao governo militar, ainda marcado pela instabilidade política, como afirmam os autores, dentre as maiores dificuldades para a realização da obra, destacam-se os medos e os receios que rondavam os exilados políticos e seus possíveis retornos ao Brasil. Assim, muitas mulheres preferiram o anonimato, não só pelo medo já mencionado, mas pela exposição que sofreram na ditadura e que sofreriam suas memórias uma vez publicadas.

Em *Memórias do exílio – 1964-1977* (1980), as mulheres que compõem a obra são Anina de Carvalho¹⁵, Juliana Rocha¹⁶, Marijane Lisboa¹⁷ e Maria Auxiliadora Lara Barcellos¹⁸. Nos relatos dessas, percebemos, principalmente, questões relacionadas à negação do ideário doméstico e à elevação da representatividade política da mulher, buscando desconstruir o modelo de presença feminina apenas no âmbito privado. Além disso, em seus relatos deixam

14. CAVALCANTI, Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio- 1964-1977*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 18.

15. Formada em Direito, passou a defender inúmeros presos políticos, o que rendeu a ela perseguições e medidas repressivas.

16. Estudante de Medicina, trabalhava em hospitais, sendo presa, segundo ela, por fazer parte da liderança estudantil e da luta armada.

17. Estudante da Universidade de Brasília (UNB) foi acusada de lutar contra o governo, sendo obrigada a se exilar em 1970. Fez parte da luta contra o acordo MEC/USAID em sua universidade.

18. Ex-integrante da organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), foi presa em 1969. Dora, ou Dodora, como era chamada, foi vítima de torturas severas.

nas entrelinhas a noção de estarem fazendo parte de uma geração consciente politicamente de seus atos e do projeto coletivo que desejavam para o país. Outra característica marcante nos relatos é a pré-disposição à luta social. Algumas se colocaram como à frente de seu tempo, diferenciando-se de outras que se enquadraram no modelo tradicional esperado pela sociedade e por suas famílias. Como relata Juliana Rocha:

Na minha experiência de esquerda e antifascista, há uma determinante que vem desde a minha infância, lá no interior de Pernambuco. Minha mãe, pobre, professora primária, sempre foi muito combativa. Meu pai era um pequeno comerciante. Tiveram 11 filhos. [...] Assim, foi de fato minha mãe quem nos deu uma formação de combate, de trabalho, de acordar cedo, de estudar. [...] Por outro lado, toda a minha consciência política tem raízes na realidade social do interior, onde vivi minha infância¹⁹.

Dentre as contribuições e reflexões em torno da resistência, muitas das mulheres que foram obrigadas a se exilarem do país relatam que continuavam a realizar atividades em seus novos países, denunciando as práticas que feriam os Direitos Humanos no Brasil, como Anina de Carvalho, advogada, que passou a intervir junto à justiça internacional, conseguindo impetrar denúncias contra o governo brasileiro. Dessa forma, entendemos que o exílio, ainda que tenha afastado as pessoas do convívio no país e de seus familiares, não as impediu de continuarem suas militâncias e tentando ajudar aqueles que não puderam sair do Brasil.

Dotados de um ideário político incisivo e defensores de uma esquerda antiburguesa, Cavalcanti e Ramos contribuíram para estudos memorialísticos dos anos de ditadura no Brasil. Com relatos fortes, repletos de detalhes e emoções transmitidas em palavras, a obra é bem definida quando se propõe a denunciar e rememorar os fatos a partir da ótica militante. Ainda que seja possível tecermos

19. CAVALCANTI, Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio – 1964-19??*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 177.

discussões em torno de suas reconstruções memorialísticas, essa é uma obra que merece ser melhor destacada em trabalhos que remontam o período, bem como seus relatos apresentam fontes interessantes do ponto de vista teórico, metodológico e na (re)construção do que foi a ditadura no corpo e no psicológico dessas pessoas.

Seguindo o mesmo princípio da obra anterior, Albertina Costa, Valentina Lima, Maria Moraes e Norma Marzola (1980) dão segmento ao projeto *Memórias do exílio*, lançando o que seria o *Memórias do Exílio Volume 2*, dessa vez com o apoio da fundação Ford²⁰. Com o título *Memórias das mulheres do exílio*, essa é a primeira obra memorialística com relatos apenas de mulheres sobre o período. Reunindo quarenta e seis depoimentos, os relatos destacam desde situações vividas em solo brasileiro em plena ditadura até as dores e saudades geradas no exílio.

Brasileiras, exiladas, minoria... Descobrimo o par e passo uma outra condição também determinante e comum: MULHERES. Da ideia trazida pelo projeto – a de uma entrevista coletiva – a ideia nascida em Lisboa de um volume só de mulheres, o desdobramento foi de certa forma natural. Mas porque, além de exiladas e mulheres, pertencíamos àquele grupo, esta experiência coletiva favoreceu o nosso investimento emocional e o nosso empenho neste trabalho²¹.

Trazendo o ponto de vista das mulheres no exílio, e saindo do modelo dito universal, masculino, a obra apresenta debates em torno dos costumes e cultura da época, mas, principalmente, tece uma reflexão em torno da própria memória do período. Segundo as autoras, a principal razão para a efetivação da obra foi buscar a “[...] vivência como mulheres no terreno onde o subjetivo e o objetivo se entrelaçam: o das emoções e o da história pessoal concreta,

20. A fundação Ford foi fundada no Brasil em 1962, oriunda dos Estados Unidos. Contudo, não tinha relações governamentais e investia em soluções para resolver questões sociais dos países pelo mundo – nesse caso, no Brasil.

21. COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. *Memórias das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 15.

das mudanças cotidianas e nem por isso menores, nem por isso menos históricas”²². Assim, além de uma abordagem de denúncia, essa é, antes de mais nada, um manifesto de militância contínua em torno da presença feminina no âmbito da política e da história, algo perceptível no trecho destacado.

Em relação à historiografia, as autoras tecem uma crítica importante quanto ao papel da história e o pouco espaço dados às mulheres, algo que só suscitará discussões dentro da teoria da história partir de década de 1990 do século passado, ou seja, dez anos após o seu lançamento.

As mulheres, como todos aqueles que nunca foram reconhecidos pela historiografia, não têm a sua história registrada. Disso ocorre que o arrolar dos testemunhos do presente, das histórias de vida, da tradição oral, seja um esforço de reconstituição, assim como uma tentativa de dar livre curso à nossa imaginação e à nossa criatividade, de dar instrumentos para o domínio do futuro²³

Traçando um perfil das mulheres que estiveram exiladas em diversos países durante o período, as autoras, dotadas de uma linguagem politizada, mesclam histórias de vida em meio a decisões que precisaram ser tomadas durante a militância, o exílio e as saudades que sentiam do Brasil, permitindo, assim, reflexões que nos permitem compreender as memórias em torno período ditatorial a partir das mulheres e suas particularidades. Dessa forma, percebemos que a função das memórias apresentadas não remete apenas a denúncias do que essas mulheres estavam vivenciando, mas demonstrar suas lutas diárias e o quanto a ditadura as privou de viverem uma vida em seu próprio país.

22. *Ibidem*, p. 17.

23. *Ibidem*, p. 17

Na obra de Gilney Amorim Viana (2000), *Glória, mãe de preso político*, a abordagem já é distinta das apresentadas até então. O referido autor, preso político durante o período ditatorial, remonta às experiências de sua mãe, Maria da Glória Amorim Viana²⁴, para compor a obra. Porém, ainda que a trajetória de Maria da Glória seja única, muitas situações vividas por ela, como mãe de preso político, se assemelham a inúmeras outras histórias vividas por muitas mulheres durante a ditadura. No intuito de melhor apresentar a história de sua mãe, Viana divide a obra em sete capítulos que perpassam desde sua formação e conscientização até se tornar mãe de preso político. Em inúmeras passagens, é possível perceber como as questões de moralidade e a cultura de época influenciavam as ações femininas, algo já apontado por autores aqui citados como sendo fatores condicionantes no convívio social. De acordo com a narrativa do livro, até a prisão do filho, Maria da Glória não manifestava nenhum interesse em se envolver com política. Contudo, com a situação do filho, o interesse pela política surgiu quase como uma necessidade, remetendo-a, também, ao sentimento materno de proteção.

Quando eu soube da prisão de Gilney, fiquei traumatizada. Inicialmente, não sabia o que pensar, depois veio um sentimento que eu não consegui entender, e quando entendi custou-me muito sofrimento para aceitar: eu era uma mãe de preso político²⁵.

Nessa perspectiva, ao se dedicar a defender seu filho, Glória percebeu que vivia sob um Estado de exceção, no qual os direitos estavam cerceados. Essa mudança de entendimento chegou a seu ápice com as visitas de Maria da Glória a seu filho na penitenciária de Neves, em Belo Horizonte, onde passou a ouvir relatos de outros familiares de presos políticos. Segundo Maria da Glória,

Meu filho procurava nos passar segurança e tranquilidade. Queria que não me preocupasse e que não intercedesse junto aos militares; e se o fizesse, que fosse por conta própria.

25. VIANA, Gilney Amorim. *Glória, mãe de preso político*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 45.

Mas eu pensava diferente: vou procurar Fidelcino (irmão do Divaldo e enfronhado com Magalhães Pinto); vou procurar o coronel não sei das quantas; vou tirar o meu filho da cadeia²⁶.

A reconstrução da vida de Maria da Glória nos faz refletir sobre a importante contribuição de mães brasileiras na resistência à ditadura, algo que também ocorreu, com maior proporção e envolvimento, na Argentina, com as mães da Praça de Maio²⁷. Essas mães são de importância para a resistência dos presos políticos: quebravam a barreira da incomunicabilidade e chamavam a atenção para o arbítrio e lutavam pela anistia.

A obra de Viana ainda traz uma particularidade: a relação constante entre o ser filho e o ser autor, sendo o desprender-se da subjetividade de filho uma luta a cada página da obra. Porém, por não se tratar de uma obra acadêmica ou por não haver essa pretensão, sua liberdade poética e carga emocional permitem ao leitor mergulhar em sentimentos e visões tão fraternais que, muitas vezes, a academia não vê com aprovação. Como o autor destaca,

Não sendo militante política ou feminista ela teve que quebrar as cadeias do controle machista da família para adentrar o não menos masculino mundo da política; em certos momentos reduzido ao confronto militar entre as forças policiais-militares e a resistência armada.

As vezes sozinha ou com outros familiares teve que enfrentar os torturadores, os juízes militares e os carcereiros para defender a vida, a integridade física, a dignidade humana e a liberdade do filho.

26. *Ibidem*, p. 53.

27. As mães da Praça de Maio, como ficaram conhecidas as mulheres argentinas que surgiram sob a última ditadura militar daquele país, quando silenciosamente se reuniam na Praça de Maio para exigir respostas sobre o desaparecimento de seus filhos militantes políticos e de seus netos arrancados barbaramente pelos mesmos torturadores. Salientamos as inúmeras diferenças entre os movimentos das mães argentinas e das mães brasileiras, mas reiteramos a participação da mulher no seio das discussões políticas e de militância contra as ações do Estado.

E assim a resistência à ditadura militar se fez também pela luta de milhares de Marias da Glória, de familiares dos opositores políticos perseguidos, cassados, demitidos, condenados, asilados, banidos, torturados, presos, mortos e desaparecidos²⁸.

Apesar de Viana tratar em sua obra de uma memória tão próxima de si, faz uma síntese da história de vida de Maria da Glória. Entre a reconstrução da vida de sua mãe, há sua própria história de vida, uma vez que ela só foi mãe de preso político devido à sua militância, trazendo com isso ressignificações para a ditadura e para os atos realizados ao longo do período.

1.2 Obras acadêmicas

No âmbito da academia brasileira, durante muito tempo as mulheres ficaram de fora de estudos voltados para a luta política na ditadura militar. Somando-se a isso, por receio da abertura recente de documentos, muitas mulheres não tinham o interesse de contar suas vivências, seja pelos traumas da época que doem até hoje como feridas abertas, seja por não se sentirem confortáveis com tal exposição. No entanto, foi na década de 1990 que estudos e reflexões importantes para a historiografia sobre o regime militar e, conseqüentemente, da participação e resistência da mulher brasileira passou a ganhar mais espaço.

Pontuamos que o fato de surgirem trabalhos apenas após a década de 1990 nas academias é algo que está estritamente ligado, também, à falta de documentos para pesquisas, uma vez que o regime acabava de ser destituído e uma série de prerrogativas protegia o acesso às informações. Além disso, destaca-se o receio em se trabalhar com um tema tão recente da história do Brasil, impondo inúmeras dificuldades aos pesquisadores daquele período.

Partindo de uma classificação cronológica das publicações,

o primeiro a debater a presença da mulher na resistência à ditadura foi o cientista social Marcelo Ridenti, em 1990, no trabalho intitulado “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo” e em “O fantasma da revolução brasileira” (1993). O primeiro consiste em um artigo no qual o autor destaca a participação da mulher na política entre as décadas de 1960 e 70, dando enfoque principalmente às mulheres que foram à luta armada. Ainda nesse trabalho, são apresentados os movimentos de esquerda e de luta armada no país, afirmando que “[...] esses contaram com a participação de várias mulheres, principalmente jovens intelectualizadas, ainda que em número muito inferior à participação masculina”²⁹, demonstrando à historiografia da época os embates que a participação da mulher teria na história recente do país.

Posteriormente, em 1993, Ridenti desenvolveu um debate acerca da esquerda brasileira e suas heterogeneidades a partir da luta armada. Em sua obra *O fantasma da revolução brasileira*, o autor não se remete exclusivamente às mulheres, pois tenta explicar como a esquerda fracassou em seu plano de revolução brasileira. Quanto à sua abordagem sobre as mulheres, para essas, ele destina apenas algumas páginas do capítulo, intitulado “Obscuros heróis, sem vez e sem voz” no qual traça algumas reflexões sobre a presença das mulheres na esquerda, além de trazer uma série de documentos e tabelas que comprovam a atuação de muitas delas nos anos ditatoriais.

29. RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. *Revista Tempo Social*, USP, vol.2 n° 2 São Paulo jul./dez. 1990, p. 113. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v2n2/0103-2070-ts-02-02-0113.pdf> Acesso em: 15/11/2016

Segundo informações utilizadas pelo banco de dados do Brasil Nunca Mais³⁰, apresentadas por Ridenti (1993), entre os anos de 1960 e 1970, 16% dos processos eram destinados às mulheres, tendo, respectivamente, a Ação Popular (AP), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Vanguarda Revolucionária (VAR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Partido Operário Cristão (POC) os maiores índices de presença feminina. Apesar dos limites temporais, uma vez que muitos documentos ainda estavam em processo de abertura na década de 1990, é possível perceber a representatividade feminina dentro dos movimentos de esquerda, ainda que menos efetiva que a masculino.

Por outro lado, apesar do foco do trabalho de Ridenti ser as organizações armadas, ele destaca que houve uma presença considerável de mulheres em outros meios de oposição à ditadura, não apenas via organizações partidárias. Esse fato remete-nos ao caso de uma das mulheres que serão apresentadas posteriormente neste trabalho, a senhora Diva Santana, que militou no Movimento baiano pela anistia (MBPA) a partir do envolvimento de sua irmã Dinaelza Coqueiro na Guerrilha do Araguaia, posteriormente se filiando ao PC do B.

Quanto à ocupação das mulheres, Ridenti (1993) destaca que essas eram em sua maioria estudantes (32,2%) e professoras (23%), tendo ainda trabalhadoras de nível médio (19,2%), e com formação superior (17,9%). Ainda pontua as que se dedicavam exclusivamente ao trabalho doméstico (6,1%), e as que exerciam outras funções (1,6%). Nessa perspectiva, alguns perfis traçados por Ridenti se compatibilizam com os das mulheres apresentadas por nós neste livro, uma vez que Maria Liége e Dinaelza eram estudantes de nível superior e Diva Santana, trabalhadora com nível médio. Com isso, é possível compreender o quão diverso era o campo de atuação das militantes e as experiências que traziam consigo em suas trajetórias ao se inserirem na luta política.

Outro ponto relevante na abordagem de Ridenti é a crítica aos partidos de esquerda e a pouca posição de “destaque” ou liderança a elas atribuído, o qual mesmo constatamos que entre o ano de sua publicação, 1993, até os dias atuais, ainda que muitas mulheres foram destacadas por suas lideranças, esse número ainda é menor em relação a militância masculina.

Partindo de outra abordagem, em 1996, a antropóloga Elizabeth Ferreira lançou a obra *Mulheres, militância e memória*, a qual se tornou a primeira de cunho acadêmico, exclusivamente sobre a participação da mulher na ditadura civil-militar brasileira. Com inúmeras reflexões em torno da categoria de gênero e sobre a mulher no período, a autora destaca treze entrevistas com mulheres que enfrentaram a repressão e o autoritarismo em diferentes estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Trabalhando na perspectiva de mulheres guerrilheiras, seu estudo é considerado um dos clássicos para a iniciação sobre o tema, uma vez que, além de trazer reflexões sobre as relações interpessoais dentro da esquerda, debatendo as relações de gênero, inaugura o olhar específico sobre o tema.

No âmbito das discussões de gênero e dos espaços atribuídos à mulher, Ferreira afirma que “[...] a diferenciação entre os sexos está na base do processo classificatório que organiza a sociedade, ao mesmo tempo que é, ela própria, construída pela cultura”³¹. Essa colocação da autora acaba por problematizar as relações pessoais dentro dos movimentos de esquerda, em que a participação entre homens e mulheres era diferenciada e desigual, algo já observado por Ridenti. Ciente da complexidade do tema, a autora tem o cuidado de situar as mulheres em seu tempo e fazer as devidas problematizações, levando em consideração as diferentes gerações e abordagens quanto ao grupo em que estavam inseridas.

31.FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 51.

Ainda na década de 1990, especificamente em 1997, a historiadora Ana Maria Colling publicou *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Versão revisada e ampliada de seu mestrado, a obra é a primeira a ser escrita no campo da história, algo que a coloca como uma das obras clássicas e presentes em quase todos os escritos sobre a temática. Comparativamente aos trabalhos até então apresentados, Colling faz uma abordagem mais aprofundada e específica que Ridenti e Ferreira, ao passo que, a partir de entrevistas e cruzamento de fontes, tece considerações sobre a presença da mulher na resistência à ditadura e a relação direta com os acontecidos históricos da época.

Para essa autora, a resistência da mulher no período dava-se não apenas no campo político, mas cultural, algo relacionado à forma na qual estavam inseridas naquela sociedade. Assim, apesar de propor uma resistência e uma revolução democrática, no campo cultural os movimentos de esquerda continuavam a reproduzir um olhar diferenciado da mulher.

Nas questões de moral e comportamento, a esquerda era conservadora. As mudanças de comportamento nem sempre eram recebidas com avanço, mas como retrocesso, sintomas da decadência da burguesia. Há o caso da militante do PCB que, eleita delegada para um congresso do Partido, foi vetada por duas bases do Recife porque não era virgem³².

32. COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 33.

Segundo Ana Colling, tal posição pode ser entendida a partir dos próprios movimentos de esquerda, os quais traziam consigo a perspectiva moral e social daquela sociedade para dentro de sua organização. Sendo assim, a visão romântica de uma esquerda que lutava por igualdade e no combate às lutas sociais precisa ser relativizada, não no tocante ao ideário comum que as “unia”, o combate ao regime, mas, nas subjetividades e nas diferenças que tinham entre si. Tal entendimento nos permite compreender também a quantidade de partidos e dissidências, as quais representavam um projeto de Brasil.

Um aspecto importante a ser mencionado a partir da contribuição do trabalho de Ana Colling é a forma pela qual a mulher era vista por parte da sociedade e dos órgãos de repressão, como “apêndice dos homens, incapaz de decisão política”³³. Além disso, a mulher subversiva, como eram consideradas as que se envolviam em movimentos de esquerda, “[...] era um sujeito desviante, acompanhando homens ou à procura de homem”³⁴. Os editoriais da imprensa e dos documentos produzidos pelos órgãos de repressão utilizavam com frequência adjetivos pejorativos para se referirem à mulher reforçando o seu papel de desviante da vida privada. Esse fator permite-nos percebermos as implicações da presença da mulher na política dos anos 1960, algo que interferiu não apenas no âmbito familiar, mas na relação entre o privado e o público, o mundo doméstico e a política, sendo então um incômodo para parte daquela sociedade e a forma como viam os papéis femininos.

Em 1998, foi lançado o livro *Mulheres que foram à luta armada*, escrito pelo jornalista Luís Maklouf Carvalho. A partir de entrevistas com mulheres que resistiram à ditadura e às práticas de tortura as quais foram submetidas, o autor apresenta pequenas biogra-

33. *Ibidem*, p. 111

34. *Idem*

fias, as quais estão inseridas em diversos períodos entre os anos de duração do regime. Assim, a partir do testemunho de mulheres e documentos da época, o autor buscou debater a presença da mulher dentro dos movimentos de esquerda e suas heterogenias dentro da luta armada. Com essa obra, é possível perceber o *boom* que os estudos sobre as mulheres, nesse caso no processo contra a ditadura, passou a ter maior espaço na academia.

No século XX, apesar do grande avanço em publicações referentes à participação da mulher na resistência à ditadura, a exemplo de teses e dissertações que deram origem a livros, a produção ainda se apresentou tímida. Nessa perspectiva, podemos dizer que o século XXI viu um novo “boom” de pesquisas e trabalhos sobre o tema. Cremos que isso está relacionado não apenas às discussões levantadas pelos trabalhos pioneiros, que aguçaram novas propostas de pesquisa, mas à própria disponibilidade de arquivos da repressão e ao maior número de ex-militantes dispostas a relatarem suas memórias.

Será nesse contexto que obras como *Mulheres e militância*, das psicólogas sociais Ingrid Nascimento, Zeidi Trindade e Maria Santos (2012); *Sem liberdade eu não vivo*, das jornalistas Laura Bordin e Suelen Lorianny (2013); e *A aventura de contar-se e Mulheres, ditaduras e memórias*, respectivamente das historiadoras Margareth Rago (2013) e Susel da Rosa (2013), com suas diferentes, mas, ao mesmo tempo, tão próximas abordagens, irão proporcionar contribuições para a temática.

O livro *Mulheres e militância – Encontros e confrontos durante a ditadura militar* traz um olhar diferenciado sobre o tema, pois, a partir da psicologia, apresenta e discute a construção social de nove mulheres do estado do Espírito Santo na resistência à ditadura a partir de suas memórias. Segundo destacam as autoras, a adesão da juventude ao movimento estudantil é uma das principais características que compõem o perfil das mulheres por elas estudadas. No que

concerne à pesquisa realizada, destacam que na luta armada ou na oposição à ditadura militar as mulheres enfrentavam riscos que iam desde a negação sentimental à identificação de feminilidade. Esse é um ponto que Colling (1997) destaca ao demonstrar que algumas mulheres pertencentes a movimentos de esquerda deixavam a sexualidade e suas paixões de lado, negando sentimentos, além de deixar de expressar seu lado amoroso por conta da militância.

Outro aspecto apresentado é o entendimento da morte e da militância, pois muitas mulheres encaravam o óbito como algo possível, considerando-o como uma espécie de resistência. Tal fato pode ser explicado mediante a pressão emocional, física e psicológica que eram expostas após cansativos interrogatórios e práticas severas de tortura, levando muitas a preferirem morrer a terem que delatar seus companheiros.

Outro ponto observado pelas autoras é a heterogenia da participação das mulheres e de seus posicionamentos políticos. Militantes de determinados partidos e organizações teciam críticas a outras de partidos diferentes, fossem por suas ações ou posturas ideológicas. Assim, mulheres engajadas e religiosas, por exemplo, eram vistas como “caretas” por outras, seja por sua crença, ou muitas vezes por seus votos de castidade. Esse ponto é importante para percebermos que não só os movimentos de esquerda eram heterogêneos, mas também o próprio efetivo de mulheres que os compunham, em que havia divergências e formas distintas de ver a militância.

As histórias de vida apresentadas até então se assemelham às das mulheres que trabalharemos neste livro, seja pela formação social e/ou pelas escolhas que refletiram em suas vidas ao ingressarem na militância política. Assim, entendemos a importância da interdisciplinaridade como ferramenta para ampliarmos nosso conhecimento teórico, bem como contribuir no entendimento daquilo que a história ainda não contempla.

Em 2013, as jornalistas Laura Bordin e Suelen Loriany lançaram a obra *Sem liberdade eu não vivo – Mulheres que não se calaram na ditadura*. Nesse estudo, fazem uma série de entrevistas, com seis mulheres que militaram contra a repressão ditatorial, especificamente no estado do Paraná. Um aspecto interessante são os relatos de filhas e irmãs de mulheres em militância política, trazendo um olhar familiar e as dores que estiveram inseridas durante a ditadura. Mesmo não sendo um trabalho historiográfico, pois as entrevistas não são problematizadas nem cruzadas com outras fontes primárias, algo necessário em qualquer contexto historiográfico, a obra pode ser entendida como produtora de fontes memorialísticas importantes para futuros trabalhos, além de contribuir para o negacionismo da importância feminina na resistência política ao regime.

Em 2013, a historiadora Margareth Rago lançou a obra *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Utilizando-se de relatos memorialísticos de sete mulheres, o livro tece importantes abordagens no âmbito da escrita de si e da subjetividade, tendo Foucault como seu principal teórico. Fazendo considerações no âmbito da reconstrução memorialística, Rago também utiliza as rupturas e os silêncios para observar os impactos na vida das mulheres apresentadas na obra, bem como na escrita que tecem de si.

Ainda em 2013, a também historiadora Susel Oliveira lançou a obra *Mulheres, ditadura e memórias*, na qual analisa a trajetória de Nilce Cardoso, Danda Prado e Flávia Schilling, militantes durante o regime militar. Fazendo uso de fontes como periódicos, memória e cartas, a autora reconstrói em diálogo, junto às mulheres, os caminhos percorridos durante a resistência, tendo o feminismo e a luta política como planos de fundo.

Após um árduo trabalho no levantamento de tais obras, ainda que quantitativamente não tenhamos apresentado um grande

número, as encontradas/apresentadas surgem como um estímulo no alargamento dos debates acerca da ditadura militar e seus sujeitos históricos. Além disso, observamos o quanto as heterogeneidades das abordagens permitem um olhar diferenciado, tanto pela vivência individual apresentada quanto pelas particularidades de estados, regiões e municípios brasileiros. Assim, acreditamos que, à medida que trabalhos como esses vão sendo apresentados, novas ideias vão surgindo e a bibliografia sobre o tema crescendo, algo que também pretendemos contribuir.

1.2.3 Teses e dissertações

No intuito de apresentar o quanto as pesquisas em torno da resistência feminina à ditadura militar vêm crescendo e como se apresentam diferenciadas em suas abordagens, fizemos um levantamento de teses e dissertações escritas nos últimos anos. No mapeamento, verificamos a existência de uma crescente produção de trabalhos sobre mulheres na ditadura ao longo dos últimos anos. Contudo, por uma questão seletiva, voltada para trabalhos que se assemelham à nossa abordagem, privilegiamos algumas obras e decidimos apresentadas de forma cronológica, servindo para futuras consultas.

Em 2002, Karen Debértolis apresentou *Brasil mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*, na qual apresenta reflexões em torno da resistência de Joana Lopes, escritora e cineasta brasileira, militante do período. Fazendo uso do método da história oral, foram realizadas entrevistas com Joana Lopes entre os anos de 1999 e 2001 pela autora abordando sua vida militante. Com detalhes riquíssimos, Joana Lopes menciona que passou a ser perseguida e sofrer com a repressão quando ingressou na Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1971, onde desenvolvia oficinas de teatro com dramatizações que abordavam a realidade vivida. Outra contribuição é quando a entrevista afirma não ter participado de

partido ou organização de esquerda, algo que fortalece a nossa visão de que a resistência à ditadura não significava ter filiação partidária ou ligação direta com organizações políticas.

Em Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964- 1985), Olívia Joffily realizou treze entrevistas com mulheres que apoiaram e resistiram como militantes à ditadura militar. Além de trazer reflexões em relação à mulher, resistência e ditadura, pontua o quanto é ampla a palavra “resistência”, podendo essa ser aplicada a diversos contextos, como defendemos nesse livro e veremos na trajetória de Diva Santana. Uma vez que essa não militou diretamente nos primeiros anos de ditadura por fatores que serão abordados posteriormente, porém cedeu sua residência à irmã Dinaelza Santana, na época militante do PC do B, para a realização de reuniões com grupos de oposição à ditadura.

Ampliando a concepção de resistência, a partir do que apresenta Joffily, a solidariedade, principalmente entre as pessoas que foram presas e torturadas, é algo unânime nas diferentes obras aqui mencionadas e entre as próprias mulheres apresentadas ao longo deste livro. Já em 2007, Natália Bastos escreveu *Elas por elas: tradição de uma trajetória de mulheres de esquerda no Brasil – anos 1960 – 1980*, em que investigou a trajetória política de mulheres que se envolveram no projeto das esquerdas e seu ideário revolucionário. Trazendo uma reflexão em torno da valorização da democracia e da presença da mulher na sociedade, a autora destaca que, no tocante às discussões culturais, como a liberdade sexual e a igualdade de gênero, não eram pautas dentro dos partidos de esquerda da década de 1960.

Posteriormente, Júlia Insuela, em *Visões das mulheres na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias (Brasil 1968/ 1971)*, dá ênfase às ações de mulheres na luta armada, bem como analisa a cobertura da imprensa e a ação dos órgãos de repressão sobre

as mulheres. Assim, a autora destaca a figura de Iara Lavelberg, militante no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e morta em Salvador em 1971, como “símbolo da vivência de uma determinada geração, rompendo padrões, ao mesmo tempo que por eles está marcada”³⁵.

Ainda sob o olhar de Insuela, a influência que os movimentos de maio de 1968³⁶ trouxeram para o mundo, inclusive para o Brasil e sua militância, merecem destaque. Uma vez que, segundo a autora, após a sanção do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, os sentimentos românticos e de mudança política continuaram com intensidade, principalmente nos movimentos estudantis e sociais, ainda que sofrendo forte repressão. Outro aspecto é a relação entre rebeldia e juventude, algo muitas vezes pensado como interligado, ponto esse questionado pela pesquisadora. Tal posicionamento é algo que compactuamos, pois erroneamente vemos sua junção no processo de movimento estudantil. Porém, nem todos os jovens eram rebeldes ou faziam algum tipo de oposição ao governo, a exemplo do Comando de Caça aos Comunistas (CCC)³⁷, grupo formado dentro da Faculdade Mackenzie em São Paulo, ou até

35. INSUELA, Natália Biachi Reis. *Visões das mulheres na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias (Brasil 1968/ 1971)*. 2011. 220 fl. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 14.

36. O movimento de maio de 1968 na França se deu a partir das manifestações estudantis e de trabalhadores em Paris. Dentre as lutas dos estudantes estavam a reforma educacional, sendo duramente reprimidos. Além de trazer as discussões e posicionamentos políticos ao mundo, tal movimento intensificou as revoluções de comportamento e consequentemente a presença da juventude na militância política tanto internacional quanto nacional. Slogans como “é proibido proibir” e “prazer sem restrições” receberam muito destaque, algo que encontramos facilmente no Brasil. Ver: THIOLLENT, Michel. *Maió de 1968 em Paris: testemunho de um estudante*. Revista Tempo Social; *Rev. Social*. USP, S. Paulo, 10(2), p. 63-100, out. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a06>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

37. Fundado em 1963 pelo policial civil e estudante de Direito Raul de Lima, o “Raul Careca”, o CCC foi uma organização paramilitar anticomunista brasileira cuja composição se dava, sobretudo por estudantes das Universidades Mackenzie e outras particulares do período. Ver: BRASIL, Clarissa. *O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caças aos Comunistas, Brasil, 1968-1981*. 2012. 124 fl. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

mesmo aqueles que optaram por não terem um lado específico em meio à situação que o país enfrentava.

Em 2013, Jaíza Cruz fez uma análise das militantes e suas relações com a maternidade na ditadura. De fato, muitas mulheres já ingressaram na vida política grávidas, enquanto outras engravidavam e/ou gestaram seus filhos durante a luta contra o regime autoritário. Sendo assim, a autora entrevistou quatro mulheres que estiveram grávidas, fizeram o parto ou interromperam a gravidez durante a militância. Trazendo um olhar da psicologia para a temática, a autora apresenta inovadoras visões e reflexões sobre a mulher e sua relação com a ditadura, indo além das questões históricas e problematizando os impactos psicológicos não apenas no envolvimento com a política, mas na própria ideia de estar grávidas em plena militância.

Ainda segundo Cruz, “[...] ter que escolher entre a militância e o exercício da maternidade, sinaliza que a mulher que militava estava no lugar impróprio, pois o lugar da mãe era no seio da família, e não nas ruas, seu lugar deveria ser o recôndito privado”³⁸. Assim, a sociedade da época, com seus códigos morais, contribuía para o aumento das críticas e dos olhares negativos em relação às mulheres grávidas na militância política. Além dessa questão, o fato de estarem grávidas não as privavam de sofrerem torturas das mais cruéis e desumanas. Em um dos relatos de uma militante dado à Arquidiocese de São Paulo, pertencente ao banco de dados do “Brasil Nunca Mais”, ela lembra que:

[...] molharam seu corpo, aplicando conseqüentemente choques elétricos em todo o seu corpo, inclusive na vagina; a declarante se achava operada de fissura anal, que provocou hemorragia; se achava grávida, semelhantes sevícias lhe provocaram o aborto³⁹.

38. CRUZ, Jaíza Pollyanna Dias da. “*Ou isto ou aquilo*”: implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2013, 195 fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013, p. 30.

39. *Ibidem*, p. 50.

A partir do exposto, um outro ponto relatado por muitas militantes é a tortura permanente, pois muitas mulheres sofreram a violação do corpo, sendo que esse era objeto de punição política e moral pela repressão. Por consequência, muitas dessas gestaram filhos de seus próprios torturadores, gerando desde a repulsa à criança a problemas como depressão antes e pós-parto (CRUZ, 2013). Referente a essa violência, em 2014, a Comissão da Verdade⁴⁰ de São Paulo lançou a obra *Infância roubada: Crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*, contando com 40 depoimentos de pessoas que vivenciaram o período da ditadura entre quatro e doze anos de idade, relatando os horrores pelos quais passaram ao verem seus pais serem torturados, além das próprias torturas e traumas vividos.

Em 2015, Débora Ataíde Reis⁴¹ trouxe uma análise da vida militante de Derlei Catarina de Luca, em *Memória(s) militante(s): narrativas autobiográficas e imagens de resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)*. Historiadora, a autora busca fazer o cruzamento de suas fontes e com isso vai apresentando os anseios da militante, bem como os caminhos que a levaram às ações contra o regime. Quanto aos anos destacados pela autora, eles remetem ao período de militância de Derlei na Ação Popular (AP).

Fazendo uso de fontes autobiográficas, ao remontar as ações da militante referida, Reis tem o cuidado de apresentar os primeiros passos de Derlei na AP, relacionando-os com o tempo histórico e seus diferentes contextos, buscando discutir conceitos como geração, feminilidade e memória. Além disso, destaca a questão da maternidade e da militância, algo que aparece nas memórias e na

40. A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

41. REIS, Débora Ataíde. *Memória(s) militante(s): narrativas Autobiográficas e imagens de resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)*. 2015. 295 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2015.

autobiografia de Derlei Catarina de Lucca. Com isso, destacamos que as abordagens apresentadas até então, ao mesmo tempo que se distanciam em relação às fontes, aproximam-se de uma memória coletiva/militante, a qual apresenta características comuns.

Ainda em 2015, Carla Conradi⁴² nos apresentou “*Memórias do sótão*”: *vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)*, em que, a partir da narrativa autobiográfica de quatorze mulheres, remonta à luta e à resistência contra a ditadura. As formas por meio das quais as mulheres romperam com padrões estabelecidos pela sociedade e escolheram seus projetos de vida é um ponto de discussão que a autora concebe. Além disso, trabalha na perspectiva de que as relações de poder colocaram a diferença sexual como principal medida de distinção para a militância. Por fim, destaca a importante relação entre a construção da memória e a subjetividade ao apresentar as diferentes reconstruções memoria-lísticas disponibilizadas pelas mulheres que compõem a obra.

A partir dos estudos apresentados, é possível refletirmos sobre as diferentes perspectivas e ações de mulheres durante o regime militar brasileiro, levando em conta não apenas a militância, mas os diferentes lugares de formação e de atuação, uma vez que, ao falarmos das mulheres na ditadura, devemos entender que não se tratava de um bloco monolítico, tendo diferentes formas de pensar e de agir.

1.3 Obras e estudos baianos

No atual cenário da historiografia baiana, até o momento não há obra específica sobre as mulheres baianas na ditadura militar.

42. CONRADI, Carla Cristina N. “*Memórias do sótão*”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 2015. 267 fl. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2015.

Temos muitos levantamentos feitos e que deram origem a artigos. Porém, ainda que tenhamos poucos trabalhos sobre o tema em relação a outros estados do Brasil, observamos que as pesquisas e debates, nos últimos anos, passaram a crescer. Entendemos que isso está relacionado ao incentivo de estudos realizado pelos programas de pós-graduação que cresceram e ampliaram suas linhas de pesquisa, além do próprio espaço e das discussões realizadas pelas mulheres, transformando a abordagem esporádica da história em um campo de estudos destacável.

Em 2009 e 2014, respectivamente, Grimaldi Zachariadhes organizou as obras *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* e *Ditadura militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*, que, reunindo artigos de inúmeras pesquisadoras e também pesquisadores, debatem o tema da ditadura a partir de diferentes objetos de estudo.

Ainda que sejam obras que contemplem e discutam inúmeras situações referentes à Bahia e à ditadura, não há nenhum trabalho que trate especificamente da participação da mulher baiana na resistência ao regime autoritário. O que mais se aproxima é o artigo de Ana Costa (2005) sobre “As marchas da família com Deus pela liberdade”⁴³, movimento formado por mulheres que realizavam em diferentes cidades do Brasil, inclusive na Bahia, manifestações de apoio ao golpe de 1964.

Ainda em 2005, Andrea Santos, em *Ação entre amigos: História da militância do PC do B em Salvador (1965- 1973)*, traz uma excelente análise sobre o tema e as principais ações da organização no estado, tendo as mulheres lugar de destaque nas ações militantes.

43. COSTA, A. A. A.; SANTANA, E. L.; FREIRE, R. S. As mulheres e as marchas da família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. In: MOTTA, Alda Britto da; AZEVEDO, Eulália; GOMES, Márcia(Orgs.). *Reparando a Falta: Dinâmica de Gênero em Perspectiva Geracional*. Salvador: NEIM, 2005, p. 135, v. 10.

Oito anos depois, em 2013, Sandra Souza lançou a obra *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*, a qual traz uma abordagem fundamentada no cruzamento de diferentes fontes, que vão desde documentos da época a entrevistas com militantes da luta armada em Salvador. Apesar de não focar na questão da mulher durante a ditadura, já que não é seu intuito, tece algumas considerações sobre a temática e sua importância.

Sem dúvida, a lacuna na historiografia brasileira e baiana sobre a mulher militante das organizações da esquerda armada, participantes das guerrilhas urbana e rural, ocorridas durante os anos do regime militar, ainda está por ser preenchida⁴⁴.

Buscando refletir sobre a participação da mulher baiana durante o regime, a autora informa que a participação da mulher nas organizações armadas atuantes na capital da Bahia foi limitada, visto que, “[...] do total de militantes identificados na VAR-Palmares, 33,3% eram mulheres, no MR-8 cai para 19% e no PCBR para 15%”⁴⁵. Outro ponto destacado é a presença de algumas mulheres na direção de algumas instâncias partidárias, a exemplo da hoje cineasta Lucia Murat, principal dirigente política do MR-8 na Bahia, Solange Gomes, substituta de Lucia Murat como dirigente regional, Maria Olivia Chagas, que coordenou o setor financeiro e de imprensa da VAR-Palmares; além de Chantal Russi, Marie Hélène Russi, Jurema Valença Ribeiro e Maria Lucia Santana, que pertenciam ao grupo que esteve comandando a VAR – Palmares até o final de 1969.

De acordo com os exemplos citados, ainda que tenha sido proporcionalmente menor, a participação de mulheres no movimento de resistência à ditadura militar em Salvador, dentro das organizações de esquerda armada urbana, o teor desse trabalho foi qualitativamente elevado. Observamos que o preconceito masculino, em relação às atividades que as mulheres poderiam desempenhar, dificultaria sua participação mais intensa nas ações propriamente armadas⁴⁶.

44. SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. “*Ousar lutar, ousar vencer*”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: EDUFBA, 2013, p. 145.

45. *Ibidem*, p. 148.

46. *Ibidem*, p. 151.

Em conformidade com o fragmento acima, os estudos em torno da atuação da mulher baiana na ditadura militar merecem atenção não apenas pela lacuna existente, mas também pela própria importância dessa no processo de redemocratização e resistência política, algo, muitas vezes, não mencionado na história dita oficial.

No tocante à memória baiana sobre a ditadura, em 2014 o governo da Bahia lançou a obra *Mortos e desaparecidos baianos: Ditadura militar – direito a memória 50 anos do golpe de 1964*. Destacando trinta personalidades baianas, entre mulheres e homens, mortas e desaparecidas durante o período, seu objetivo foi preservar a memória dos que vivenciaram a ditadura e resistiram de variadas formas àquela época.

Um aspecto que nos chamou atenção foi o pequeno número de mulheres apresentadas na obra citada, uma vez que, das trinta personalidades, foram apresentadas apenas quatro mulheres, sendo elas Nilda Carvalho Cunha (1954-1971), Dinaelza Santana Coqueiro (1949-1973), Dinalva Oliveira Teixeira (1945-1974) e Esmeraldina Carvalho Cunha (1922-1972), que, apesar de serem poucas, em relação à quantidade de mulheres que militaram na Bahia, demonstram a presença feminina nos movimentos de resistência à ditadura.

Assim, reforçamos a continuidade de estudos que discutam a ditadura militar no Estado e a atuação da mulher, pois entendemos que a Bahia teve uma participação tanto em relação ao processo de repressão, prisão e tortura, quanto ao de resistência e ação de mulheres na luta contra o arbítrio e na retomada da democracia. Consideramos tal ponto como de suma importância, haja vista que algumas correntes historiográficas defendem a tese de que o Nordeste teria sido apenas utilizado como “zona de recuo” para militantes em fuga dos grandes centros sulistas.

1.4 A literatura que rememora a ditadura

Ao propormos o uso de obras literais sobre o período, buscamos apresentar aquelas que retomam a participação da mulher. Para isso, atentamo-nos à vida e obra de quem escreveu, bem como qual seu público. Ademais, observamos as obras enquanto produtos da subjetividade e da liberdade poética.

Nessa perspectiva, apresentamos *A revolta das vísceras: uma visão feminina da luta armada no Brasil – uma história de paixão e morte*, de Mariluce Moura (1982), e *Uma história para Érica*, de Jô Moraes (2002). A primeira obra trata de um romance que tem como fundo o período ditatorial brasileiro e a visão feminina da luta armada e a segunda é um romance que remonta à vida da autora entre a clandestinidade e suas várias identidades.

Ao longo de *A revolta das vísceras*, a presença de rememorações da autora, presa durante a ditadura, aparece em meio aos sentimentos descritos nos personagens, principalmente por meio de Clara, principal da trama. Assim, busca centrar a participação feminina na ditadura em meio a toda a liberdade poética. Contudo, apesar de ser uma obra literal, Mariluce Moura problematiza as funções políticas sempre atribuídas aos homens, bem como a distância entre feminilidade e militância, o que forçou as mulheres a se masculinizarem e/ou se colocarem como assexuadas, desprovidas de vaidade.

Clara se imaginava vestindo um vestido desbotado, o rosto lavado sem nenhuma pintura, o cabelo amarrado, desajeitado... mas a clandestinidade é uma barra muito pesada... heroína romântica, ao contrário da que se imaginara na infância, não a princesa belíssima, mas a mulher feia, sem nenhum encanto, uma ponta de tristeza se insinuava e ela a afastava com vigor, entregue ao seu destino⁴⁷.

47. MOURA, Mariluce. *A revolta das vísceras*. Rio de Janeiro: Codreco, Coleções Edições do Pasquim; v. 125, 1982, p.44

É importante nos atentarmos para a reflexão da autora a partir das palavras de sua personagem Clara quanto à vida na clandestinidade, a qual apresentava pontos de tristeza e abdicção a determinadas ações e sonhos. Contudo, naquela sociedade em que viviam, as mulheres eram discriminadas não só socialmente, mas dentro dos próprios partidos e organizações de luta armada, o que as forçava, muitas vezes, a adaptarem-se ao universo masculino. Nessa perspectiva, podemos observar a passagem da personagem Clara, como uma espécie de abandono de suas características femininas, tornando-se “masculinizada”, trazendo um conformismo infeliz para a personagem, fato esse explorado anos mais tarde nos trabalhos aqui já mencionados. Além disso, como destaca Ridenti (2000), muitos homens confundiam libertação sexual feminina com a possibilidade de “pegação”, o que fazia com que as mulheres fossem assediadas nas organizações. Talvez para evitar isso e serem respeitadas pela atuação e inteligência, essas mulheres acabaram se masculinizando, a fim de serem tratadas de uma forma mais igual por seus companheiros de luta.

Trazendo outra importante reflexão do período por meio de sua obra, Moura problematiza a heterogeneidade das mulheres dentro da sociedade da época, bem como os tabus em torno da sexualidade. Em duas passagens do livro, essa questão fica visível, como por exemplo, no diálogo entre as personagens Clara e Maria:

Falaram um dia de relacionamento afetivo... se relacionar com alguém que tivesse a mesma perspectiva de vida... Maria falou de se relacionar sexualmente antes do casamento. Sem casar? O susto de Clara e a ideia logo admitida intelectualmente. É Clara, o casamento legal, se houver, é somente uma concessão à família. Se o relacionamento for bom, se as ideias forem as mesmas, as mesmas perspectivas, tem mais é que trepar!⁴⁸

48. Ibidem, pp. 44-45

A partir do diálogo acima, percebemos os anseios, dúvidas e padrões culturais que permeavam as mulheres naquele período, sob o imaginário da autora. Importante pontuar que o ato de ter ou não relações sexuais antes do casamento era algo que estava relacionado à sociedade e não apenas aos movimentos de esquerda, uma vez que muitas mulheres já haviam rompido o obstáculo de discutir a presença e a autonomia da mulher na sociedade. Além disso, a intensidade da vida na clandestinidade causou bastante impacto nas ações dos envolvidos, em sua maioria jovens, distantes dos padrões estabelecidos e levando em consideração, inclusive, morrerem ou serem presos a qualquer momento.

Em sua obra, Moura nos permite, a partir das reflexões da personagem Clara, observar questões que marcaram as mulheres durante a militância nos tempos da ditadura. Além disso, ela apresenta características que nos levam a refletir sobre a influência da revolução sexual e comportamental que marcariam essa geração dos anos 1960⁴⁹.

Por conseguinte, em *Uma história para Érica*, Jô Moraes⁵⁰ relata o período que viveu na clandestinidade e militou contra a ditadura. No decorrer de suas páginas, são apresentadas as particularidades de ser mulher no período ditatorial, além da dificuldade em viver na clandestinidade. Para isso, faz uma homenagem à jovem atriz chamada Érica, que, no período anterior à confecção de sua obra, encantou a autora por seu idealismo e paixão pelo teatro, o que supostamente a fez lembrar de seus anos de militância. Para subsidiar sua obra, a autora apresenta documentos do período,

49. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2000.

50. Nascida em João Pessoa, Jô Moraes até hoje se considera uma militante comunista, algo expressado na contracapa de sua obra. Perseguida pela ditadura, viveu na clandestinidade até fixar-se em Minas Gerais na década de 1970. Atualmente, é Deputada Federal pelo PC do B de Minas Gerais.

dando ênfase à luta política feminina e, a partir de suas memórias, apresentar o que foi o período militar para as mulheres.

Comum em ambas as abordagens literais é a presença da mulher no centro da participação política. Assim, temáticas pouco discutidas, como a liberdade sexual, relacionamentos amorosos e a diferença na relação entre mulheres e homens na militância, por exemplo, passam a fazer parte e acrescentar discussões acerca do período, dos partidos e da repressão.

1.5 Reflexões e enfrentamentos

Em meio às diferentes obras e abordagens apresentadas, foi possível perceber que há uma quantidade significativa de mulheres que tiveram uma vida ligada à política e a movimentos sociais durante o período ditatorial brasileiro. Muitas dessas partiram para a militância política, tendo de lidar com olhares diferenciados tanto dos órgãos de repressão quanto de dentro dos próprios movimentos de oposição. Dessa forma, percebemos o quanto a participação da mulher e sua militância apresentam aspectos importantes para analisarmos não apenas questões voltadas à política, mas também a fatores culturais que condicionavam o período.

Outra observação é a presença do Nordeste, e/ou especificamente das mulheres baianas na historiografia da ditadura. Em nenhum dos trabalhos analisados encontramos menções às mulheres ou possíveis acontecimentos no Nordeste, com exceção do livro de Sandra Regina Souza. O que percebemos, muitas vezes, é um estudo regional, derivado de determinados estados, em sua maioria do Sul e do Sudeste tomando forma de história nacional, sem levar em consideração a heterogeneidade e as especificidades da militância das mulheres em diversas regiões, a exemplo da Bahia.

A partir deste capítulo, apresentamos alguns dos diversos trabalhos sobre a resistência das mulheres contra a ditadura, bem como suas diferentes abordagens e metodologias. Mas acima de tudo, destacam-se pelo importante trabalho de valorização da memória e da militância das mulheres no período. Acreditando nos constantes debates acerca do tema e das comissões instaladas para averiguar os crimes do período, outras pesquisas surgirão e trarão novos olhares para a temática. Quanto à participação da mulher baiana na ditadura, ainda temos muito a ser debatido, e esperamos que este livro possa contribuir para o crescimento da temática.

2

DA MILITÂNCIA ESTUDANTIL À RESISTÊNCIA À DITADURA: OS CAMINHOS DA LUTA

Caminhando contra o vento
Sem lenço, sem documento
No sol de quase dezembro
Eu vou [...]

"Alegria, Alegria"
Caetano Veloso

O ano de 1968 ficou marcado não apenas por uma revolução cultural pelo mundo, como também pelo endurecimento da repressão no Brasil em seus variados campos, a partir da assinatura do ato institucional de número 5⁵¹. Nesse cenário, a participação de estudantes secundaristas e universitários se fez de grande importância. Influenciados em sua grande maioria por ideologias marxistas-leninistas, muitos jovens passaram a questionar o mundo e suas bases autoritárias. Porém, existe uma mítica sobre o ano de 1968 como um período de maciça militância, quando na realidade muitos jovens optaram por ser indiferentes à política, perfazendo uma reflexão do ponto de vista do quão heterogênea foi a partici-

51. O Ato Institucional nº 5 foi assinado em 13 de dezembro de 1968 e teve como uma de suas principais medidas o fim dos direitos constitucionais e o controle total do Estado (MOREIRA ALVES, 2005).

pação da juventude e seus caminhos políticos. Assim, o movimento estudantil brasileiro, em seus mais variados campos de atuação, foi um dos principais grupos de oposição e luta contra o regime instaurado em 1964, algo que passou a ter mais destaque após a abertura política, quando muitos trabalhos de memórias passaram a relembrar os fatos que marcaram a vida de muitos ex-estudantes.

Por muito tempo, a historiografia “dita” nacional difundiu as imagens da resistência ao regime, tomando como foco principal os estados do Rio de Janeiro e São Paulo e colocando estados como Pernambuco, Bahia e Sergipe, por exemplo, como zonas de recuo ou de resistências isoladas a ditadura. Contudo, nas últimas décadas o que se tem visto são estudos que demonstram que esses espaços e tantos outros, além do Sudeste, tiveram importância na luta pela democracia e na combatividade à ditadura.

Quanto à Bahia nos idos de 1960, o Movimento Estudantil já atuava politicamente desde o início da década, quando os jovens, em sua maioria, já haviam dado os primeiros passos políticos e de formação ideológica ainda no curso secundário, o que contribuiu posteriormente para que muitos se tornassem militantes de partidos e organizações de esquerda. Nessa conjuntura, o presente capítulo apresentará as memórias e os desdobramentos políticos das ações de resistência na perspectiva de Maria Liége Santos Rocha. Ao final dele, buscamos analisar pontos de proximidade e distanciamento entre suas reminiscências e atos que se deram ao longo de sua militância, respeitando suas particularidades e subjetividades.

2.1 Da militância no desterro à luta contra a ditadura: Experimentação e Engajamento

Maria Liége nasceu em 1944 em Teresina, Piauí, mas tem um carinho enorme pela Bahia, onde chegou ainda criança e formou

suas primeiras bases sociais e políticas por volta dos dez anos de idade. Como ela mesma destaca, “Eu me considero talvez mais baiana do que piauiense, mas não nego as minhas origens”⁵². Atualmente ligada à Secretaria Nacional de Movimentos Sociais do PC do B, continua atuante no cenário político nacional, exercendo militância ativa em seu partido, além de desenvolver atividades em prol da igualdade de gênero junto a Secretaria Nacional da mulher. Filha de bancário e dona de casa, Liége perdeu a mãe ainda quando criança, tendo seu pai a função de criá-la juntamente com seus oito irmãos, algo que estima gratidão e orgulho por ela.

Eu saí de Teresina com dois anos de idade, fui morar em Picos [Piauí]. Depois sai de Picos com sete anos. Depois fui para o Rio [Rio de Janeiro], porque tinha um problema de escoliose, fazia um tratamento no Rio e fui para Salvador⁵³.

Durante seus primeiro anos em Salvador, Maria Liége, assim como tantas outras pessoas que tiveram atuação no período, diz ter percebido as dificuldades sociais e políticas que estavam ocorrendo no país e, conseqüentemente, com a população. No seu caso, desenvolveu ações sociais no bairro do Desterro, onde morava, fundando com outros jovens, por volta dos vinte anos, o grupo Berimbau, que promovia atividades sociais e discussões sobre a realidade brasileira.

Nós tínhamos um grupo de jovens ali no Desterro; num primeiro momento, a gente frequentava a Igreja de Sant’Ana e organizávamos a missa da juventude. Depois criamos um grupo de jovens que se chamava Berimbau. [...] Então, nós fazíamos atividades esportivas, nós fazíamos festinhas cada mês na casa de um e tínhamos atividades de debate⁵⁴.

A criação do grupo Berimbau, segundo Liége, foi seu primeiro passo para o engajamento político, algo que se fortaleceu com o

52. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

53. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

54. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

desenvolvimento do grupo que passou a contar com a inserção de jovens universitários, convidados para participarem dos debates.

Convidávamos pessoas progressistas da universidade. Da escola de Serviço Social que faziam palestras para gente. A partir daí, nós tomamos contato com a AP55 na época. Então, nós começamos a ter militância nessa questão de jovens, organizando jovens, debatendo⁵⁶.

Nesse caso, a participação de grupos de esquerda em movimentos sociais era algo corriqueiro se analisarmos o recrutamento que muitas dessas organizações realizaram, contribuindo político-ideológica nesses espaços coletivos. Dessa forma, é possível pensar na presença de pessoas ligadas a AP que traziam a perspectiva das discussões universitárias para o grupo Berimbau. Como destaca Maria Paula Araújo (2000), a AP teria surgido a partir da Juventude Universitária Católica, algo que é possível observar ao levarmos em consideração a ligação do grupo Berimbau com jovens progressistas da Igreja de Sant'Ana, localizada no bairro do Desterro.

No estado da Bahia, a Ação Popular (AP) teve grande inserção social e política. Durante a década de 1960, a partir de algumas ações sociais como o Movimento de Educação Popular⁵⁷ em bairros periféricos de Salvador, além de parcerias com o Movimento Educação de Base no trabalho de educação e politização, a AP se

55. A Ação Popular foi instituída em Belo Horizonte, Minas Gerais no ano de 1962. Tendo como integrantes membros da Juventude Universitária Católica (JUC). A AP foi uma das correntes que criticaram as etapas e concepções da revolução socialista pensadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), se voltando para um "socialismo humanista" (ARAÚJO, 2001).

56. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

57. Segundo Lucio Kreutz (1979), no início da década de 1960 muitos grupos já se organizavam no intuito de promover a Educação Popular, algo motivado pela falta de coordenação nacional no âmbito da educação e as falhas de algumas campanhas de governo como a de Educação de Adolescentes e Adultos do Departamento Nacional de Educação (DNE). Como principais participantes, tiveram destaque os liberais, as esquerdas marxistas e os católicos influenciados por uma nova filosofia transformadora. Dentre os principais movimentos surgidos no período, têm-se os Centros Populares de Cultura (CPC) vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de educação de Base (MEB).

aproximou não apenas da população, mas também de sindicatos, operários e outros grupos minoritários (SANTANA, 2009).

Com a influência da AP nas primeiras discussões realizadas no grupo Berimbau, além de sua entrada na Universidade da Bahia⁵⁸ (UBA) para cursar Biblioteconomia em 1967, Liége se aproximou ainda mais da organização de esquerda para a qual adentrou no mesmo ano, quando também foi eleita presidenta do Diretório Acadêmico de seu curso.

Nós tínhamos também um grupo de estudo para conhecer essa realidade. Estudávamos Caio Prado, Werneck Sodré, e, logo depois que eu entrei na escola de Biblioteconomia, que na época era Biblioteconomia e Documentação e depois virou Biblioteconomia e Comunicação, eu logo depois fui eleita presidente do diretório acadêmico da escola. E participava de todas as atividades do movimento estudantil aqui na Bahia⁵⁹.

Logo, é possível notar o quanto a experiência estudantil no período foi um divisor de águas na vida de muitos jovens. Foi um momento no qual Liége se inseriu na AP e adentrou ao movimento estudantil da universidade. Assim, a partir de tais experimentações, passa a formar sua mentalidade política-ideológica e a delinear seu engajamento político, tendo até hoje grande significância em suas memórias.

Por conseguinte, apesar da entrada de Liége na UFBA ter ocorrido em 1967, em pleno governo militar, é importante destacar que a instituição já demonstrava apoio aos militares desde as primeiras semanas após o golpe de 1964. Como apresenta Brito (2008), o reitor da universidade, Alberico Fraga lançou uma moção de apoio aos

58. Segundo Brito (2008), só após o ano de 1965, quando a universidade passa a ser federalizada, é que a nomenclatura Universidade Federal da Bahia (UFBA) passa a ser utilizada.

59. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 10/ jul. 2015.

militares, algo amplamente divulgado pela imprensa⁶⁰, dando o teor do que os opositores/comunistas da instituição de ensino poderiam esperar. Além disso, apesar das várias problematizações cabíveis,

[...] Potencialmente “formadora de opinião” junto a alguns extratos sociais pelo simbolismo e presença na vida social soteropolitana, a UFBA, ao aprovar e publicizar essas moções, ofereceu aos militares o argumento de que a “elite intelectual” também apoiou o movimento político-militar. Mesmo que problematizemos esse discurso, já que muitos intelectuais representativos do mundo da cultura, das artes e das letras não estavam na universidade, seria um equívoco subestimar o impacto dessas demonstrações públicas⁶¹.

A partir dessa rede colaborativa, as ações impetradas pela universidade contra os estudantes e opositores ganharam ainda mais corpo político, algo que será visto posteriormente nas ações proferidas pela reitoria com o endurecimento do golpe nos finais da década de 1960. Mencionamos ainda que, entre os anos de 1964 e 1968, período no qual Liège ajudou a fundar o grupo Berimbau, além de adentrar a universidade e a AP, uma série de medidas repressivas já haviam sido postas em ação, dando a atmosfera dos percalços vividos por outros militantes políticos.

Logo, com forte apoio de setores conservadores e o já declarado apoio de inúmeras universidades, em 1967 o governo criou o Decreto Aragão, com o intuito de proibir o funcionamento da União Nacional dos Estudantes. Assim, as liberdades estudantis que já se encontravam restritas passaram a ficar ainda difíceis com as limitações impostas. Nesse período, houve invasões a universidades, como o caso da Universidade de Brasília, em 1965, bem como a casa dos estudantes na UFBA. Contudo, é importante destacar

60. O jornal *A tarde* e o *Jornal da Bahia*, além de algumas rádios, divulgaram a moção de apoio. Em sua tese, Antônio Maurício F. Brito (2008) apresenta as atas realizadas nas reuniões do conselho universitário (CONSUNI). Ver: BRITO, Antônio Maurício F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. 243 fl. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008.

61. BRITO, 2008, p. 81.

que, durante esses anos, a cidade de Salvador se via com inúmeras movimentações não apenas dos setores estudantis universitários, mas também secundaristas, dando imenso destaque ao Colégio Central de Salvador, de onde saíram movimentações, passeatas e militantes que contribuíram para a luta política contra a ditadura e pautas que colocassem em risco uma educação para todos.

2.1.1 Do diretório acadêmico à clandestinidade: prisão, família e laços de resistência

Como presidenta do D.A de Biblioteconomia, Liége compôs a delegação baiana que foi ao XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes⁶², que seria realizado na cidade paulista de Ibiúna⁶³, em 1968. No tocante à realização do congresso, houve uma grande dúvida por parte dos setores estudantis quanto à natureza aberta ou fechada do evento, uma vez que a UNE estava na ilegalidade perante os militares, além da quantidade de estudantes envolvidos com a militância política. Após discussões, a decisão tomada é de um evento público com a escolha de representantes feita pelos D. As.

Após a resolução de algumas questões, como alojamentos, deslocamento e discussões ideológicas, a delegação baiana se mobiliza para participar do Congresso em 12 de outubro de 1968

62. A União Nacional dos Estudantes foi fundada ainda no período do governo Vargas, em 1935, com o intuito de representar os estudantes brasileiros nos mais variados campos de atuação social. Foram participantes ativos em momentos como a campanha “O petróleo é nosso”, o apoio ao envio de tropas brasileiras para combater na Segunda Grande Guerra e as campanhas alinhadas ao governo Joao Goulart. Contudo, com o golpe civil-militar em 1964, nas primeiras horas tem sua sede incendiada, sendo posta na ilegalidade em 1967, sendo substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes sob os olhares e cuidados militares (HEGEMEYER, 1997; SANTANA, 2007; BRITO, 2008).

63. O nome de Maria Liége está presente na lista realizada pelo DEOPS/ SP na pasta intitulada Operação Ibiúna – XXX Congresso da extinta UNE, quanto às pessoas que estavam presentes no sítio em Ibiúna. Tal documento se encontra no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ).

no Sítio Murundu em Ibiúna, São Paulo⁶⁴. Como destaca Maria Liége: “[...] fomos de ônibus para São Paulo porque tinha toda uma questão da clandestinidade. Nós fomos para São Paulo e tínhamos um ponto definido onde alguém ia informar para gente onde seria o congresso”⁶⁵. Assim, ainda que sem a promulgação do ato institucional de número 5, assinado um mês depois, em 13 de dezembro de 1968, o cenário para a realização de tal congresso era bastante tenso e turbulento, haja vista que a própria organização interna era dotada de indecisões, que iam desde o local às pautas que seriam debatidas. Contudo, nada impediu que inúmeras delegações chegassem ao interior de São Paulo, demonstrando o engajamento e a importância que o ME traz para os estudos sobre o período, não apenas no contexto político, mas no campo geracional e cultural.

No âmbito da paixão que motivava a juventude, é possível notar, em alguns testemunhos, que, enquanto para uns a revolução fazia o coração palpitar, para outros a liberdade há muito tempo reprimida serviu como escape para se libertar de amarras culturais. Assim, caminhando numa contracultura do que se dizia correto, muitos jovens ousavam em roupas coloridas, mudavam hábitos e partiam para ações libertárias contra o conservadorismo moral da época (RAGO, 2013).

Por conseguinte, antes mesmo da realização do Congresso, os estudantes foram surpreendidos e presos sem qualquer tipo de reação. Estudos indicam que todos os jovens presentes foram a pé do sítio até o centro urbano da cidade de Ibiúna, onde posteriormente foram levados e encaminhados para seus estados (HEGEMEYER, 1997). Segundo Maria Liége,

64. Segundo dados fornecidos gentilmente pelo Grupo Tortura Nunca Mais seção Bahia, o número total de estudantes presos no Congresso de Ibiúna foi de 920, sendo que nem todos eram congressistas, mas com funções de apoio. Do total, 154 eram mulheres, sendo dessas 18 baianas.

65. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

Fomos cercados e fomos levados para Ibiúna e depois fomos levados para o presídio Tiradentes. [...] Então fomos fichados, tivemos que fazer depoimento para a polícia federal, depois fomos levados para a Bahia. Cada estudante foi levado. Nós fomos levados de ônibus, acompanhados pela polícia de São Paulo até a Bahia e ficamos naquele quartel dali da cidade baixa. Quartel do exército da cidade baixa perto de Roma. E de novo prestamos depoimentos etc., etc. Depois fomos liberados, entregues aos nossos pais que foram chamados⁶⁶.

Observando algumas obras, como as de Colling (2007), Gianardoli-Nascimento, Trindade e Santos (2013), percebemos a presença da família como portadora de grande importância não apenas simbólica, mas de resistência emocional na vida de muitas militantes. Em sua grande maioria, essas relatam que a boa relação familiar e o próprio apoio foram de grande significado para que desenvolvessem sua vida política. Nessa perspectiva, Liége não foge à regra, tendo pela figura de seu pai uma grande admiração.

Um cara que eu admiro muito porque ele respeitou. Ele era bancário, tinha posições progressistas, era autodidata. Aprendi com ele o gosto pela leitura, porque ele era um cara que lia muito e sempre respeitou a decisão de participação. Porque um pai naquela época, pai de nove filhos, e desses nove sete eram mulheres. E tínhamos na época duas atuantes que iam para a manifestação. Às vezes, ele ia assistir e dizia: "Como vocês ficam numa atividade daquela? Correndo não sei o que, perigo". Ele nunca cerceou nossa atividade. Sempre respeitou, e, por exemplo, quando fui para a clandestinidade, ele também chegou a me visitar na clandestinidade. Então, ele era um progressista democrata, que sempre respeitou a atuação de suas filhas. Então, eu tenho uma grande admiração por ele. Não só por isso, mas também por isso⁶⁷.

Notamos, a partir do trecho destacado, que em sua memória de militante destaca-se a figura do pai, não apenas como um símbolo de garra por criá-la com seus irmãos independente de possíveis dificuldades, mas como um sujeito que deu respaldo à sua militância,

66. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

67. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

respeitando suas decisões. Reiteramos tal atitude, haja vista que no período muitos familiares se voltaram contra filhos, sobrinhos etc. que escolhiam a militância política. Assim, percebemos o quanto para Maria Liége esse apoio serviu como base para suas ações políticas. Dessa forma, torna-se imprescindível observar a memória não apenas alicerçada no eu memorialista, mas nas suas múltiplas raízes formativas, a exemplo da família, trazendo uma enorme significância para sua identidade e na construção de sua memória coletiva (DELGADO, 2010).

No que concerne à participação no Congresso de Ibiúna, em nenhum momento Liége se diz arrependida ou assume um possível erro estratégico por parte das lideranças envolvidas; pelo contrário, ressalta a importância dele para o cenário estudantil na luta contra a ditadura militar:

Olha, eu penso o seguinte: naquela época estudantil – e como agora também –, naquela época, o movimento estudantil era um movimento muito atuante de resistência a Ditadura militar [...]. Então, o Congresso de Ibiúna foi um congresso importante de lutas dos estudantes brasileiros, entendeu? É pela educação, pelas liberdades democráticas. Por que isso? Por conta da ditadura militar. Porque isso teve uma marca e um significado importante no movimento estudantil no Brasil. A gente tinha que tomar banho na cachoeira, um frio danado. Tínhamos que comer nos lugares onde deveriam ser os lugares do gado. Então, foi um Congresso que até hoje é um marco na luta dos estudantes contra a ditadura militar e pelas liberdades democráticas no Brasil⁶⁸.

Na passagem acima, é possível perceber que, apesar de toda discussão ideológica, política e sobre erros ou acertos inerentes ao congresso, presentes em relatos autobiográficos, alguns jovens como ela, viam na luta a favor de uma educação de qualidade uma das bandeiras na combate contra a ditadura. Dessa forma, é importante pontuar que a participação estudantil nos anos de ditadura

68. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

não se deu apenas no campo político, mas na busca por melhores condições na educação. Ainda no tocante as palavras de Liége, percebemos que sua participação no Congresso é vista como um marco pessoal que traz orgulho e teve enorme significação para sua composição e criação de “ser” militante. Como destaca o filósofo francês Paul Ricoeur (2007), o ato de recordar também é algo relacional, ligado não apenas à identidade em si, mas a uma subjetividade que dialoga com o outro, em que o ato de recordar está estritamente ligado às recordações coletivas, algo observado por nós nas palavras de Maria Liége.

No que concerne à sua prisão no congresso, houve uma grande repercussão das prisões em Ibiúna, algo que levou a suscitar inúmeras manifestações pelo Brasil, inclusive em Salvador, onde “[...] três dias após a queda de Ibiúna, houve protestos e enfrentamentos entre polícia e estudantes. Tiros de uns *versus* pedras de outros. O centro da cidade voltou a ser cenário de violentos conflitos”⁶⁹. Contudo, ao regressarem à capital baiana, os estudantes presos foram novamente levados a prestar depoimentos, sendo posteriormente soltos.

Em 1969, devido ao AI-5, Liége foi impedida de se matricular na universidade devido à sua participação no Congresso de Ibiúna. Segundo ela, tal fato antecedeu o Decreto 477⁷⁰, que proibia qualquer tipo de manifestação política, como greves, passeatas, entre outras ações no interior de escolas e universidades, sendo que os estudantes envolvidos nessas ações perderiam o direito de se matricular durante três anos. Segundo Liége:

69. BRITO, Antônio, op. cit., 2008, p. 178.

70. O decreto 477 foi assinado em 26 de fevereiro de 1969, pelo General Arthur da Costa e Silva sob a prerrogativa de proibir qualquer tipo de manifestação política ou ideológica em instituições de ensino público e privado. Nessa estava prevista que, em caso de ser estudante, esse se seria afastado no mínimo por 3 anos, enquanto que para discentes subia para 5 anos, sem poder ser nomeado em qualquer outro cargo. Lei disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm>. Acesso em: 28 set. 2016

Eu fui presa no Congresso de Ibiúna em 68, e por conta disso em 69 eu fui impedida de me matricular na UFBA. Então, eu tive os meus direitos estudantis cassados. Comigo, todos aqueles que participaram em Ibiúna não puderam voltar a estudar em 69, né?⁷¹.

[...] Em 69 aconteceu, eu fui impedida de... aconteceu um fato interessante. Porque a UFBA se antecipou ao 477. Eu mesma fui cassada antes do 477, logo depois veio o 477. Então eu fui impedida de me matricular em 69⁷².

De toda forma, posteriormente Liége foi enquadrada no 477, sendo possível encontrar seu nome no Boletim Avante do DCE/UEB de 1968⁷³. Além disso, a cassação do direito de matrícula antes do decreto é registrado no Conselho Universitário (CONSUNI), sendo respondido pela reitoria. Assim, reproduzimos o diálogo a seguir:

[...] os estudantes estão perplexos diante do fato que aqui repercutiu no próprio conselho. Os dois representantes dos estudantes foram impedidos de se matricularem. [...] O corpo discente não sabe os motivos, as origens, não tem conhecimento do porquê desse impedimento. [...] não tem conhecimento de quanto tempo durará esse impedimento de matrícula. [...] não sabe a posição que o Conselho Universitário e o Magnífico Reitor, toma, tomou e tomará em relação a esse impedimento de matrícula. Nós, atuais representantes do corpo discente [...] queríamos ouvir, especialmente do Magnífico Reitor, um pronunciamento nos explicando e colocando qual é a posição dele no caso, e que é que significa, realmente, esse impedimento de matrícula dos estudantes (ATA CONSUNI, 20/03/1969)⁷⁴.

Em resposta, a reitoria diz:

O assunto tem sido ventilado em várias oportunidades e ocasiões e o pronunciamento é claro. Nós estamos diante de uma situação de fato, perante a qual os que se julgarem por ele prejudicados,

71. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

72. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

73. A lista completa dos nomes está em Brito (2008).

74. BRITO, Antônio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. 243 fl. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008, p. 182.

poderão adotar os recursos de ordem judicial que lhes parecerem mais convenientes. É esse o pronunciamento que tem a Reitoria a fazerem no momento, sobre o assunto (ATA CONSUNI, 20/03/1969)⁷⁵.

Assim como Brito (2008) destaca acima, há um silêncio por parte da reitoria da universidade, não deixando claros os reais motivos para a cassação das matrículas de alguns estudantes que voltaram do Congresso do Ibiúna. Supomos que, em virtude do apoio da instituição de ensino ao governo, a medida foi uma forma de afastar as forças consideradas comunistas/ subversivas do meio estudantil. Segundo Maria Liége:

Os estudantes, meus companheiros e companheiras fizeram várias assembleias que eram para me manter na escola e isso causou um certo temor na diretoria da escola. E, logo depois, eu e meu pai fomos chamados a Polícia Federal e o diretor Luís Arthur, na época, disse para meu pai que se eu voltasse a pisar na dependência da Escola de Biblioteconomia eu seria presa em flagrante. Então, eu fui, além de cassada, eu fui proibida de pisar, vamos dizer assim, “o solo da UFBA”⁷⁶.

Assim como ela, outros tantos estudantes tiveram suas matrículas negadas e enquadradas no artigo 477, algo que causou a mudança de muitos caminhos de vida percorridos no período, sendo para muitos a clandestinidade uma saída. Outro ponto que também merece atenção nas reminiscências de Maria Liége é a ideia de fraternidade e senso de coletividade existente entre seus “companheiros e companheiras”, que tentaram mantê-la no centro das discussões estudantis. Essa fraternidade, inclusive, não se restringe às suas memórias, pois em inúmeras memórias autobiográficas a fraternidade e a partilha de ideais e sonhos alimentavam a militância.

75. Idem

76. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15/10/2015

Ainda em 1969, já com um movimento estudantil ilegal e sufocado, alguns estudantes ainda tentaram realizar algumas atividades isoladas, como o ato realizado em ocasião da visita do empresário norte-americano Nelson Rockefeller⁷⁷ ao Brasil. Para tal visita, foi disposto um grande efetivo de militares no intuito de evitar possíveis atos de oposição, prendendo preventivamente mais de 6.000 pessoas (SANTANA, 2007). Sobre isso, Liège conta que houve um ato em Salvador:

Em 69, nós fizemos uma grande movimentação aqui na Bahia, e esse fato para mim é um fato inédito e histórico e maravilhoso, porque várias correntes do movimento estudantil na Bahia se uniram para fazer uma manifestação contra o imperialismo norte-americano e o fora Rockefeller. E não só fizemos uma pichação nessa cidade como nunca foi visto. Eu e minha equipe de pichação fomos encarregados de pichar a Escola de Medicina da Bahia ali no Terreiro dentro do pátio. Tivemos que ir pelo Pelourinho, pular o muro da escola e pichar a escola, pular de volta, e no dia seguinte estavam maravilhosamente pichados todos os lugares [...]. Era a Joana Angélica, era a arcada da Cidade Baixa, em todos os lugares tinha “Fora Rockefeller” e “Abaixo Imperialismo Americano”. Eu acho que foi uma das ações unitárias de todas as correntes do movimento estudantil aqui na Bahia⁷⁸.

Contudo, com a cassação imposta aos estudantes, o ME se desestruturou e, conseqüentemente, se enfraqueceu, não tendo, segundo o pesquisador, “[...] nenhum registro de protesto político no espaço público de estudantes da UFBA no ano de 1969”⁷⁹. Tal

77. Empresário de grande prestígio nos Estados Unidos que juntamente à AIA (*American International Association for Economic and Social Development*), teve grande influência no cenário econômico externo de alguns países da América Latina a partir de missões atribuídas pelo seu país. Em 1969, realiza uma visita ao Brasil, algo que para muitos movimentos sociais, culturais e figuras como Tom Zé representava a lógica do imperialismo norte-americano predominando no Brasil. “Nessa perspectiva, Nelson Rockefeller era visto como um dos principais representantes da dominação econômica, política e cultural dos EUA sobre o Brasil, fato que teria gerado resistências por parte de diversos setores” (SILVA, 2013, p. 1.699).

78. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15/10/2015

79. BRITO, Antônio, op. cit., 2008, p. 185.

registro é importante, uma vez que Liége traz um episódio não destacado pela historiografia baiana sobre o período. Não encontramos indícios de tal ocorrência em obras e documentos, contudo destacamos que este estudo lida com memórias, fontes orais, primárias e secundárias, mantendo relações constantes com inúmeras temporalidades, em que o jovem do passado fala pelo adulto do presente. Dessa forma, não é tarefa do pesquisador fazer qualquer espécie de julgamento memorialístico, mas ter consciência dos métodos históricos e dos inúmeros acontecimentos não documentados que só possuem registros através da oralidade. Segundo Maria Liége,

[...] caminhando para a Escola de Engenharia da Federação, eu e duas colegas de Biblioteconomia, indo para a um ato especialmente contra o imperialismo e “fora Rockefeller”. Aí quando chegamos na Escola de Engenharia disseram que a Polícia Federal tinha cercado o local e tinha sido resolvido que a manifestação seria na Escola de Arquitetura, e nós três fomos caminhando para a Escola de Arquitetura. Nessa ocasião, veio um carro com Luís Arthur e me reconheceu, porque recentemente eu tinha estado com ele e meu pai. Ele mandou parar o carro e disse: – Pega, segura que é ela. E aí nós tentamos descer aquelas ribanceiras da Federação, mas eles nos prenderam e nos levaram ali para a polícia feminina, ali na Piedade [Liége fica presa durante oito dias]. E as duas, e eu tive que ouvir dele, porque os pais das outras duas foram chamados e ele disse: não deixa ela andar com esse mau elemento, porque essa daí é má influência para as suas filhas⁸⁰.

Por meio da riqueza dos detalhes, é possível perceber que, ao mesmo tempo que narra sua vivência, os ideários de sua juventude e o fôlego característico de muitos militantes do período se fazem presente em sua narrativa. Além disso, seu relato nos possibilita problematizar a própria visão que pessoas com certo histórico de luta carregavam em suas ações pela repressão. O fato de ser considerada má influência pelo policial militar pode indicar o rompi-

80. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15/10/2015

mento com o que era estabelecido no período para uma pessoa e principalmente mulher, carregada de estereótipos sociais e políticos.

Logo, a partir das relações de poder que se faziam presentes, não apenas no âmbito político, mas na construção de gênero, que colocava as mulheres em lugares mais “docilizados”, percebe-se que a possível fala do policial se remete a propor que, por suas ações, Maria Liége não era uma boa influência, tendo por base o padrão de mulher estabelecido naquela sociedade. Sobre a o sujeito feminino e a política,

A trajetória da construção do sujeito político feminino é marcada por práticas sociais e projetos específicos da sociedade. O reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos encontra barreiras na tentativa de desconstrução porque rompe com os padrões estabelecidos pela família e pela sociedade, que determinou códigos masculinos de participação pública e política⁸¹.

Após sua saída da prisão, ainda em 1969, Liége seria presa pela 3^a vez, quando, juntamente com outros estudantes, foi assistir a uma peça teatral que estava sendo encenada no Teatro Castro Alves⁸² (TCA) e que na época foi considerada subversiva. Após ser solta, em contato com membros da AP, Liége recebeu a recomendação de sair de Salvador, devido às perseguições que vinha sofrendo, e o aumento da repressão no estado. Dessa forma, iniciou sua vida na clandestinidade, indo para Fortaleza em 1970⁸³, onde passou dois anos, até se mudar para Recife em 1972.

81. COLLING, Ana Maria, op. cit., 1997, p. 95.

82. Projetado pelo arquiteto José Bina Fonyat e pelo engenheiro Humberto Lemos Lopes, o Teatro Castro Alves foi fundado em 1960, em Salvador, tendo suas estruturas e qualidades destacadas como uma das melhores do mundo, colocando Salvador entre uma das principais cidades do país.

83. Assim como em outros estados do Brasil, o Ceará enfrentou a repressão militar, tendo estudantes e esquerdistas presos, além da formação de algumas guerrilhas. Ver: FARIAS, José Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no ceará durante a ditadura militar (1968-72)*. 2007. 201 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

Sobre a clandestinidade, essa forma de vida foi uma das principais alternativas abraçadas por muitos militantes, principalmente após o AI – 5, que intensificou a repressão. Logo, a clandestinidade, o exílio, a prisão e a morte passaram a fazer parte do cotidiano de militantes políticos, como Maria Liége relata: “[...] algumas pessoas foram obrigadas a sair do país, foram viver no exílio. O meu exílio foi no próprio Brasil”⁸⁴.

Durante sua vida em Fortaleza, Liége dividiu casa com companheiros da AP, como o ex-dirigente da UNE, José da Mata Machado e sua esposa Maria Madalena Prata Soares e o filho, ainda pequeno, do casal. Nesse período de dois anos, Liége trabalhou e encontrou aquele que será seu marido, Arthur de Paula, com quem casou antes mesmo de ir para Recife, Pernambuco.

Durante sua permanência em Fortaleza, Liége conta que trabalhou em uma loja de departamento, e posteriormente em uma indústria de confecções, o que, segundo ela, estava relacionado à implantação de indústrias no Nordeste a partir do incentivo do governo.

No Ceará, trabalhei em uma loja de departamento e depois eu trabalhei numa indústria que tinha sido implantada dentro daquela promoção que tinha da... De se implantar indústria no Nordeste. Era uma equipe daqui de São Paulo que foi para lá. Era uma indústria de confecções. Era Vezil industrial de Roupas. Companhia Vezil Industrial de Roupas. E aí eu trabalhei nessa loja de departamento, depois eu fui trabalhar nessa fábrica. Aí eu trabalhei dois anos⁸⁵.

Com o exposto acima, é possível tecer algumas reflexões quanto à militância e à vida social dos militantes. Muitas mulheres e homens tiveram de trabalhar para conseguir seu sustento, enquanto realizavam suas atividades partidárias e de oposição. Logo, muitos tinham múltiplas atividades, pois trabalhavam, estudavam e militavam. Além disso, na luta política muitos abandonaram a univer-

84. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

85. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

cidade e seus círculos sociais, deixando seus projetos individuais em nome de um projeto político coletivo, de um ideal, principalmente ao adentrar na clandestinidade, como no caso de Liége. Iara Iavelberg⁸⁶, uma das mulheres militantes mais célebres do período, por exemplo, era formada em Psicologia e, antes da intensificação das perseguições, ministrava aulas no cursinho pré-vestibular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP) e no próprio curso como professora assistente (GABRIELA MONCAU, 2013). Assim, a relação entre trabalho e militância não era algo destoante da vida de muitas militantes políticas, ao passo que continuavam a participar de suas atividades partidárias enquanto trabalhavam. Como destaca Maria Liége:

Eu participava de reuniões. Não era como agora abertas. Tinha um grupo que se encontrava que nem encontrava os outros. Nem encontrava todo mundo. Eu era responsável de receber as pessoas de fora em pontos marcados, com lugar certo, e tinha que cumprir horários. Se não cumprisse horário... Se a pessoa não chegasse, a pessoa tinha que ir embora, senão podia cair. Então, era uma atuação militante. Era uma atuação militante só que na clandestinidade. Clandestinidade que é diferente de hoje. Fazer ato na rua? A gente não fazia isso⁸⁷.

Ainda durante o período em que viveu em Fortaleza, Maria Liége reencontrou e casou com o também militante da AP Arthur de Paula⁸⁸, em 1972. Contudo, apesar de toda limitação de uma vida na clandestinidade, marcada por uma série de cuidados cotidianos, segundo Liége, não era nada que impedia uma vida normal dentro do possível.

Nós éramos pessoas normais. Vivíamos como pessoas normais. As pessoas namoravam, casavam. Eu conhecia ele desde Salvador,

86. Iara Iavelberg foi uma militante paulista assassinada em 1971, em Salvador. A circunstância de sua morte ainda é alvo de debates, contudo seu assassinato foi comprovado por forças da repressão, eliminando a possibilidade de suicídio como foi divulgado na década de 90.

87. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

88. Assim como Maria Liége, Arthur Geraldo Bonfim Paula militou na AP, tendo atividades políticas em estados como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Pernambuco.

mas só fomos casar em Recife, entendeu...? Foi quando a gente se reencontrou. Então, as pessoas, por exemplo, como eu lhe disse... Um casal com quem morei, eles eram casados na clandestinidade... As pessoas casavam, viviam e tinham filhos. Então, eu conheci outras pessoas como Marta Machado, com quem eu morei. Ela era casada e tinha filhos. As pessoas viviam dentro do possível na normalidade como qualquer outra pessoa. Só não podia dizer quem eles eram. E não podiam militar da forma que queriam, nem se manifestar da forma que queriam. Mas as pessoas viviam, amavam, casavam, tinham filhos, namoravam então⁸⁹.

Em vida clandestina, Liége afirma que não trocou de nome ou identidade: *“Eu usava meu nome. O pessoal me chamava de Lia ou de Maria. Então, eu vivi com minha identidade mesmo. Eu trabalhei e tinha uma vida normal”*⁹⁰. Assim, diferente de muitas memórias do período nas quais a vida na clandestinidade marcaram o rompimento de laços afetivos e da identidade, vemos Maria Liége não enquadrada nesse perfil. Nesse sentido,

Vendo-se as duras condições que a vida na clandestinidade impunha, entende-se por que o recurso a esse tipo de sobrevivência era protegido ao máximo – sobretudo o da clandestinidade completa, que geralmente ocorria quando outros membros da organização eram presos, o que colocava a vida dos outros companheiros em sério risco. Assim, muitas das atividades “subversivas” foram praticadas por indivíduos que ainda mantinham uma vida legal, com endereço certo, emprego ou local de estudos conhecidos [...]”⁹¹.

Contudo, também observamos a clandestinidade não seguindo modelos preexistentes a partir de memórias, mas composta de heterogenias, que variavam em grau de cargos e militância dos envolvidos. Além disso, o ato de ser chamada de Lia ou Maria, apesar de não ser algo tão diferente de seu nome, representa apelidos que não apresentam tanta precisão em uma possível apreensão, haja vista que existiam muitos codinomes “Maria”, um nome bem recorrente no país.

89. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

90. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

91. FERREIRA, Elizabeth, op. cit., 1996, p. 136.

No âmbito da vida clandestina, além dos cuidados diários, reuniões e militância, a comunicação e a atualização de como estavam companheiros e a luta política era outro grande empecilho enfrentado. Para tal intuito, segundo Liége,

[...] Tinha uns esquemas que a gente no rádio ouvia o programa transmitido pela Rádio Tirana na Albânia sobre o Brasil. Então, tinha notícias que a gente ficava sabendo, prisões que a gente ficava sabendo, notícias que a gente ficava sabendo pela Rádio Tirana, que a gente não tinha acesso aqui no Brasil. E tinha também a rádio na China que a gente da mesma forma recebia as notícias. Isso era uma coisa... A realidade era essa. Essa era a realidade de perseguição. Você saía um dia, sabia que alguém tinha sido preso, tinha sido morto. E sempre esperando que o dia de amanhã fosse melhor. Então, essa questão de notícias você não tinha. Tinha a notícia de que mataram, de que morreram, de que foi preso. Você via estampados em locais públicos cartazes com fotografias de pessoas que eles estavam procurando. Você reconhecia alguém, você nem podia parar. Era um momento de cerceamento das liberdades democráticas. Você tinha que se fingir de morto para poder sobreviver e continuar lutando. Parece contraditório mais era isso. Você continuava lutando, você continuava organizando, divulgando⁹².

Durante os anos de ampla repressão do Estado, foram aprovadas diversas leis que censuravam os meios de comunicação, a exemplo da Lei Falcão⁹³, criada em 1976, e as outras formas de coibir qualquer meio de divulgação não ordenada, como a criação já em 1965 do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública⁹⁴.

Quanto aos meios de comunicação utilizados para obter notícias de coisas que ocorriam no país, além de desviar-se da censura, as rádios Tirana da Albânia e a chinesa eram vistas como impor-

92. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016

93. Lei nº 6339/76, a Lei Falcão recebeu o nome de seu criador, o então Ministro da Justiça Amando Falcão em 1 de julho de 1976. Além de regular o teor das propagandas eleitorais, aprovava ou reprovava programas e letras de canções.

94. Ver: CAROCHA, Maika Lois. A censura musical durante o regime militar (1964-1985). *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 44, p. 189-211, 2006.

tantes meio de informação para exilados e pessoas na clandestinidade. Ambos os países, Albânia e China, eram de posicionamentos ideológicos de base comunista, fator esse que permitiu a entrada de muitos militantes do PC do B, e do jornal *A classe operária* em alguns de seus editoriais. Assim, havia uma espécie de

[...] rede de comunicação que envolve dirigentes e militantes do PC do B, jornalistas/militantes, o jornal e rádios da China e da Albânia. Esses eram os dois países comunistas com os quais o PC do B mantinha contato. Com as dificuldades de produção e distribuição d'A Classe Operária devido à clandestinidade, textos que eram produzidos para esse jornal eram enviados para as rádios dos países amigos. Carlos Azevedo⁹⁵ acredita que eles chegavam até lá através de exilados ou de entidades de países democráticos⁹⁶.

Em 1972, já casada, Maria Liége mudou-se para Recife, onde permaneceria até 1974, tendo sua primeira filha, Helenira⁹⁷. A questão da mudança de cidade era algo corriqueiro na vida das pessoas que viviam na clandestinidade, haja vista o sistema de informações do Estado, bem como as constantes perseguições e prisões. Em sua nova cidade, foi trabalhar no Laboratório Central da Secretaria de Saúde do Estado. Nesse período, antes mesmo do nascimento de sua filha, viveu juntamente com seu marido e um companheiro de partido. Mais uma vez, Liége chama atenção para a solidariedade, algo de grande importância para a resistência:

[...] a solidariedade era uma questão importante para a sobrevivência. Então, por exemplo, como eu lhe disse, quando eu casei, morava eu, meu companheiro e tinha um amigo que morava com a

95. Carlos Azevedo é jornalista e ex-militante, durante o período ditatorial contribuiu na confecção de jornais como o Libertação (ligado à AP), o Classe operária e Movimento (PC do B) onde militou. Durante os anos de 1972 e 1979, vive com sua família na clandestinidade. Disponível em: <<http://vladimirherzog.org/resistir/?p=129>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

96. MOURÃO, Mônica. Comunicação clandestina: Redes de comunicação política durante a ditadura militar brasileira. *VII Encontro Nacional de História da mídia – mídia alternativa e alternativas midiáticas*. 19 a 21 de agosto de 2009. Fortaleza – Ceará, p. 10.

97. Proveniente de uma homenagem à guerrilheira Helenira Rezende assassinada no Araguaia em 1972. Ver RIBEIRO, Bruno. *Helenira Rezende e a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

gente. Antes de eu casar, eu morei com um casal. Muito antes disso em Fortaleza quando eu cheguei lá e fui morar com pessoas que me acolheram. Então, isso é uma questão de solidariedade, entendeu? É um suporte. Não só vamos dizer assim... Um suporte emocional que você tem de ser acolhida, entendeu? Isso também era importante. Um sentimento forte de solidariedade, de acolhimento. Isso ninguém paga, entendeu? É um negócio assim muito importante, muito marcante que também tem uma relação de você preservar a vida da pessoa. De você contribuir para que pessoas voltem a ter uma vida, podemos dizer assim, normal entre parênteses e entre aspas. Mas que você tenha um... Vamos dizer assim, você sabe que têm pessoas ali que são amigas solidárias. Então, a gente quando sempre fala nos simpatizantes da causa são essas pessoas que sempre manifestaram solidariedade e acolhimento, contribuíram, ajudaram para preservar vidas de pessoas⁹⁸.

Nesse sentido, identificamos uma espécie de rede de solidariedade, que contribuía para a manutenção e a proteção de situações de vulnerabilidade, como fome, frio e cuidados básicos, no qual os militantes estavam expostos. Logo, assim como em tantas outras obras que se propõem a discutir a resistência à ditadura, a solidariedade⁹⁹ é palavra-chave para que muitos militantes se mantivessem vivos ou tivessem a vida preservada durante o período.

Por conseguinte, em muitos estudos que se referem à participação da mulher na resistência à ditadura, a questão da maternidade¹⁰⁰ é quase unânime. Apesar de ser vista como loucura para

98. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

99. O termo solidariedade aqui utilizado adéqua-se ao momento histórico em questão, respeitando sua polissemia. Muitos foram os regimes de exceção instaurados na história e com eles a própria particularidade conceitual da palavra solidariedade. Logo, aqui a entendemos como "identificação coletiva de doutrinas e interesses, apoiado na ideia de uma comum situação de exploração e de injustiça" (RIBEIRO, 2015, p. 1).

100. Fruto de uma cultura ocidental em que a mulher nasceu predestinada a ser mãe, cuidadora e detentora da lactação dos filhos, a maternagem traz em sua construção aquilo que Foucault denominou de "bio-poder", diferenciando a mulher por conta das fragilidades psicológicas, emocionais e biológicas a partir do consentimento médico da época. No Brasil, essa cultura permanece ativa e na década de 1960, apesar dos debates tímidos que passaram a existir, o corpo da mulher ainda era destinado à reprodução, tendo a maternidade como simbologia do maior sonho que uma mulher poder desejar, além do casamento. Assim, entende-se por maternidade uma construção cultural e política dotada de discursos que pretendem nortear a partir de uma ação biológica o ser natural da mulher (MEYER e SCHWENGBER, 2015, p. 441-445).

muitos que vivenciavam aquele período, mediante as complicações tanto para a militância quanto para a gestação de uma criança, Liége e seu marido decidem levar a gravidez até o fim. Segundo ela,

Eu me lembro que, quando fiquei grávida pela primeira vez, minha companheira... eu cheguei a morar com ela e o marido. [...] Quando eu disse que estava grávida, ela disse que nós éramos malucos de ter filho naquela situação. Mas nós decidimos ter e tivemos, entendeu? E ela tinha filho também¹⁰¹.

Ao passo que a ditadura ficava ainda mais repressora e a presença das mulheres dentro dos movimentos de resistência à ditadura era uma realidade, a maternidade se torna um divisor de água na vida de muitas militantes. Algumas por motivações pessoais decidem abandonar a militância, outras abortar o filho, e outras assumem a maternidade juntamente com política¹⁰².

Uma vez optando pela gestação em pleno regime, muitas tiveram, a partir de seus filhos, uma tentativa por parte da repressão de obter respostas e alcançar informações que levassem a outros militantes. Utilizando-se de práticas desumanas, como a tortura física e psicológica, foram ocasionados traumas tanto nas mulheres como nas crianças que duram até os dias atuais. Segundo Liége, “[...] algumas companheiras sofreram, aquelas presas tiveram ameaças que seus filhos seriam mortos. É uma coisa muito forte para as mulheres”¹⁰³.

Assim, “De certa forma, a militância em favor de uma revolução comunista significaria a negação da própria condição feminina, ou pelo menos, a negação de um determinado modelo de feminilidade”¹⁰⁴. Dessa forma, muitas mulheres rompem com o padrão cultural ocidental tão difundido, que as colocavam como incapazes

101. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

102. Ver: BASTOS, 2007; CORDEIRO, 2008; CONRADI, 2015; REIS, 2015.

103. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

104. CORDEIRO, Janaína, op. cit., 2008, p. 100.

de lutar por política e ter sua própria vida, com ou sem gestação, a partir de padrões estabelecidos do que era o feminino (FOUCAULT, 1992). Logo, “[...] eram as mulheres que precisavam conciliar a maternidade e o emprego, o cuidado dos filhos e das filhas era uma responsabilidade unicamente feminina, uma construção social e cultural e, aos homens, não haveria esta cobrança”¹⁰⁵. Contudo, Liége afirma que não percebia qualquer diferença no tratamento militante por estar grávida e que estava ciente da responsabilidade.

Olha, eu não percebia. Eu não percebi essa diferença, entendeu? Porque a gente que tinha de se apoiar um no outro, tinha que ter solidariedade, tinha que ter senso de responsabilidade. Então, a responsabilidade tinha que ser compartilhada. Isso era uma questão de sobrevivência também. Então, na medida em que você decide ter filhos, você tem que ter responsabilidade¹⁰⁶.

Muitos torturadores e agentes da repressão agiam diretamente no corpo feminino. Assim, “[...] a prisão se transformou em um local de prática permanente da violência que é a tortura – a tortura como um ato de violência física que se emprega unilateralmente contra o corpo (e mente) de um adversário indefeso”¹⁰⁷. Além disso, muitas crianças foram utilizadas como artifícios para que muitos militantes fossem enfraquecidos psicologicamente, inclusive algumas sofrendo torturas. Dessa forma, muitas eram levadas para o cárcere em contato “[...] com seus pais nus, machucados, recém-saídos do pau de arara ou da cadeira do dragão. Foram encapuzados, intimidados, torturados antes mesmo de nascer”¹⁰⁸.

Após ter sua filha, em 1974, Liége conta que resolveu visitar a família em Salvador, porém, para ir à Bahia, passou em Maceió para encontrar com seu sogro, com quem seguiu com a filha para a capital baiana. Segundo ela, no mesmo dia, durante à noite, sua

105. CONRADI, Carla, op. cit., 2015, p. 177.

106. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

107. COLLING, Ana Maria, op. cit., 1997, p. 79.

108. SÃO PAULO, op. cit., 2014, p. 11.

casa em Recife foi invadida, sendo seu marido Arthur de Paula e o companheiro de partido Raimundo Oswaldo levados pela polícia do estado ao DOI/CODI.

Quando ela tinha dois meses [sua filha], eu resolvi clandestinamente visitar minha família aqui. Fui encontrar com meu sogro em Alagoas, e nesse mesmo dia a casa em Recife foi invadida. Meu ex-marido Arthur de Paula foi preso, e outro companheiro Raimundo Oswaldo do Ceará, que morava com a gente, foi preso, barbaramente torturados os dois. [...] Vim saber de dois meses da prisão. Depois eu liguei para um local combinado, e era uns padres amigos nossos e eles não quiseram falar muito. Depois fui comunicada que nossa casa tinha sido invadida pela polícia¹⁰⁹.

Acima, observamos e supomos que a visita de Liége em plena repressão à sua família pode ter tido inúmeras motivações, que vão desde apresentá-la a seus pais, bem como deixá-la sobre seus cuidados. Contudo, independente de tal reflexão, o importante a ser destacado é o valor da família como ente social de segurança para muitos militantes. Além da percepção de uma vida de grande atenção devido às ações repressivas, é importante mencionarmos a relação entre alguns setores da igreja e os movimentos de esquerda, os quais contribuíram para a resistência de muitos militantes políticos.

Quanto à invasão da residência de Liége, Raimundo Oswaldo, em relato fornecido ao Núcleo de Cultura Política do Amazonas (NCPAM), ligado à Universidade Federal do Amazonas, conta que:

No final de abril de 1974, fui sequestrado pelo DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna) de Pernambuco, juntamente com Arthur Geraldo Bonfim de Paula. Nós habitávamos, com a família dele, no bairro do Jordão. Nossa residência foi invadida, saqueada e ocupada por agentes de segurança. Liége, esposa de Arthur, e sua filha de um mês, Helenira, escaparam do sequestro por terem viajado na manhã anterior¹¹⁰.

109. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15 out. 2015

110. Relato de Raimundo Oswaldo disponível em: <<http://www.ncpam.com.br/2009/09/memoria-da-ditadura-passamos-47-dias.html>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

Durante o período em que Arthur de Paula passa preso, segundo Liége, ele foi torturado físico e psicologicamente, uma vez que foi informado por agentes da repressão que ela e sua filha haviam sido presas e a criança enviada para um asilo. Como destaca Colling (1997), os órgãos de repressão, muito bem informados, possibilitavam a seus agentes utilizar tais conhecimentos enquanto torturavam ou interrogavam suas vítimas. Logo, ao saber que Arthur de Paula possuía uma família com esposa e filha, possivelmente na tentativa de desestabilizá-lo emocionalmente, a repressão proferia informações pífias, mas fundamentadas. Como destaca Liége,

A casa foi invadida, e ele e um companheiro que morava com a gente foram presos e barbaramente torturados. Barbaramente torturados durante quarenta dias. Ficaram incomunicáveis sob tortura. E, quando meu sogro conseguiu visitá-lo, Miranda, que era o Fleury de Pernambuco, disse para meu sogro: – Fale para ele que aquilo que falei é brincadeira. E meu sogro não entendeu. A brincadeira era que, além de barbaramente torturado, ainda fez a brincadeira de dizer que eu tinha sido presa e que a minha filha tinha ido para o asilo. Quer dizer que era uma tortura física, uma tortura psicológica. É uma resistência que você na clandestinidade, você está a todo momento resistindo. Você está a todo momento acreditando que é válida a luta. [...] Então, é um ensinamento de vida. Ensinamento de força, um ensinamento de resistência. É um ensinamento de que lutar é preciso e de que é válido lutar¹¹¹.

Em suas palavras, percebemos o quanto a resistência à ditadura e sua vivência na clandestinidade foram importantes para sua vida e composição identitária. Como destaca Delgado (2010), a partir do emprego da história oral, as memórias coletadas permitem ao pesquisador compreender que “História e memória através de um inter-relação dinâmica são suportes para as identidades individuais e coletivas que se formam no processar diacrônico e sincrônico da vida em sociedade”¹¹². Além disso, se em algumas obras memorialísticas militantes se mostram arrependidos de determi-

111. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

112. DELGADO, Lucíola, op. cit., 2010, p. 45.

nados atos ou de reconhecer erros estratégicos, Liége reafirma seu posicionamento político, afirmando que:

Eu não me arrependo de nada do que fiz. Faria tudo de novo. Eu tinha consciência do que estava fazendo. Ninguém me obrigou. Eu tomei consciência de que precisava lutar para derrubar o regime militar e faria tudo de novo. O meu passado não me condena [risos]¹¹³.

Sobre sua chegada a Salvador, Maria Liége conseguiu rever sua família naquele ano de 1974, mas, por questões de segurança, migrou para o estado do Rio de Janeiro com sua filha logo depois. Porém, em julho de 1975, retornou à capital da Bahia, pondo fim à sua clandestinidade. Foi então que sofreu um dos maiores traumas de sua vida: a perda de sua filha Helenira, devido a problemas de saúde:

Aí eu voltei em julho de 75 para Salvador. Que tinha um advogado que dizia que eu era tão louca porque tinha tido uma prisão de pessoas que era do partido comunista brasileiro. Uma turma tinha sido presa. Então, eu voltei em 75. Eu cheguei em julho, e minha filha veio a falecer em agosto entendeu? Então, foi uma situação que meu companheiro estava preso em Recife em 75, então ele só foi liberado em dezembro de 75.

E, quando foi em 77, ele foi preso novamente [em Salvador], entendeu? Quando a minha segunda filha tinha nascido. De novo a história se repete, porque na primeira vez que ele foi preso minha filha tinha dois meses. E, quando a minha segunda filha tinha dois meses, ele foi preso novamente. Aí ele foi para a Lemos de Brito¹¹⁴.

No trecho acima, é possível perceber o quanto a dor de Liége é grande até hoje, e percebemos o impacto do trauma em sua fala, observando que a ditadura não apenas cerceou o direito de vida das pessoas, bem como contribuiu para potencializar eventos traumáticos. Ainda que o falecimento não tenha tido relação direta com a vivência política, a perda de um ente tão próximo como uma filha é algo que marca profundamente os indivíduos. Além disso, já com sua segunda filha, destacamos os medos e receios da história se repetir,

113. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

114. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

tendo novamente uma filha pequena sob seus cuidados e seu marido Arthur de Paula preso sem ter a possibilidade de encontrá-la, assim como ocorreu com sua primeira filha Helenira, o qual não pôde ao menos comparecer em seu funeral, pois se encontrava preso.

O pai nunca mais pôde ver a filha porque estava preso em Recife, então foi uma vida. Isso aí são tudo marcas da ditadura. Isso tudo são... quer dizer... eu tive depois que fugir com minha filha, minha casa foi invadida em Recife, meu ex-marido preso. O pai de minhas filhas, porque eu tenho duas filhas. É... então, são coisas que marcam a vida da gente, mas que não desanimam a gente, dão mais forças para continuar¹¹⁵.

Por outro lado, Liége também vê as situações vividas naquele período como importantes para seu fortalecimento, nesse caso não apenas como militante, mas como pessoa. Portanto, percebemos o quanto identidade foi sendo construída ao longo do tempo em meio às vicissitudes do seu tempo, marcado pelo movimento estudantil, pela militância, clandestinidade, amizade, amor, maternidade e traumas vividos, ou seja, por todas as experiências que fizeram Liége se construir como pessoa, afirmando e reafirmando sua identidade. Assim, “[...] a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções”¹¹⁶.

Em relação à situação vivida por Maria Liége e Arthur de Paula, Oswaldo Barroso conta que, “[...] ao final de 1975, foi relaxada a minha prisão preventiva. Arthur ainda continuou por mais algum tempo sozinho na cela dos Bombeiros. Para ele, foi um período difícil, principalmente com a morte de sua filhinha Helenira, na Bahia”¹¹⁷. Ainda sobre, segundo Liége:

115. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

116. NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos pós-graduandos em História. História e Cultura*. Departamento de História, Tradução de Yara Aun Khoury, PUC-São Paulo, n. 10, 1981-1993, p. 9

117. Relato de Raimundo Oswaldo disponível em: <<http://www.ncpam.com.br/2009/09/memoria-da-ditadura-passamos-47-dias.html>>. Acesso em: 11 nov. 2015

Então, infelizmente, Arthur não pôde mais ver a filha porque ela veio a falecer. Para mim, foi uma tragédia, não a grega, mas a brasileira. E voltando aqui [Salvador, Bahia], fui trabalhar na biblioteca com minha amiga Nídia. E meu irmão dizia: “Se não conseguir o emprego, vai pirar! O marido preso e perdeu a filha!”. Mas eu sempre digo que eu não sei onde eu encontro forças nos momentos de reveses da minha vida, dos momentos difíceis da minha vida¹¹⁸.

2.1.2 Retornando à Bahia: anistia, perseguição e prisão

Em 1975, na tentativa de retomar sua vida na Bahia, após a morte de sua filha, além do trabalho na biblioteca com sua amiga Nide, Maria Liége continuou sua militância política ao organizar com outras mulheres do estado o Movimento Feminino pela Anistia¹¹⁹, lançado por Terezinha Zerbini em São Paulo.

Seguindo o exemplo de Terezinha Zerbini em São Paulo, fizemos várias atividades pela Anistia aqui no Colégio das Mercês, o Dois de Julho, numa luta intensa das mulheres baianas em defesa da Anistia. E depois em 78 criamos aqui na Bahia o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que fazia parte eu, Ana Guedes, Joviniano Neto e outras e outros companheiros também. E por sinal realizamos o II Encontro Nacional da Anistia¹²⁰ aqui na Bahia¹²¹.

Quanto à luta pela anistia, ela ganhou muita força política com a adesão principalmente de parentes de presos e desaparecidos

118. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15 out 2015

119. “O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em 1975 em São Paulo, quando oito mulheres, dentre elas Terezinha Zerbini, elaboraram, em março daquele ano, o documento “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia”, no qual defendiam que fosse concedida a anistia para todos que haviam sido atingidos pelos atos de exceção” (PAULA, 2014, p. 1).

120. CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. O II Encontro Nacional pela Anistia ocorreu em Salvador entre os dias 15 e 18 de novembro de 1979. Ver: II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições. In: ZACHARIADHES, Grimaldi (Org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. v. 1.

121. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15 out. 2015.

políticos reunidos no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado por Therezinha Zerbini¹²², em 1975, no estado de São Paulo, quando as discussões em torno da anistia se ampliavam e pressionavam o governo militar. Contudo, ressaltamos que, embora a grande luta do MFPA não tenha sido pelo julgamento de torturadores, mas para amenizar os conflitos políticos vividos no país, esta contribuiu para que ocorressem os primeiros debates na época, além de ajudar para que muitas famílias tivessem informações sobre entes queridos desaparecidos.

Durante a criação do Movimento Feminino pela Anistia – BA, em 1976, Maria Liége retomou o curso de Biblioteconomia na Universidade Federal da Bahia, ainda que vivendo as agruras e traumas de então. Dessa forma, acreditamos que sua entrada e contribuição para fundação do MFPA no estado estejam relacionadas a seu engajamento político, além das experiências vividas, como a prisão de seu companheiro. Ao ser questionada sobre tal, destaca:

Também. Mas não só isso. Porque um grupo de mulheres que, umas eram da universidade e outras como eu, que tinha voltado, nós nos reunimos e tinha sido criado em São Paulo pela Therezinha Zerbini o Movimento Feminino pela Anistia. Nós resolvemos criar porque tinha também companheiras do PCB que tinham uns maridos que tinham sido presos, e nós resolvemos então criar o Movimento Feminino pela Anistia na Bahia. A Therezinha Zerbini foi lá nos visitar, fizemos uma atividade com ela e aí realizamos atividades no Clube de Engenharia no Colégio das Mercês. Então, era uma atividade muito intensa e depois nós criamos o Comitê pela Anistia¹²³.

Após ampla militância no MFPA, Liége relata que, juntamente com outros militantes políticos, criou o Comitê Brasileiro pela

122. Therezinha de Godoy Zerbini (1928-2015), paulistana, casou-se com o General Euryale de Jesus Zerbini, sendo esse expulso das forças armadas devido ao seu posicionamento legalista. Durante a ditadura, foi indiciada e presa entre os anos de 1969 e 1970, enquadrada na Lei de Segurança Nacional por contribuir para a realização do XXX Congresso da UNE em Ibiúna. Ver mais em <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/therezinha-zerbini/>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

123. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

Anistia seção Bahia (CBA-BA)¹²⁴, o qual, criado em 1978, “[...] surgiu com o propósito de aglutinar os movimentos pela anistia e os demais movimentos sociais emergentes na década de 1970”¹²⁵. Importante destacar que, durante a segunda metade da década de 1970, as campanhas pela anistia se apresentavam melhor organizadas, tendo o CBA inúmeras seções estaduais, como no caso da Bahia. Dentre seus objetivos, o comitê previa não só a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, mas o fim imediato do regime autoritário. Nessa perspectiva, Liége relata uma caminhada realizada em 14 de agosto de 1979 em comemoração pela aprovação da referida lei. Segundo ela, já com sua segunda filha, nascida em 22 de julho do mesmo ano, participa juntamente com outras pessoas do ato:

Nós fizemos caravanas pelo interior da Bahia em defesa da Anistia ampla, geral e restrita. E em 79, quando foi declarada a aprovação da Anistia, nós fizemos uma caminhada na Bahia que terminou na escadaria do Bomfim. Eu me lembro que eu tinha tido minha segunda filha e minha cunhada me levou porque eu estava, como dizia na época, de resguardo com minha filha nascida de poucos dias. Foi no dia 14 de agosto, e nós fomos... Ela me levou porque não podia estar ausente nesse momento tão importante da nossa luta, já que eu tinha participado de todo o processo¹²⁶.

Quanto às ações do CBA seção Bahia, esse realizou o II Encontro Nacional pela Anistia em Salvador entre os dias 15 e 18 de novembro de 1979, no intuito de fortalecer os debates e as reflexões no estado e no país. Segundo Carvalho Neto (2009),

Encontramos referências ao II Congresso em algumas obras elaboradas, não por historiadores ou cientistas políticos, mas por militantes da luta contra a ditadura. Tarcísio Delgado (ex-deputado),

124. O lançamento do Comitê na Bahia foi realizado em 18 de abril de 1978, a data que também marcou o 33º aniversário da anistia de 1945 (LUNA, 2017).

125. LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964- 1977)*. 2007. 147 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, UFRJ. PPGHIS, 2007, p. 9.

126. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015. Infelizmente, não encontramos documentação sobre a referida caminhada, nem imagens do ato em arquivos pesquisados.

em livro no qual rememora a história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), traz amplo capítulo sobre a campanha pela anistia, enfatizando a participação do partido. Ao fim, informa, sem maiores detalhes: “insatisfeita a nação com os limites da Lei da Anistia aprovada, a luta prosseguiu. Nos dias 15 a 18 de novembro, em Salvador, foi realizado o II Congresso Nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita”¹²⁷.

Sobre sua militância no CBA, Liége relata que também ajudou na organização do Movimento Feminista da Bahia, onde se realizavam inúmeros encontros e debates. Com base em um informe encaminhado para o Serviço Nacional de Informações datado de 16 de setembro de 1982, é possível perceber que esse e tantos outros movimentos feministas estavam sendo observados pelo governo, com destaque para nomes de participantes e suas seções partidárias. Nesse documento, encontramos 33 entidades feministas, com seus respectivos nomes, espalhadas em 16 estados brasileiros. Assim, elencando os pressupostos para tais identificações, o documento prescreve:

1. Os vários segmentos esquerdistas, em atuação no país, consideram essencial, para combater o regime, a formação de grupos de pressão feministas.

1.1 Desse modo, os movimentos feministas vêm adquirindo grande impulso, caracterizado pelo aparecimento e ressurgimento de várias entidades que, sob o pretexto de melhorar as condições de participação da mulher na Sociedade, estão sendo manipuladas política e ideologicamente¹²⁸.

Com base em Foucault (1992), é possível problematizar alguns pontos. O primeiro é o discurso empregado pela repressão, enquadrando as movimentações feministas como “manipuladas política e ideologicamente”. Com base no documento, observamos

127. CARVALHO NETO, Joviniano, op. cit., 2009, p. 263-264. O manifesto do II Congresso Nacional pela Anistia intitulado “A luta continua” é possível ser encontrado em <http://novo.fpabramo.org.br/content/manifesto-do-ii-congresso-nacional-de-anistia>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

128. Movimentos feministas do Brasil – SNI (20/08/1982) – Documento disponível no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ).

que os movimentos elencados só apresentam mulheres no centro de sua organização, portanto consideramos que o discurso repressivo menospreza a própria capacidade organizacional e política das mulheres envolvidas. Na análise do discurso, percebemos que as forças militares colocam os movimentos de esquerda como detentores das ideologias da massa, ao mesmo tempo que demonstram as relações de poder embutidos nas entrelinhas, nesse caso voltado para a política e as relações de gênero.

A partir da análise documental, é possível afirmar que apesar de um processo de abertura política, e da própria Anistia aprovada em 1979, os órgãos repressivos como o Serviço Nacional de Informações continuavam observando movimentos e pessoas contrárias ao Estado brasileiro. Ou seja, em meio a todo processo de anistia lenta, gradual e irrestrita, os atos repressivos, ainda que em menor intensidade se faziam presentes.

Ainda durante o período em que militava no MF e no CBA, Maria Liége menciona que as visitas a seu marido também marcaram a vida de sua filha Lia (segunda filha do casal), uma vez que seu pai, Arthur de Paula, se encontrava preso em Salvador, no presídio Lemos de Brito¹²⁹, e a única forma de ter contato com o pai era nos dias de visita. Assim, para a segunda filha do casal, o trauma, ainda como criança, foi muito grande, conforme destaca Liége. Além disso, percebemos que o trauma ocasionado pela repressão, ao longo de suas memórias, refletiu não apenas nessa mulher, mas em todo seu laço familiar, como a filha, o marido e seus familiares. Como menciona Liége,

129. Localizada na capital da Bahia, Salvador, a Penitenciária Lemos de Brito foi erguida em 1950 sob o governo de Otávio Mangabeira (UDN) (1947-1951). Durante a ditadura civil-militar, foi utilizada como cárcere político, tendo aqueles que cometeram crimes políticos alojados na Galeria F. Durante os anos de 1999 a 2000, o jornalista baiano e ex-presos político Emiliano José escreveu uma série de livros separados por parte intitulados "Galeria F: lembranças do mar cinzento", nos quais relata suas vivências durante a ditadura.

Você viver cerceada, perseguida, e isso são marcas que a Ditadura deixa, né? E teve, por exemplo, o fato de não ter sido... Vamos dizer assim, decorrência da ditadura diretamente, mas o fato de ter perdido minha filha e o pai dela nunca mais ter podido vê-la porque estava preso pela “Ditadura Militar”. Então, isso é uma marca que fica. Uma marca, por exemplo, uma marca que minha outra filha ter passado o primeiro ano da vida dela indo visitar o pai na prisão. Entendeu? Porque quando ela tinha dois meses o pai foi preso novamente [1977] e você passar o primeiro ano de sua vida indo visitar o pai na prisão, isso é uma marca deixada também¹³⁰.

O desejo de liberdade e a retomada de uma vida aparentemente normal com suas famílias eram expectativas criadas por muitos presos políticos, e não foi diferente com Arthur de Paula. Em carta enviada à Mércia Albuquerque, advogada responsável por seu processo, Arthur informou como estavam as condições prisionais, bem como a vontade que tinha de poder viver novamente com sua esposa e filha:

Continuarei aqui calmo, tranquilo, bem comportado, esperando a minha vez de deixar este presídio para trás, e poder me dedicar à minha filha que está linda, mais sabida, inteligente e precisando muito de mim. Já tenho alguns empregos em vista, faltando apenas ser solto, para poder organizar definitivamente a minha vida ao lado da minha mulher, da minha filha e dos meus familiares. Me escreva¹³¹.

Contudo, com a Lei 6.683/79, conhecida como Lei de Anistia, foi satisfeito o desejo de parte da ala conservadora e militar, realizando uma transição lenta e gradual de caráter apaziguador, onde torturadores foram perdoados pelo Estado. Assim, o Comitê Brasileiro pela Anistia perde sua força, tendo suas dissidências migrando para o recém-criado Partido dos trabalhadores (PT) e o grupo “Tortura nunca-mais”, que teve inúmeras seções estaduais, a exemplo da Bahia, que permanece ativo até os dias

130. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 26/02/2016.

131. A carta de Arthur de Paula destinada a Mércia Albuquerque Ferreira, de 6 de março de 1978, encontra-se disponível em: <http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/ditadura/combatentes_404/arthur_geraldo/arthur060378%20.html>. Acesso em: 18 mar. 2016.

atuais (LUNA, 2017). Segundo nos relata Diva Santana¹³², militante pela Anistia no período:

Na Bahia, nós permanecemos. Posteriormente, foi realizada uma Assembleia para discutir a continuidade ou não do Comitê de anistia na Bahia e foi aprovada a ampliação para Comitê de Anistia e Direitos Humanos [CADH].

Entendendo que segmentos da sociedade não foram contemplados com a Lei da Anistia, como militares que foram perseguidos e outros como as famílias dos mortos e dos desaparecidos, noutros Estados, primeiro São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e outros foram surgindo organizações como os Grupos Tortura Nunca Mais.

Na Bahia, buscando o fortalecimento da luta específica pela anistia aos não anistiados e pela localização e circunstâncias das mortes dos desaparecidos e pela criação de leis que responsabilizasse a União pelos crimes cometidos, o CADH se transformou, através de Assembleia, realizada no Teatro Vila Velha em 1995, na organização Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia¹³³.

Nesse ponto, chamamos atenção para o fato de que muitos militantes políticos continuaram realizando suas atividades em diferentes grupos com os quais tinham afinidade, a exemplo de Maria Liége, que, no decorrer de sua militância, participou e participa de inúmeros grupos de grande importância para a sua composição identitária, conforme inferimos a partir de suas memórias.

Em 1982, a Associação dos Funcionários Públicos do estado da Bahia sediou o lançamento da *Revista Guerrilha do Araguaia*. Tal revista já havia sido lançada em algumas capitais, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, chegando a Salvador. Nesse evento, Maria Liége conheceu sua quarta prisão em 15 anos de militância. Segundo ela,

[...] Em decorrência de toda essa militância, em 82 eu fui presa na Associação dos funcionários públicos da Bahia, no lançamento do livro [revista] sobre a Guerrilha do Araguaia. Quando chegamos lá,

132. Diva Soares Santana é membro atual do Grupo Tortura Nunca Mais e militou no CBA-BA durante a década de 1970.

133. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014.

era uma plateia de umas quinhentas pessoas. Percebemos que tinha algo de estranho no ar. A polícia tinha se implantado na Associação antes que o público chegasse e nós entramos para fazer. Naquela época, não tinha PowerPoint e as companheiras que tinham ido à caravana, Diva Santana e Elza Monerat, iam fazer a apresentação dos slides da visita que tinham feito na região do Araguaia¹³⁴.

Ainda sobre o ato do lançamento da revista, com a luta dos parentes pelo direito à memória e com a organização do ato público na AFPB, em documento, a repressão rechaçou as “verdadeiras” funções da revista e dos principais envolvidos. Segundo o documento:

O Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH), remanescente do antigo Comitê Brasileiro da Anistia (CBA), vem, ultimamente adotando como bandeira principal, a promoção da Guerrilha do Araguaia e dos seus promotores. Com esse objetivo tem promovido uma série de manifestações, atos públicos, atos litúrgicos, debates, palestras, tendo inclusive, em outubro/80, patrocinado a visita de familiares dos mortos e desaparecidos na Guerrilha à região do Araguaia. A diretoria atual do CADH está vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e toda essa campanha visa enaltecer os terroristas do Araguaia bem como a luta armada como meio de transformação da sociedade brasileira¹³⁵.

É possível observarmos que, por trás do discurso da repressão, existem concepções ideológicas que constroem significados e cristalizam formas de pensar, algo possível de notar nas palavras: “terroristas” e “luta armada”, mencionadas no trecho destacado acima. Além disso, no ato de sua prisão, Maria Liége relata a agressividade do tenente da polícia federal no ato da prisão, “[...] *O Tenente, mais nervoso que o cão, dizia: ‘Fui treinado para*

134. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15 out. 2015

135. Documento enviado ao S.I pelo Serviço de Segurança Pública do estado da Bahia sobre o lançamento da revista “Guerrilha do Araguaia” – Disponível no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ).

combater guerrilha!. Nervoso, mandou todo mundo sentar”¹³⁶. De toda forma, a repressão se utilizou da intimidação e de formas pejorativas de tratamento com os militantes, fosse em palavras ríspidas até a violação dos direitos humanos, cuja sentida em caráter amplo era desmoralizar qualquer tipo de oposição ao regime.

Em consequência da invasão da AFPB, treze pessoas foram presas¹³⁷, estando Maria Liége entre elas, a única mulher envolvida, como observamos na documentação do Serviço de Informações encaminhada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Sem nada que justificasse a prisão, a não ser a acusação de enaltecimento da luta armada, supomos que o lançamento da revista *Guerrilha do Araguaia* atraiu militantes importantes para o estado, os quais a repressão esperava prender, algo reforçado por um trecho do documento informando que “[...] a maioria dos presentes bastante conhecidos dos Órgãos de Segurança Nacional da área”.

Segundo Liége,

Então, todos nós fomos presos, onze, dez homens, e eu a única mulher. O Tenente, quando ele chegou lá na prisão, puxou meu cabelo e disse: “Não aponte mais meus homens!”. Isso porque eu tinha feito um sinal com os olhos para Loreta Valadares, porque a gente estava conversando e eu fiz um sinal com os olhos para ela avisando que tinha um cara perto da gente nos ouvindo. E os companheiros, naquela época os gravadores não eram assim pequenininhos, eram aquele tijolo, e os companheiros tiraram o que

136. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15 out. 2015

137. Nos documentos produzidos pela repressão sobre o evento analisados, não há nenhuma menção aos verdadeiros motivos para as prisões. Liége identifica 11 pessoas, enquanto a documentação do exército apresenta 13 pessoas. O que se tem é o discurso de que “foram presos treze deles, em flagrante delito e posteriormente indiciados no Inquérito Policial nº 97/82-SR/BA”. Documento disponível no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ).

estava embaixo da camisa do policial, quebraram, destruíram a fita e então fomos presos e ficamos, em 82, 21 dias presos¹³⁸.

Ao lembrar sua quarta prisão, Liége conta que inicialmente foram todos para a Delegacia do Beirú¹³⁹, onde os homens ficaram divididos em duas celas e ela foi presa sozinha, ficando dez dias sem comunicação alguma. Posteriormente, por possuírem nível superior, foram transferidos para o Forte do Barbalho¹⁴⁰, importante centro de repressão em Salvador. Como resposta à repressão da polícia, diversos movimentos sociais, entre eles o CADH, sindicatos como os de químicos e professores universitários, diretórios acadêmicos, além de partidos como PT e PMDB, lançaram a seguinte nota:

As entidades abaixo firmadas vêm a público denunciar mais uma investida da violência policial na Bahia.

No dia 1º de julho passado, véspera da data da nossa independência¹⁴¹, o Comitê de Anistia e Direitos Humanos – CADH- BA – promovia na sede da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia, um ato de lançamento de uma revista com narrativas dos dez anos dos acontecimentos da Guerrilha do Araguaia, com a presença dos familiares dos combatentes que tomaram naquelas lutas no Sul do Pará. A vendagem da revista tem por objetivo custear as despesas com as ações jurídicas que estão sendo movidas no sentido de buscar o conhecimento dos destinos das pessoas até então desaparecidas.

138. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15 out. 2015

139. O Beirú é o nome antigo do bairro Tancredo Neves na cidade de Salvador.

140. Homenagem dada ao militar pernambucano Luís Barbalho Bezerra durante a luta contra as invasões holandesas de 1638, o Forte do Barbalho foi construído em terreno doado pelos frades do Carmo, de onde veio o seu primeiro nome, Fortaleza de Nossa Senhora do Monte Carmelo (ou do Carmo). Durante a ditadura civil-militar, passou a ser utilizado como prisão política, sendo em 1982 repassado para a tutela do 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado da Bahia. Ver: SANTOS, Marco Antônio dos. *O papel das fortificações no espaço urbano de Salvador*. 2012. 138 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

141. Na Bahia, o 2 de julho tem um significado muito importante no contexto regional e local, sendo comemorada a independência do estado contra a metrópole portuguesa no ano de 1823.

O lançamento da Revista foi violentamente interrompido pela invasão do recinto por mais de quarenta policiais federais armados, que alegavam vir em busca de um gravador que teria sido tomado por populares das mãos de agentes federais, presentes clandestinamente a este ato público.

Os policiais ameaçaram a todos de armas em punho e efetivaram a prisão de treze pessoas. Além disso confiscaram violentamente livros e revistas legais que ali eram vendidos, danificaram o prédio, interromperam o trânsito na rua e mantiveram mais de cem pessoas como reféns por mais de duas horas¹⁴².

Ressaltamos que, em 1982, o fim da ditadura e uma transição pacífica se mantinham em constante debate por parte da alta cúpula militar. Contudo, a forma/modelo de como seria realizada essa é que se davam as divergências. A partir de uma justiça transicional, percebeu-se que a melhor forma de gestar a retomada democrática seria fazendo concessões, atenuando seus impactos. Dessa forma, a partir do trecho acima, espantar-nos-ia pensar que, em 1982, a ditadura ainda se encontrava repressora e realizando atos com base em leis, porém percebemos que o processo de distensão política iniciado por Médice e finalizado com o governo “civil” de José Sarney foi amplamente controlado pelos militares.

Em resposta à nota emitida pelos movimentos sociais, a Polícia Federal declarou:

Ontem à tarde, a Superintendência Regional da Polícia Federal divulgou a seguinte nota oficial sobre as prisões: “A superintendência do Estado da Bahia, tomando conhecimento do que ocorreu no 1º do corrente mês, às 20 horas, na sede da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, situada na rua Carlos Gomes, 95, nesta capital no lançamento da revista intitulada “Guerrilha do Araguaia”, fato amplamente divulgado à população por meio de panfletos que convidavam ao público em geral para tomar parte no evento, a que estariam presentes pessoas notoriamente comprometidas com as atividades do Partido Comunista do Brasil – PC do B,

142. O respectivo documento não apresenta data nem seu meio de divulgação. Trata-se de um panfleto. Tal fato pode ser potencializado por ter apenas o carimbo da Secretaria da Segurança Pública/Serviço de Informações sem qualquer espécie de cabeçalho ou assinaturas.

podendo as publicações conterem propagandas subversivas, determinou o acompanhamento dos fatos, através do setor competente, a fim de serem feitas as necessárias análises a posteriori, em caso de caracterizar-se o cometimento de delitos previstos na legislação específica que trata dos crimes contra a segurança nacional.

Policiais foram destacados para a missão, e exerciam suas funções legais e, ao serem identificados por elementos ligados aos promotores da reunião, passaram a ser hostilizados, situação que evoluiu a ponto de um dos agentes ser destacado e agredido fisicamente; as comunicações estabelecidas com a sede do órgão indicaram a crescente tensão no local, determinando a chefia da Delegacia de Ordem Política e Social o deslocamento urgente da equipe para realizar o resgate do mesmo [...] ¹⁴³.

A partir da tentativa de reconstrução histórica da invasão à Associação dos funcionários Públicos do Estado da Bahia, percebe-se que, segundo a nota emitida pela PF, havia mais de um agente infiltrado no lançamento da revista, tendo sido um descoberto e sofrido as agressões destacadas. Contudo, tal nota rechaça a existência de uma investigação prévia sobre o ato que ocorreria em Salvador, destacando que “[...] estariam presentes pessoas notoriamente comprometidas com as atividades do Partido Comunista do Brasil – PC do B, podendo as publicações conterem propagandas subversivas”.

Além disso, como consta no próprio documento, os atos teriam sido praticados dentro das “determinações legais, cumprindo-se a formalidade de imediata comunicação ao juízo competente, inclusive a situação de incomunicabilidade que a LSN faculta ao encarregado do inquérito”. Reforçando a ideia de que, apesar de haver debates para uma abertura política, principalmente a Lei de anistia em 1979, a repressão ainda agia de forma a garantir os preceitos legais oriundos da Lei de Segurança Nacional (CODATO, 2005).

143. “Polícia emite nota”. Documento disponível no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ).

Em 29 de julho de 1982, o jornal *A Tarde* publicou uma nota intitulada “Anistia faz queixas contra a Polícia Federal”. Nessa, o CADH alega o absurdo no enquadramento de pessoas na Lei de Segurança Nacional, sendo levadas a depor na Polícia Federal. E apresenta o advogado Augusto de Paula como um dos membros da equipe de defesa dos presos políticos, finalizando com uma acusação à PF de cometer crimes, como a invasão que caracterizou o incidente. Durante sua quarta passagem pela prisão, Maria Liége recebeu a visita de sua filha e seu marido. Segundo ela, em decorrência de sua demora em retornar para casa e da falta sentida principalmente por sua filha, Arthur de Paula resolveu ir visitá-la.

[...] Depois de alguns dias, meu ex-companheiro resolveu levar a menina para me visitarem porque ele disse que primeiro que estava viajando. Tava demorando muito, teve que me levar para me ver. E depois disso, por muito tempo, quando ela andava com a gente pela rua, segurava na mão e perguntava: “Esse é do bem ou do mal?”, porque o do mal era porque tinha levado a mãe delas presa¹⁴⁴.

Como destaca a obra *Infância roubada* (2014), muitas foram as crianças atingidas pelo regime militar. Nesse caso, os traumas transcendem à vida política de seus pais, invadindo seu senso cognitivo e seu entendimento de bem ou mal, marcando profundamente sua vida. Assim, a repressão atuou não apenas sobre o psicológico de seus opositores, mas interferiu profundamente em seu convívio familiar, como já destacamos anteriormente neste trabalho.

2.1.3 A segunda retomada: invasão, mudanças e militância

No ano de 1984, segundo Liége teria ocorrido uma nova invasão à sua residência. Chama atenção que em 1984 as discussões de abertura política já estavam adiantadas, inclusive com a

144. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15 out. 2015

campanha das Diretas Já. Contudo, Liége sofreu novamente com a repressão.

Em 84, a minha casa, meu apartamento no Cata-Vento em Brotas foi de novo invadido pela Polícia Federal, que levou mais de cinquenta livros nossos e ficou a manhã inteira revistando almofada, brinquedos etc. O vizinho, amigo nosso, viu aquela confusão, o cara de metralhadora em meu apartamento. Meu apartamento era térreo. Ele avisou a uma amiga para que fosse pegar minha filha na escola para que ela não visse aquela ocasião. Elas conseguiram pegar uma e outra não. Lia, a mais velha, quando chegou no apartamento e viu aquela bagunça, disse: “Eles vieram buscar meu pai”. Porque a menina estava apavorada¹⁴⁵.

Apesar das contínuas perseguições e focos autoritários, Maria Liége continuou militando nos movimentos políticos e sociais com seu marido, já em liberdade. Contudo, destacamos a ideia uma ditadura que, apesar de “aberta”, se mostrava ainda repressora. Em 1985, após todos os anos de perseguição política, passou a atuar na comissão que levou à criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, na Assembleia Legislativa, sendo eleita ainda nesse ano presidenta da União de mulheres de Salvador. Já em 1986, mudou-se para São Paulo, onde passou a trabalhar no Conselho Estadual da Condição Feminina e na Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, em que continuou sua militância pela democracia e pelos direitos das mulheres.

As mulheres sempre estiveram presentes na luta pelo voto, na luta contra a ditadura na luta pela anistia. Quem começou o movimento pela anistia foram as mulheres, como o movimento feminino pela anistia. As mulheres tiveram um papel importantíssimo na Constituição de 88, na Constituição brasileira, entendeu? Apresentaram... tanto que na época a constituição foi considerada uma das mais avançadas do mundo dos direitos das mulheres porque nós estávamos lá, presente como dom, como manifesto a constituintes e continuamos hoje na luta, entendeu? Continuamos hoje na luta pelas garantias das políticas

145. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15 out. 2015

públicas das mulheres. Conquistamos a lei “Maria da Penha”, conquistamos um plano nacional de política para as mulheres. Conquistamos a secretaria de políticas para as mulheres, então essa participação das mulheres, ela é evidente, eu costumo dizer quando eu vou fazer palestra. Eu costumo dizer o seguinte: “Nós não somos mais cidadã de... Nunca fomos, mas éramos consideradas cidadãs de segunda categoria. Nós não somos cidadãs de segunda categoria, nós não somos sexo frágil, nós não somos atrizes coadjuvantes. Somos protagonistas da história¹⁴⁶.”

Assim, após longas horas de relatos, Liége, como qualquer pessoa, é fruto de seu tempo. De grande ideário político, filiada ao PC do B, essa mulher possui em suas falas e lembranças a voz de uma coletividade que, durante os anos de 1964 e 1985, lutou politicamente contra a repressão e a favor de uma democracia política. Como tão bem destaca Bosi (1995), nossas lembranças foram inspiradas ao longo de nossas vivências e diálogos que são enriquecidas pelas experiências e embates. Logo, se hoje Maria Liége vê a presença da mulher como cidadã e não sexo frágil, mas, acima de tudo, como protagonistas da história, isso só foi permitido por meio da construção identitária ao longo de suas relações sociais da vida. Quanto à sua militância, com o passar dos anos os diálogos se cristalizam, tendo poucas alterações com o tempo, agrupando novas ideias e ressignificações, mas sem alterar o que se formou, sua memória de militante política.

2.3 Entre encontros e desencontros da militância

Como dito ao longo deste livro, as redes de solidariedade foram de suma importância para a resistência e a sobrevivência de muitas pessoas durante os anos de regime. Com o passar do tempo, e o próprio findar do período ditatorial, muitas e muitos militantes

146. Entrevista de Maria Liége fornecida ao pesquisador em 09/09/2015.

continuam em diferentes frentes de luta, sejam elas sociais, políticas etc tangenciando lembranças e reafirmando seus ideários. Assim, é possível que façam releituras e tragam olhares do presente sobre o passado, permitindo assim os encontros e os desencontros da militância a partir de suas memórias (SARLO, 2007).

Nesse contexto, Maria Liége diferente de alguns militantes que disseram ter realizado ações por conta da falta de maturidade ou pela efervescência política da época, diz não se arrepender de nada do que fez, pois “[...] *tinha consciência do que estava fazendo. Ninguém me obrigou. Eu tomei consciência de que precisava lutar para derrubar o regime militar e faria tudo de novo. O meu passado não me condena [risos]*”¹⁴⁷. Com isso ela reafirma suas motivações e se posiciona criticamente em relação à falta de experiência que alguns autores levou muitos jovens a aderir a luta política no país.

Alvo de disputas memorialísticas, no atual cenário brasileiro, suas reminiscências poderiam ganhar outros significados, sendo, inclusive, perdidas no esquecimento, haja vista o processo de justiça de transição que o Brasil ainda vive, palco do ressurgimento de antigas e repressoras teorias de salvacionismo nacional pela força militar¹⁴⁸. Contudo, como já dissemos, percebemos uma memória militante convicta dos atos realizados e uma releitura do passado que reforça aquilo que viveu. Nesse aspecto, segundo Sarlo (2007), toda memória parte do presente para dar sentido ao passado, ao passo que as relações com grupos sociais e o cenário político vivenciado fazem com que esse percurso mnemônico seja reforçado, tal constatação nos permite refletir não apenas no período aqui analisado, mas em todos aqueles que se pretende analisar, tendo as disputas pela memória aspectos importantes na construção de um passado.

148. Ver: Cardoso, Lucileide Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

Outro ponto a ser destacado é a consciência feminista e a luta por maior igualdade nas relações entre mulheres e homens defendidos por Maria Liége. Em seus relatos, a presença da mulher como ente ativo na história é algo muito presente. Dotada de uma visão ampla sobre as relações de gênero e, principalmente, a colocação da mulher na sociedade, Liége, por exemplo, ao retratar a participação feminina na política contemporânea, enfatiza a necessidade de uma luta por maior igualdade. Tal aspecto nos permite observar a importante e significativa contribuição das mulheres brasileiras na resistência e na luta política pela democracia do país. Ao passo que precisaram não apenas enfrentar um Estado opressor no campo político, mas no próprio campo de uma cultura machista que predominava e colocava as mulheres, por mais que tivessem desempenhando as mesmas funções dos militantes homens, à mercê de uma influência e não por ideários próprios. Ou seja, não é admissível se pensar a luta contra a ditadura civil-militar sem reconhecer a ação das inúmeras mulheres e sua importância nesse processo histórico.

Hoje, residindo em São Paulo e vivendo nas variadas lutas sociais e políticas que envolvem tanto a questão nacional quanto a participação da mulher, Maria Liége se mostra como ente importante na retirada das mulheres, principalmente nordestinas, baianas/piauienses, da invisibilidade histórica. A partir de seu contato, tivemos a possibilidade de problematizar não apenas o período, mas os caminhos que cerceavam a luta política e suas variadas frentes de enfrentamento, algo que veremos também no próximo capítulo ao abordarmos a luta na Guerrilha do Araguaia (1971-1974) e no processo de justiça de transição na Bahia, por meio das irmãs Dinaelza e Diva Santana.

3

UM INIMIGO EM COMUM, LUTAS DIFERENTES: DA GUERRILHA DO ARAGUAIA À JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

[...] De que me vale ser filho da santa
melhor seria ser filho da outra
outra realidade menos morta
tanta mentira, tanta força bruta...

"Cálice"

Gilberto Gil/Chico Buarque

Aqui analisaremos as construções memorialísticas de Diva Santana ao longo de sua vida militante pela justiça de transição e as lembranças póstumas de sua irmã Dinaelza Coqueiro entre sonhos de adolescência e a militância política. Mulher aguerrida nos debates acerca das comissões de mortos e desaparecidos políticos, Diva milita até hoje para encontrar os restos mortais de sua irmã Dinaelza Santana, morta no Norte do Brasil, na década de 1970, no embate armado denominado Guerrilha do Araguaia.

Durante as inúmeras entrevistas realizadas com Diva Santana, foi possível observar que, entre sua luta por justiça e reparação, a presença de sua irmã é destaque, trazendo não apenas impactos emocionais, mas de libertação política e exemplo de

mulher, algo que de certa forma a motivou e vem motivando em lutas ao longo da militância e na atualidade pelos Direitos Humanos.

Já sobre Dinaelza, após longas horas buscando trabalhos sobre sua trajetória política, não foi possível encontrar qualquer menção a ela, a não ser pequenos fragmentos em livros de comissões pela verdade. Cientes da já mencionada lacuna da historiografia baiana sobre o período, resolvemos buscar entrevistas com familiares e/ou trechos encontrados na internet e livros memoriaísticos no intuito de tentar recompor parte de sua vivência política. Além disso, destacamos os inúmeros sujeitos históricos que estão no esquecimento e o quanto o papel da história se torna importante nesse contexto. Assim, aqui trabalharemos as memórias de Diva sobre si e as ressignificações que tece sobre Dinaelza.

3.1 Dinaelza: do interior da Bahia à Guerrilha do Araguaia

Nascida em Vitória da Conquista, interior da Bahia, em 1949, ainda adolescente Dinaelza foi estudar na cidade de Jequié, onde juntamente com outros colegas criou o Grêmio Estudantil do Instituto Educacional Régis Pacheco, iniciando seus primeiros contatos com a política estudantil.

Caçula de um total de seis filhos, sua mãe foi professora e seu pai, técnico agrimensor. Segundo sua irmã Dilma, Dinaelza teve uma infância e adolescência normais, sendo muito alegre, equilibrada, habilidosa e vaidosa, além de sempre preocupada com a família. Em 1968, concluiu o ensino médio no Instituto Régis Pacheco em Jequié, onde, segundo nos conta Dinorá Santana, foi palco de uma das primeiras ações políticas de Dinaelza.

Toda a sua infância e adolescência foi na Cidade de Jequié. Participou da diretoria do Grêmio Estudantil do IERP, quando cursava

o normal, em plena ditadura militar, desafiando o diretor Milton Rabelo, ligado aos órgãos de repressão e informação. O Grêmio publicava um jornalzinho considerado naqueles anos como de tendência de esquerda.

Juntamente com colegas, organizavam grupos de estudos para leitura do marxismo e documentos do clandestino PC do B. Após a leitura, os documentos do partido eram enrolados em sacos plásticos (o que na época era difícil encontrar), colocados dentro de uma mala e enterrados em buracos no quintal da casa, disfarçados de plantas no local. Todo esse aparato era realizado a partir de muito cuidado e sigilo¹⁴⁹.

Em 1969, Dinaelza foi para Salvador, onde ingressou no curso de Geografia da Universidade Católica de Salvador, envolvendo-se com a militância estudantil e amorosamente com Wandick Coqueiro, estudante de Economia. Nesse período, passou a integrar a Comissão Executiva do Diretório Central dos Estudantes, casando-se posteriormente com Wandick, e integrou, em 1970, o Comitê estudantil do PC do B (BAHIA, 2014). Como destacam Moraes e Silva (2005):

O trio de Jequié passou no vestibular em 1969, Luzia para Ciências Sociais, Dinaelza para Geografia e Wandick para Economia. Muito cedo tiveram de substituir os militantes empurrados para a clandestinidade. Com a proteção do AI-5, a repressão abafou o movimento de massa e restou aos novos líderes fazer um trabalho silencioso, como formiguinhas.

[...] Aos poucos, os novos militantes se infiltravam pelas universidades e tentavam reorganizar as entidades estudantis desestruturadas pela perseguição do governo. Formaram uma comissão para recriar a União dos Estudantes da Bahia (UEB), coordenada por Wandick. Faziam comícios relâmpagos, distribuíam panfletos dentro das escolas e nos pontos de ônibus para mobilizar a sociedade contra o governo¹⁵⁰.

Durante sua vida em militância, Dinaelza, assim como outras militantes, tentava levar uma vida normal entre estudos e atuação

149. Entrevista de Dinorá Soares Santana fornecida ao pesquisador em 20/08/2016.

150. MORAIS; SILVA, 2005, p. 200-201.

política. Em 1971, por exemplo, antes de sua entrada na clandestinidade, trabalhou na empresa de aviação Sadia, pertencente ao grupo Transbrasil. Posteriormente, demitiu-se e adentrou a clandestinidade, deslocando-se para a região da Gameleira, atual estado do Tocantins, onde participou da Guerrilha do Araguaia (BAHIA, 2014). Em meio às decisões políticas de Dinaelza, segundo nos conta suas irmãs Dinorá e Dilma Santana,

Meus pais ficaram muito preocupados, principalmente minha mãe, com a sua militância. Tristeza, apreensão e preocupação ocorreram quando receberam através de mim [Dinorá] a notícia de que ela teria que ir para outro lugar desconhecido, pois as condições de sobrevivência em Salvador estavam esgotadas para ambos.

Diante de uma perseguição e repressão violenta aos brasileiros, principalmente aqueles visados nos movimentos e procurados com seus retratos expostos em rodoviária, aeroportos e até em postos da Polícia Rodoviária Federal, nas estradas, embarquei com muito cuidado e receio de ser revistada na rodoviária de Salvador, para a Cidade de Jequié, levando suas cartas aos nossos pais e aos pais de Wandick, onde explicavam os motivos pelos quais estavam partindo.

Tomei conhecimento do conteúdo das cartas em Jequié. Elas informavam a necessidade da retirada pelo motivo de virem a ser presos ou mortos, porém não diziam qual o destino. Solicitavam também ajuda financeira para tal finalidade.

Tudo que fazíamos era com muito cuidado, procurávamos disfarçar. Minha mãe dava conselhos para Dinaelza sair da política porque achava que era muito perigoso, e toda vez que Dinaelza vinha para Jequié, quando retornava para Salvador, minha mãe chorava muito devido ao envolvimento dela na política¹⁵¹.

Nesse ponto, destacamos a importância das famílias para os militantes, nesse caso para a militância de Dinaelza. A ajuda financeira, o apoio moral e emocional e as tentativas de contato eram para muitos a única possibilidade de rever familiares e amigos, principalmente a partir de 1968, quando o regime cerceia ainda mais a liberdade.

151. Entrevistas de Dinorá e Dilma Santana fornecidas ao pesquisador em 20/08/2016.

No tocante à Guerrilha do Araguaia, como ficou conhecido o embate armado entre as forças militares e a esquerda, em sua maioria do PC do B, esse ainda é um estudo que merece maior atenção. No campo da história ainda, há poucas obras que abordem o tema, dentre as quais temos *Guerrilha do Araguaia – A Esquerda em Armas*, de Campos Filho (1997). Nessa perspectiva, muitos jornalistas passaram a escrever obras de cunho político, de denúncia e em alguns casos de romance, mesclando documentações com ficção¹⁵².

Enquanto episódio histórico, vivido no início da década de 1970, em meio aos governos do General Médici e Geisel, os embates ideológicos se encontravam ainda mais acirrados, tanto por parte do Estado e seus opositores quanto entre a própria esquerda, cada vez mais esfacelada (ARAÚJO, 2001). Ainda que para uma ala da esquerda a forma pacífica seria a melhor forma de se alcançar uma “revolução”, o PC do B foi o grupo político que ousou, a partir da experiência chinesa, iniciar as mudanças para eles necessárias partindo de uma guerrilha no campo. Dessa forma, em 1969 o Comitê Central do partido aprovou a resolução “Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil”, optando pela luta bélica (MORAIS e SILVA, 2005).

Assim, medidas importantes foram tomadas para o desenvolvimento da guerrilha. A tentativa de aproximação popular, por exemplo, foi importante para a manutenção e adaptação nos primeiros meses em que os militantes se mudaram para a região. Contudo, tal aproximação também apresentava seus problemas, principalmente com o oferecimento de benefícios que iam desde ajudas comunitárias a dinheiro por parte de militares e chefes da região a mateiros e moradores no intuito de prender guerrilheiros.

152. Dentre algumas obras, mencionamos: *A lei da selva*, de Hugo Studart (2006); *Antes do passado – o silêncio que vem do Araguaia*, de Liniane Haag Brum (2012); e *MATA! – O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*, de Leonêncio Nossa (2012).

Por outro lado, o conhecimento sobre a guerrilha, por muito tempo, inclusive nos anos em que ocorria, foi sufocado pela repressão, censurando a luta armada e qualquer matéria ou menção sobre ela. Dessa forma, aqui percebemos tal episódio como uma busca pelo esquecimento por parte das forças de repressão, uma espécie de embate de memória, haja vista que muitos familiares e membros do PC do B passaram a denunciar o que vinha ocorrendo, porém de forma unilateral. Além disso, ressaltamos que, entre os anos de duração da guerrilha, 1973/1975, as organizações armadas já haviam sido desmanteladas, sendo a Guerrilha do Araguaia o último foco.

No âmbito da estratégia de formação da guerrilha, desde a década de 1960 que as lideranças do PC do B viam na Floresta Amazônica bases para a formação de condições para a instalação de uma frente de luta armada. Assim,

A mata fechada do Araguaia protegeria os militantes e tornaria inútil a artilharia pesada das Forças Armadas. A caça abundante e outros alimentos extraídos da selva, como babaçu e castanha, facilitaram a sobrevivência dos guerrilheiros.

O rio Araguaia, largo e generoso, significaria fartura de peixes e facilidade de deslocamento em pequenas embarcações. E serviria de obstáculo natural para a movimentação das tropas regulares. O transporte terrestre constituiria mais um problema para os militares. Trilhas e picadas formariam um imenso labirinto de caminhos tortuosos, subidas e descidas, grotas e igarapés. Experientes nas caminhadas e nas viagens em lombos de burro por toda a região, os guerrilheiros dispunham de larga vantagem¹⁵³.

Estrategicamente pensada, desde sua localização à sobrevivência militante, como é possível observar, no âmbito de sua organização, a guerrilha foi dividida em três destacamentos¹⁵⁴ (A, B e C).

153. MORAES; SILVA, op. cit., 2005, p. 37.

154. Divididos em três destacamentos, esses funcionavam como um limite de atuação sob a responsabilidade de um grupo, tendo um comandante e um vice-comandante. Ao comandante cabia a tomada de decisões, em sua maioria proveniente das decisões tomadas pela Comissão Militar, enquanto que o vice assumia em eventuais afastamentos.

Apesar de apresentarem certa autonomia, seguiam sob a direção da Comissão Militar e um regulamento que fixava direitos e deveres do combatente. Além disso, os guerrilheiros deveriam se tratar como “companheiro”, “companheira”, e, caso infringissem qualquer ponto do regulamento de modo grave, o comandante do destacamento encaminhava o acusado para a Justiça Militar Revolucionária, que o julgaria (MORAIS; SILVA, 2005).

Foi em meio a toda turbulência política, além de constantes perseguições, que Dinaelza e Wandick escolheram a militância, partindo também na clandestinidade, haja vista a necessidade de se ausentar e se esconder da vida pública. Assim, como nos relata sua irmã Diva Santana, passaram a viver sem paradeiros, morando cada semana em um local diferente, até deixarem a Bahia de forma misteriosa.

No ano de 1970, a família, residente no interior, foi surpreendida com a notícia de que eles teriam que ir embora da Bahia. A despedida foi através de cartas a todos os irmãos e aos pais, explicando o motivo da saída, sem informar o local que futuramente iriam residir.

Em 1971, nós e a família de Wandick recebemos uma carta, sem endereços, onde davam notícias que estavam bem de saúde e que conviviavam com pessoas simples, porém, nas entrelinhas, deixavam claro que o retorno ao convívio familiar seria bem difícil, só com a vitória¹⁵⁵.

Nessa perspectiva, saem de cena a Dinaelza e o Wandick, e entram a Mariadina¹⁵⁶ (às vezes, Maria Dina) e o João Goiano, guerrilheiros do Araguaia, alocados no Destacamento B, situado no Vale do Rio da Gameleira, entre as cidades de Serra das Andorinhas e São Geraldo do Araguaia, na divisa entre o atual estado do Pará e Tocantins¹⁵⁷.

155. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014.

157. Sobre a divisão dos destacamentos ver: PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Humanas, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set./dez. 2011.

Com base em dados apresentado por Moraes e Silva (2005), cada um dos três destacamentos tinha inicialmente 23 integrantes, apresentando ainda grupos internos que agiam de forma descentralizada no apoio. Contudo, em setembro de 1972, já havia algumas baixas, tendo o destacamento C o maior número de perdas, restando apenas treze integrantes. Quanto ao B, esse também passou a sofrer com a morte de seu efetivo, algo que aos poucos foi encurralando as forças guerrilheiras.

Em relação ao desfecho da guerrilha, as baixas foram enormes, sendo a maioria dos militantes mortos pela repressão ou mortos em combate, tendo seus corpos um paradeiro desconhecido, algo que reverbera debates e buscas por parte de seus familiares até os dias atuais. Segundo o relato do guia do exército na época, Sinésio Martins Ribeiro, publicado na obra *Mortos e desaparecidos baianos*,

[...] a Mariadina (Dinaelza) foi presa no rumo da OP-1, dentro da mata; que quem prendeu ela foi o mateiro Manoel Gomes e entregou para o Exército; que segundo soube o depoente, ela foi levada para a casa do Arlindo Piauí para contar onde estavam os outros e outras informações; que ela não falou nada; que lhe contaram que ela era muito bruta, porque ela não respondia nenhuma das perguntas e também cuspiu nos doutores; que por isso mataram ela um pouco adiante da casa do Arlindo Piauí, dentro da mata¹⁵⁸.

A morte de Dinaelza é dada como certa, contudo, na versão proferida pela repressão, ela ocorreu devido a um confronto entre as forças militares e a guerrilheira, chegando a óbito. Apesar de sua morte, nem seu corpo, nem o de seu companheiro foram encontrados, o que a família enlutada requer como medida mínima de reparação. Dessa forma, os familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos lutam no intuito de não deixar que as lembranças e as ações de seus entes queridos caiam no esquecimento.

158. BAHIA, op. cit., 2014, p. 56.

Toda a família ficou apreensiva e com muito medo. Durante muito tempo, ficamos sem qualquer notícia de seu paradeiro, o que preocupava a todos. Nossos pais sofriam bastante, acordava no meio da noite e ouvia os seus choros. Deixavam para chorar à noite para que não fossem vistos naquele estado. Não falavam sobre o assunto com ninguém. Foi um período muito obscuro. Foi muito triste¹⁵⁹.

Quanto à forma como os familiares de Dinaelza descobriram sua morte, vale notar que a notícia não foi dada por autoridades militares, mas por meio de um relato dado por José Genoíno, anos após a anistia de 1979. Como destaca uma de suas irmãs,

Com o início da luta pela anistia ampla geral e irrestrita em 1978, as notícias foram surgindo. A partir daí, as informações sobre as pessoas perseguidas, presas e mortas foram se tornando públicas. Eram notícias vagas, principalmente em relação a uma guerrilha no país. Tomamos conhecimento de que estava na região do Sul do Pará, onde havia uma guerrilha, através de uma revista da Editora Global, intitulada História Imediata – Guerrilha do Araguaia, onde o preso político José Genoíno fala aos jornalistas Palmério Doréa, Vincent Carelli, Sergio Buarque e Jaime Sautchuck sobre a região, o que aconteceu, quem ele conheceu e com quem conviveu. Ali ele fala, dentre outros, os baianos Mariadina e do João Goiano, estudantes de Geografia e Economia em Salvador. Para nós, foi uma notícia terrível, ainda pior quando o nosso irmão Getúlio se deslocou a São Paulo e encontrou com Genoíno, já em liberdade, que confirmou, através das fotografias, que se tratava de Dinaelza e Wandick.

A justiça brasileira ainda deve esse esclarecimento aos familiares e ao país, bem como em quais circunstâncias ocorreram suas mortes e onde foram sepultados¹⁶⁰.

Como forma de manter viva a memória de Dinaelza, em 1985, na cidade de Vitória da Conquista, foi fundada a creche Dinaelza Coqueiro, tendo o objetivo de apoiar mulheres trabalhadoras de baixa renda. Na década de 1990, a avenida onde se localiza a creche também recebeu seu nome, ampliando a representatividade dela para o local. Em 2014, em Jequié foi levantada a possibilidade

159. Entrevista de Dinorá Soares Santana fornecida ao pesquisador em 20/08/2016.

160. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014.

na câmara de vereadores de alterar o nome do Colégio Presidente Médici por Dinaelza Soares Santana Coqueiro em homenagem à sua luta. Ainda em Jequié, o Grêmio Estudantil do instituto Régis Pacheco recebeu o nome da guerrilheira. No aspecto de renomear nomes de ruas, essa é uma prática que se tornou recorrente nas últimas décadas no Brasil, principalmente na substituição de nomes de militares por militantes políticos, o que representa não apenas os embates pela memória histórica nacional, mas também a justiça de transição que se encontra em andamento.

Ao fazermos essa breve abordagem da vida de Dinaelza, destacamos a importância de observar as inúmeras possibilidades de estudo ainda existentes sobre o período ditatorial. As lutas pela memória continuam vivas, seja nas mudanças de nomes de ruas, seja por meio dos movimentos sociais e até mesmo realizadas pelas famílias, não permitindo que seus entes queridos sejam esquecidos. Por outro lado, por mais que tenhamos tido a possibilidade de entrevistar os familiares de Dinaelza, reiteramos as inúmeras dores e dificuldades que tiveram para nos fornecer seus relatos, haja vista as lembranças traumáticas e as dores que continuam vivas. Ainda que tenhamos consciência da construção subjetiva familiar e da própria resignificação do imagético contido na reconstrução da vida da militante, essas memórias são de extrema importância na reconstrução social do período, destacando as agruras e os traumas vividos no regime ditatorial.

3.2 A luta e a resistência de uma baiana pela anistia

Luto por justiça,
pelo fim da impunidade,
pela democracia, igualdade,
liberdade e justiça.

Diva Soares Santana

A luta política de Dinaelza é de notória estima por sua irmã Diva Santana. Além de toda paixão e motivação familiar, percebemos o quanto os enfrentamentos de Diná suscitam a luta de sua irmã na atualidade. Mulher de personalidade forte, retórica politizada e que respira e vive a luta por justiça, Diva Santana é uma militante social e de questões relacionadas aos Direitos Humanos, tendo como foco a reparação do Estado brasileiro na morte e no desaparecimento de militantes políticos durante a ditadura.

Nascida em 1949, mais velha de cinco irmãos, Diva Santana se destacou por ser a primeira a sair de casa e casar-se. De família simples, como relatamos ao tratarmos de Dinaelza, seus pais eram rígidos quanto à educação dos filhos. Esses estudavam pela manhã, chegavam ao meio-dia, e só após fazerem os deveres de casa é que realizavam atividades domésticas, algo lembrado por Diva com muito carinho.

Aos quinze anos, por volta de 1964, Diva se casou, sendo mãe do primeiro filho aos dezesseis, tendo posteriormente mais dois. Seis anos depois, em 1970, seu primeiro casamento chega ao fim, divorciando-se, tendo o ciúme por parte de seu marido como uma das causas. Em 1971, casou-se novamente e, apesar de viver uma vida mais madura e com forte apoio do companheiro, pois, segundo ela, seu cônjuge a estimulava a buscar sua independência não apenas financeira, mas social, por questões de saúde ficou viúva aos 32 anos, em 1976.

No âmbito de seu engajamento político, diferente de outras militantes, Diva se envolveu na luta contra a ditadura a partir da segunda metade da década de 1970, quando já estava em curso o processo de abertura política, projetada pelo governo militar. Assim, como ela destaca, inicialmente teve uma vida voltada apenas para o lar e a maternidade. Logo, apenas se envolveu em questões políticas quando se libertou das “amarras do casamento”, o que lhe possibilitou atender antigos anseios e posicionamentos.

Potencializando sua inserção no mundo político, a presença de sua irmã Dinaelza e de seu cunhado Wandick Coqueiro, militantes políticos e participantes da Guerrilha do Araguaia, foram influentes na vida dessa mulher. Em 1976, por exemplo, Diva ingressou no Comitê Baiano pela Anistia (CBA), passando a lutar pelo reconhecimento dos assassinatos da sua irmã e cunhado pelas forças de repressão, bem como pelo direito à verdade e à justiça.

Sobre seu engajamento político, Diva Santana relata que, quando jovem, não tinha uma consciência política, haja vista que se casou muito cedo. Tecendo alguns comentários sobre o casamento, comenta que tinha dificuldades em expor politicamente seus pensamentos devido à falta de liberdade gerada pelo matrimônio.

Naquela época, a sociedade era mais atrasada e perversa com as mulheres. Eu imaginava, na minha inocência, que o casamento me traria liberdade. Acreditava que o casamento era libertário, contudo logo me convenci que a situação da mulher era mais complicada do que imaginei, ela apenas mudava de dono. A linguagem mudou de minha filha, para minha mulher. Essa diferença vai aparecer com a convivência. A participação das mulheres na sociedade era vista também como a figura que dirige a casa e os filhos¹⁶¹.

A postura crítica de Diva sobre o casamento mais uma vez nos revela como as narrativas falam a respeito do presente em que foram construídas e não somente do passado. Como discorre Halbawchs, “Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais”¹⁶². Assim, além da reflexão proposta por Diva, a ressignificação do seu casamento parte das experiências posteriores a ele, uma vez que, no momento em que se casou em 1959, tinha outra concepção do matrimônio, influenciada por suas relações sociais e

161. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014.

162. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 25.

pela própria sociedade da época. Para entendermos tal afirmação, destacamos a seguinte fala de Diva Santana:

Eu parei de crescer aos quinze anos. Mas eu era desenvolvida para a minha idade. Com doze anos, era uma mulher feita, já tinha menstruado. Menstruei com nove anos e seis meses. Então eu fui precoce em tudo. Com doze anos, eu conheci esse rapaz e me casei com esse rapaz. E lembro do dia que ele falou com meu pai que queria casar comigo. Ele era mais velho apenas sete anos. Era bem jovem. Meu pai disse a ele que não, que não era para casar, que eu ia estudar, e que ele não queria que eu me casasse cedo, primeiro estudasse. Na minha época, as meninas eram criadas para casar. E isso foi em 50, 59. E somente um ano de noiva, eu me casei logo. Entre o namoro e noivado não chegou a dois anos. Foi aquela febre mesmo. Toda menina ou menino que tem [tinha] essa idade eu acho que é natural e normal para todas as pessoas que passaram [passaram] por essa idade. Entre o namoro e noivado eu não levei dois anos. E aí eu me lembro que meu pai não aceitou que me casasse e eu chorei a noite inteira. E ele me fazia muitas vontades. Tudo eu conseguia com ele. Quando não podia, ele dizia: "Fale com sua mãe". Mas, ele não me dizia não. Quando eu pedia uma coisa que ele sabia que não podia deixar, ele não decidia: "Peça a sua mãe". Como eu chorei a noite inteira, dia seguinte eu levantei com os olhos inchados. Ele disse: "Por que você está com o olho inchado? Você não dormiu, não?". Eu disse: "Não!". Disse: "É então case, pronto!". Pediu que eu me casasse. "Mas, depois você vai continuar estudando!". Eu falei: "Tá"¹⁶³.

Sobre o casamento aos quinze anos, Lúcia Rangel (2009) afirma que era visto de forma "natural" à época, uma vez que, guardando os papéis que eram então destinados à mulher, a partir de sua primeira menstruação a menina já estaria apta a casar-se e ter filhos. Além disso, naquela sociedade, o casamento e a família constituíam-se em instituições fundamentais dentro dos princípios morais e cristãos. Logo, com base em padrões e funções pré-determinadas historicamente, a mulher era vista como uma tutelada do homem (FOUCAULT, 1984; BUTLER, 2003).

163. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 03/03/2016

Outra reflexão importante, a partir das palavras de Diva Santana é a de que, quando jovem, imaginava o matrimônio como “liberdade”, liberdade dos pais e amarras familiares. Contudo, Diva não demorou muito para perceber que, ao contrário de libertário, o casamento a aprisionava. Segundo palavras suas, ela apenas “mudou de dono”, continuando sob a tutela de um homem, agora seu marido. Assim, ao elaborar sua narrativa na entrevista que nos concedeu, Diva tece críticas às relações de gênero, colocando o casamento, a sexualidade como um símbolo de hierarquização dos sexos. Segundo Faria, “[...] o casamento modificava a condição civil e social da mulher, exigindo inclusive a adoção do nome da família do marido”¹⁶⁴, logo o homem colocava seu sobrenome em “sua mulher”, imprimindo sua marca e também delimitando seu poder. Como destaca Rago:

Educadas, entre os anos de 1950 e 1960, para a virgindade, o casamento monogâmico indissolúvel, a maternidade e os cuidados com a família e para a passividade e o silêncio, abriram caminhos próprios, singulares, sem contar com a referência de modelos anteriores, tanto em suas trajetórias profissionais quanto nas experiências vivenciadas em outras dimensões da vida pessoal. Com suas práticas concretas e com seus modos de pensar feministas, produziram importantes rupturas e sucessivos deslocamentos no imaginário social, especialmente no que tange às questões da moral, da sexualidade e dos modelos de feminilidade e corporeidade que lhes deveriam ter servido de referência¹⁶⁵.

Quanto à sexualidade, segundo Cardoso (2010), a única forma socialmente permitida de chegar ao ato sexual, de acordo com os padrões cristãos e sociais da época, era por meio do casamento. Vale notar que mulheres que perdiam a virgindade antes do matrimônio eram discriminadas e malvistas por muitos, sobretudo pelos homens que não mais as viam como candidatas a noivas, mas

164. FARIA, Lia Ciomar M de; CUNHA, Washington Dener dos S; SILVA, Rosemaria Josefa V. da. Memórias e Representações Femininas: Ideologias e Utopias dos anos 60. *Revista Vozes dos Vales da UFVJM*, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, out. 2012, p. 5.

165. RAGO, Margareth, op. cit., 2013, p. 35.

como “perdidas” ou “putas”. Logo, a busca pela “liberdade sexual”, alimentada por desejos, paixões e amores em diferentes níveis, pode também ter levado muitas mulheres a se casarem tão cedo.

Quanto à busca por essa “liberdade”, Diva relata que sempre pensou diferente e contestou o tratamento diferenciado atribuído às mulheres na sociedade. Segundo ela, “*meu primeiro ato de rebeldia foi namorar cedo e fumar. Fumar representava para mim liberdade. Dentro das limitações da época, não fui criada com repressão*”. Naquela sociedade, o ato de fumar tinha uma representação de gênero muito grande, caracterizando-se como uma atitude meramente masculina. Logo, o ato de fumar para Diva representava uma afronta à sociedade e a seus padrões. A atitude, portanto, a colocava como transgressora, contribuindo também para a formação da sua própria identidade.

Nas entrevistas com Diva, chamaram-nos a atenção os detalhes de sua narrativa, algo que, para Sarlo (2007), jamais deve ser desprezado, uma vez que, a partir de sua repetição, cria-se o efeito de verdade. Dessa forma, Diva constrói no presente da fala uma imagem de que desde jovem era “diferente”, transgressora, uma mulher livre das “amarras de marido”, capaz de dar vazão às suas vontades. Ao se colocar assim, parece querer transpor para o passado uma liberdade e conhecimento adquiridos ao longo de muitos anos, nesse processo cotidiano que é se autoconhecer.

Quanto à sua militância, Diva Santana relata que só teve início após o ano de 1976, quando se libertou dos “grilhões de marido” e ingressou na luta pela anistia. Nesse sentido, Rago (2013) chama atenção para a forma como o indivíduo vai se construindo ao longo do tempo, a partir de suas experiências, ações e reflexões, moldando sua vida e seus discursos. Assim, percebemos que, a partir de suas escolhas e caminhos percorridos, Diva foi se constituindo conforme vivenciava experiências enquanto mulher, esposa,

mãe, dona de casa, militante, além de irmã de guerrilheira assassinada pela ditadura, o que iniciou sua luta política. Segundo Diva,

A minha militância inicia em Salvador, basicamente em 1976, eu já com uma certa independência, viúva, sem grilhões de marido. Nessa nova vida, sem a guarida de um companheiro, comecei a exercer a possibilidade da manutenção de uma família sem a figura do provedor homem. É necessário ressaltar que, diante das dificuldades, contava com o apoio dos meus pais e do meu único irmão, Getúlio Soares Santana, que passou a morar comigo e a trabalharmos juntos em sua livraria, a Literarte. A essa altura, não poderia contar com as manas, pois todas estavam com suas vidas em situações de risco e buscavam suas seguranças. Gozando da minha liberdade, enquanto mulher busquei me juntar aos que lutavam por uma anistia no Brasil, pelo fim do regime militar e por democracia, no Comitê de Anistia, seção Bahia¹⁶⁶.

A partir de suas palavras, enquadramos as lembranças de Diva pelo ideário de memória emblemática de Steve Stern, em que a construção de si bem como sua mudança social se relacionam entre o subjetivo e o coletivo¹⁶⁷. Tendo esse último grande repercussão para a publicidade de uma memória que, ao mesmo tempo que traz uma ressignificação de si, se aproxima do senso coletivo de outros atores, permitindo, nesse caso, a identificação com outras mulheres.

Destacamos ainda a maternidade na vida de Diva Santana. Mãe de três filhos e divorciada do primeiro marido após 12 anos de casamento, em 1971, essa decidiu sair de Jequié com destino a Salvador, em 1972. Contudo, devido às dificuldades, acabou tendo de levar seus filhos para morarem em Jequié com seus pais, em 1974, retornando à capital sozinha, algo que até hoje conta com muita emoção.

166. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014.

167. "Refletindo sobre o período pós-ditatorial na América Latina, ele considera que as lembranças soltas podem conectar-se a interpretações que, partindo de diferentes setores sociais, entrecruzam-se mesclam-se e tornam-se coletivas em função de determinado movimento histórico – no caso, os processos de luta pela redemocratização e por reparação e justiça que emergiram entre meados das décadas de 1970 e 1980" (RAGO, 2013, p. 59). Logo, para que possam ter projeção e percam seu senso de coletividade, as memórias emblemáticas requerem projeções e ampla circulação (STERN, 2000).

Ficou incompatível então essa vida minha com três filhos e na escola [Diva volta a estudar, algo interrompido com o primeiro casamento]. Porque, quando eu vim para aqui [Salvador], eu trouxe uma empregada. Trouxe uma moça para me ajudar e tal, e essa moça ficou comigo uns dois anos. Aí ela quis ir embora. Com a dificuldade, meus filhos voltaram para o interior, ficaram com minha mãe e minhas irmãs. Muito sofrido para mim porque eu era muito apegada a eles. E eles distantes também, vice-versa. Acho que eles sofreram também muito com isso. Mas eu consegui terminar o segundo grau¹⁶⁸.

Ressalvamos que, apesar de sempre cerceadas por inúmeros estigmas e padrões normatizadores, muitas mulheres os transgrediam, destacando-se por suas ações e enfrentamento social. Dessa forma, na década de 1970, assim como Diva, já havia muitos casos de mulheres que passaram a ser provedoras de suas famílias, indo contra o modelo familiar nuclear “patriarcal” tão defendido por setores religiosos e conservadores (TOLOI, 2006). Nessa conjuntura, em 1975, com o falecimento de seu segundo marido, Diva terminou de criar seus filhos, sem a presença de um homem, algo que para ela tem uma grande representatividade na sua autoconstrução de “mulher-forte” e idealista.

Permanecendo no estado da Bahia durante toda sua trajetória e presenciando o crescimento da repressão, Diva entrou na militância só a partir da segunda metade da década de 1970, quando o Estado brasileiro deu início a uma política de “distensão”. Assim, como destaca Moreira Alves (2005), a partir do que o Presidente Geisel denominou “democracia relativa”, as instituições políticas teriam flexibilidade para participarem, ainda que de forma limitada, do processo decisório, contudo os artifícios repressivos a exemplo da supressão de direitos civis permaneciam¹⁶⁹.

No que se relaciona ao estado da Bahia durante o período ditatorial, Diva afirma que “[...] a ditadura militar foi tão perversa como

168. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014.

169. MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005, p. 225.

em todos os estados do país”, tendo sido instalados inúmeros órgãos da repressão e centros de tortura¹⁷⁰. Nesse sentido, é interessante notar que, ao fornecer sua entrevista e falar sobre o passado, Diva faz da construção de sua narrativa uma ação política e de denúncia, fornecendo informações importantes sobre a repressão na Bahia, inclusive nos informando sobre a localização de centros de tortura e sobre os baianos desaparecidos e mortos na ditadura. Assim, a enquadrámos como uma militante por justiça de transição¹⁷¹, algo que está diretamente relacionado às suas vivências no passado e às suas ações contemporâneas, desenvolvidas no grupo Tortura Nunca Mais da Bahia, do qual atualmente, é vice-presidente. Vale notar que o Tortura Nunca Mais tem origem na luta pela anistia e no CBA, espaços onde Diva começou sua luta política após 1976. Tendo em mente as contribuições de Sarlo (2007), observamos que Diva age como se tivesse um compromisso de lembrar por aqueles que não podem mais fazê-lo. Portanto, lembrar é, antes de mais nada, um compromisso político e ético, que parece dar sentido à sua identidade e à sua vida.

Quanto às possíveis motivações que desencadearam sua inserção na luta política, principalmente na luta pela Anistia e pelos direitos humanos, acreditamos que a influência e o destino de sua irmã Dinaelza foram fundamentais, haja vista que, nas quatro entrevistas realizadas com Diva Santana, esse foi o assunto predomi-

170. Diva Santana destaca o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Serviço Nacional de informações (SNI), a Assessoria de Segurança e Informações/Assessoria Especial de Segurança e Informações – ASI/AESI, organizações militares como o DOI/CODI e a Operação Bandeirantes (OBAN). Quanto aos principais centros de tortura da Bahia, esses estavam localizados no quartel do Forte do Barbalho, no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), no quartel de fuzileiros navais, nas delegacias de polícia, na Base Aérea de Salvador, e na denominada “fazendinha” que ficava na entrada da cidade de Alagoinhas a 119 km da capital.

171. Ensejadas pelas graves violações aos direitos humanos, proferidas pelo Estado brasileiro pós-64, com os avanços e conquistas da sociedade, inúmeros grupos, como ex-familiares, políticos passaram a cobrar uma resposta do Estado quanto aos crimes realizados e suas ações. Ver: LIMA, Josely Tostes de. O que é justiça de transição. *Revista Projeção, Direito e Sociedade*, Brasília, DF, v. 3, n. 2, dez. 2012.

nante¹⁷². Nesse caso, percebemos que Diva tem Dinaelza como seu grande símbolo de luta e resistência política, elemento que consideramos ser peça-chave na montagem de seu mosaico de memórias e no processo de “construção de si”.

Nesse sentido, segundo Bosi (1995), as lembranças dos outros, com o decorrer do tempo, passam a nos pertencer, fazendo parte da nossa própria história e acompanhando nossa vida, sendo enriquecidas por experiências e embates. Logo, percebemos que a presença de sua irmã é permanente em sua memória, permanência que foi potencializada com as descobertas em torno de seu assassinato na Guerrilha do Araguaia¹⁷³, o que aumentou seu ímpeto por justiça e deu maior significado à sua função de “guardiã” de uma memória heroica de Dinaelza e de vários militantes que foram torturados e mortos pela repressão.

Com base nos relatos de Diva, observamos como as famílias dos militantes e guerrilheiros eram impactadas pelas escolhas de seus parentes em lutarem contra a ditadura. Em 1971, por exemplo, pela militância de Dinaelza, Diva perdeu o contato com sua irmã, sobretudo por uma questão de segurança. Assim, destacamos que o sofrimento das famílias na busca por seus entes queridos e a falta de respostas por parte do Estado geravam traumas e feridas que até hoje não cicatrizaram. Dessa forma, sem notícias da irmã, Diva passou a buscá-las, como relata na obra *Habeas corpus: que se apresente o corpo* (Brasil, 2010):

Ficamos de 1971 até 1978 sem saber do paradeiro da minha irmã. Nessa época, eu e meu irmão tínhamos uma livraria, a Literarte. Em novembro de 1978, saiu a revista História Imediata, sobre a Guerrilha

172. Diva Santana possui alguns depoimentos em algumas obras, a exemplo de BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas corpus: que se apresente o corpo*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Assim como nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, a presença de Dinaelza é constante.

173. Ver: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

do Araguaia, da editora Global. Nela, o Genoíno falou que, em 1971, chegaram na região, vindos da Bahia, Maria Dina e João. Não liguei o nome às pessoas. Mas a menina da Global me disse que a Maria Dina era estudante de Geografia e o João, de Economia. Falei: 'É Dinaelza'. Meu irmão foi encontrar o Genoíno em São Paulo. Quando ele chegou, o Genoíno falou: 'Não precisa nem falar, você é irmão da Dinaelza', porque eles eram muito parecidos. Pelo que o Genoíno contou, não sobrou nada daquela história. E a nossa luta começa a partir daí, no Comitê de Anistia, buscando todos os familiares, as pessoas que estavam fora, voltando do exílio, outros, saindo da prisão, e a gente foi fazer aquele trabalho miudinho, de casa em casa, é um trabalho muito difícil¹⁷⁴.

Logo, as incertezas sobre o paradeiro da sua irmã e cunhado se esvaíram a partir de 1978, dando início a uma luta pelo corpo da irmã, pelo direito à sua memória e por uma reparação por parte do Estado. A luta de Diva, portanto, se insere no processo de justiça de transição comum a países que viveram regimes autoritários e onde se estabeleceram processos de transição e/ ou democratização. Desse modo, Diva participa da luta por justiça de transição desde o seu nascedouro, quando começou a militar no MFPA, fundado em São Paulo por Therezinha Zerbini¹⁷⁵ em 1975, ingressando no CBA e, posteriormente, no Grupo Tortura Nunca Mais.

Quanto ao CBA, foi criado em 1978, momento no qual a campanha pela anistia se apresentava melhor organizada, tendo este comitê inúmeras seções estaduais, como no caso da Bahia, no qual Diva Santana fez parte. Como destaca Cristina Luna (2017), o CBA surgiu no propósito de aglutinar os movimentos pela anistia e os demais movimentos sociais que emergiram na década de 1970 e, dentre seus objetivos, o comitê previa não só a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, mas a retirada imediata do regime autoritário.

174. BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas corpus*: que se apresente o corpo. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 66.

175. Ver: ZERBINI, Theresinha Godoy. *Anistia: sementes da liberdade*. São Paulo: Salesianos, 1979.

Quanto às ações do CBA seção Bahia, este, juntamente com outras seções, chegou a realizar o II Encontro Nacional pela Anistia em Salvador entre os dias 15 e 18 de novembro de 1979 fortalecendo os debates e as reflexões no estado (CARVALHO NETO, 2009). Porém, com a Lei 6.683/79, conhecida como Lei de Anistia, é satisfeito o desejo de parte da ala conservadora e militar, realizando uma transição lenta e gradual de caráter apaziguado, em que torturadores foram perdoados pelo Estado. Assim, o Comitê Brasileiro pela Anistia perde sua força, tendo suas dissidências partindo para o então recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) e o grupo “Tortura nunca-mais” que tivera inúmeras seções estaduais, a exemplo da Bahia, que permanece ativo até os dias atuais (LUNA, 2017). Segundo nos relata Diva Santana,

Na Bahia, nós permanecemos. Posteriormente, foi realizada uma assembleia para discutir a continuidade ou não do Comitê de anistia na Bahia e foi aprovado a ampliação para Comitê de Anistia e Direitos Humanos – CADH.

Entendendo que segmentos da sociedade não foram contemplados com a Lei da Anistia, como militares que foram perseguidos e outros, como as famílias dos mortos e dos desaparecidos. Noutros estados, primeiro São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e outros, foram surgindo organizações como os Grupos Tortura Nunca Mais.

Na Bahia, buscando o fortalecimento da luta específica pela anistia aos não anistiados e pela localização e circunstâncias das mortes dos desaparecidos e pela criação de leis que responsabilizassem a União pelos crimes cometidos, o CADH se transformou através de Assembleia, realizada no Teatro Vila Velha, em 1995, na organização Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia¹⁷⁶.

Entendemos que, em meio a amplos debates acerca da Lei de Anistia, muitas denúncias foram feitas, visando identificar militares e chefes da repressão como responsáveis pela tortura e desrespeito aos direitos humanos, ao passo que setores da sociedade, formados por parentes de mortos e desaparecidos políticos, passaram a reivindicar o direito à verdade, aos corpos e à memória de seus familiares. Nesse sentido, Sarlo (2007) chama atenção para

o movimento Nunca mais, que se difundiu em diferentes países da América Latina após suas ditaduras. Esse movimento, inclusive, insere-se no processo de democratização, pois tenciona lembrar e reconhecer os horrores do arbítrio na forma como tais coisas ocorreram. Ainda segundo Sarlo (2007), tal movimento hoje parece insuficiente, pois, ainda que todos os atos cometidos pela repressão e o autoritarismo de governos espalhados pelo mundo nunca devam ser esquecidos, a memória militante não pode ser mitificada, carecendo de uma importante reflexão.

Dentro do processo de justiça de transição, que visa recuperar as circunstâncias sob as quais as pessoas foram mortas e os corpos, dando-lhes direito a um sepultamento digno, além de exigir a reparação e o reconhecimento das mortes por parte do Estado, Diva, em 1980, participou de uma caravana que foi ao Araguaia em busca do paradeiro dos guerrilheiros mortos. Sobre o assunto, Diva nos relata que, no período que antecedeu à viagem, sofreu ameaças anônimas de morte e perseguições de agentes da repressão, o que observamos como um período, ainda que distenso, ditatorial. Quanto a esse fato, existem inúmeros documentos nos quais seu nome aparece, dando-nos indícios que era monitorada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), algo confirmado por ela recentemente¹⁷⁷.

Quanto à caravana ao Araguaia, Diva Santana foi presença ativa, buscando de forma incessante não apenas informações sobre sua irmã, mas também sobre outros desaparecidos políticos. Segundo relato de Diva, fornecido por Brasil,

Nós levamos um panfleto dizendo para a população que éramos parentes, com os nomes verdadeiros e os nomes que eles usavam

177. Em 26/10/2015, Diva Santana é notícia do jornal *O Globo* on-line, com o título "Familiar de desaparecida política foi monitorada pelo SNI", em que tece alguns comentários sobre o noticiado. Leia mais sobre esse assunto em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/familiar-de-desaparecida-politica-foi-monitorada-pelo-sni-17879587#ixzz3q0WmT4cF>>. Acesso em: 30 out. 2015

lá. E enfrentamos Sebastião de Moura¹⁷⁸, o Curió, com toda a repressão montada no estado do Pará. Lá ameaçaram a gente também. A gente conseguiu, mesmo com essa repressão, com os camponeses sendo seguidos. O povo procurava a gente e falava dos nossos familiares, muita gente falou conosco em 1980¹⁷⁹.

Apesar das inúmeras buscas e informações levantadas na caravana ao Araguaia em 1980, os corpos de Dinaelza e de seu companheiro Wandick nunca foram encontrados. Assim, a luta de Diva pelos restos mortais da irmã e por justiça e punição aos algozes de Diná e todos os guerrilheiros continua. Nesse sentido, ressaltamos seus anseios por verdade, direito à memória, reparação e justiça, que no Brasil ainda caminham de forma lenta, enquanto isso muitos torturadores continuam impunes e o Estado sem qualquer pretensão de esclarecer os fatos. Logo, enquanto o objetivo da justiça transicional é “processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação”¹⁸⁰, o que ainda se vê no Brasil é a negligência em relação a esta fase sombria da história do país.

Ao retornar do Araguaia, Diva conta que foi indiciada com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), sendo acusada de promover a luta armada. Para ela, o indiciamento estava ligado à sua participação na caravana, e supomos também às ações que vinha desenvolvendo junto ao CADH, o que possivelmente incomodava determinados poderes do Estado, que, após a lei de anistia, acre-

178. Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como o *Major Curió*, hoje coronel da reserva, é apontado como um dos militares responsáveis pela repressão e assassinato à militantes políticos da Guerrilha do Araguaia. Curió ainda trabalhou no Centro de Informações do Exército (CIE) e ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI). Ver: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/major-curio/>> Acesso em: 22 jul. 2016..

179. BRASIL, op. cit., 2014, p. 64.

180. ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In: *Justiça de transição: manual para a América Latina / coordenação de Félix Reátegui*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 47.

ditavam que ações de tal natureza cessariam. Contudo, torna-se importante destacarmos que, apesar da assinatura da Lei de Anistia em 1979, em 1983 outra LSN é promulgada, tendo, inclusive, vigor até os dias atuais¹⁸¹. Logo, aqui também tecemos uma reflexão em torno de uma transição pela transação, algo que desvirtua do ideário de democracia tão difundido por correntes militares e civis que comandavam o país.

No âmbito de uma transição por transação, essa se daria a partir de mudanças políticas coordenadas e ou transacionadas por setores atrelados ao poder autoritário e à oposição, uma espécie de pacto político, algo que encaramos como um modelo que se encaixou ao Brasil e sua transição. Assim, esse pacto seria

[...] um acordo explícito, mesmo que nem sempre explicitado ou justificado publicamente, entre um conjunto seletivo de atores que procuram definir [...] as regras que regem o exercício do poder, tendo como pressuposto garantias mútuas em termos dos interesses vitais daqueles que estão realizando o pacto¹⁸².

Como destacam Gugliano e Gallo,

A transição democrática brasileira foi um processo hegemônico pelos setores vinculados ao autoritarismo, cuja mudança de regime foi conduzida por aqueles que, em tese, seriam os menos interessados na realização de mudanças profundas na sociedade. Considerada como a mais longa dentre as experiências que compuseram a terceira onda de democratizações, transcorreu entre o início

181. Na história do Brasil, inúmeras foram as Leis de Segurança Nacional assinadas, sendo a primeira em 1935, durante o governo Vargas, no intuito de coibir quaisquer ações contrárias ao Estado. Em 13 de março de 1967, o que inicialmente era uma Doutrina de Segurança Nacional virou o Decreto-Lei de nº 314, ampliando ainda mais o poder do Estado civil-militar. Em 14 de dezembro de 1983, já no processo de abertura, a Lei nº 7.170 é assinada pelo então presidente João Figueiredo, perdurando até os dias atuais, ainda que tenhamos “realizado” a escrita de uma nova carta magna e cidadã em 1988 (MOREIRA ALVES, 2005).

182. O'DONNELL, Guillermo SCHMITTER, Philippe. *Transiciones desde un gobierno autoritário*. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas. Barcelona: Paidós, 1994, p. 63.

do Governo Geisel (1974-1979) e a já referida posse do Presidente Sarney em 1985¹⁸³.

Será em meio à transição pela transação que Diva Santana lembra-se de pessoas importantes para sua resistência e que amenizaram o sofrimento de famílias de presos, mortos e desaparecidos políticos, entre elas o padre italiano Renzo Rossi¹⁸⁴, cuja atuação em prol dos presos políticos e dos direitos humanos se destacou na Bahia e no país. Com palavras emocionadas, Diva Santana nos conta que

Não poderei esquecer a figura santa do Padre Renzo, que foi o meu anjo da guarda durante esse período. Padre Renzo foi uma figura marcante para todas as famílias que tiveram filhos presos, mortos e desaparecidos. Ele visitava família por família. Ia aos porões visitar os presos que estavam incomunicáveis para levar notícias às mães e a todas as famílias¹⁸⁵.

Sobre a atuação do Padre Renzo, o ex-guerrilheiro Rui Patterson no livro *Quem samba fica* (2011) destaca seu caráter fraternal e amistoso, tendo o padre percorrido inúmeras prisões políticas nos momentos mais difíceis da ditadura. “Conheceu todos os presos políticos da época, de todos os estados, suas famílias, apelidos e nomes de guerra, cumprimentando-os com tapas no rosto.”¹⁸⁶ Assim, Diva vê nessa figura religiosa a presença “iluminada” de uma pessoa capaz de confortar presos e seus parentes, intervindo e quebrando a barreira da incomunicabilidade imposta pelas autoridades militares da época. Portanto, muitas famílias gozam de enorme gratidão ao padre Renzo, que não era apenas um religioso, mas um defensor da democracia e dos direitos humanos.

184. Nascido em Florença, na Itália, em 1925, Renzo Rossi veio para o Brasil na década de 1960, passando quase 20 anos de missão religiosa em Salvador, onde recebeu o título de cidadão honorário. Em 2013, aos 87 anos falece na Itália, tendo inúmeras menções honrosas realizadas em sua memória. Em 2002, o jornalista baiano Emiliano José lançou a obra biográfica *Sobre as Asas do Padre Renzo*, sendo posteriormente realizado um documentário sobre sua vida com o mesmo nome do livro.

185. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014.

186. PATTERSON, Rui. *Quem samba* – Memórias de um ex-guerrilheiro. Salvador: EGBA, 2011, p. 269.

Por conseguinte, outra lembrança muito forte nas narrativas de Diva e que marcou sua atuação política foi o lançamento da revista *Guerrilha do Araguaia* em 1982, na sede da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia (AFPB) na rua Carlos Gomes, bairro Dois de julho em Salvador. O intuito da revista, segundo Diva, foi apresentar os últimos resultados de busca e informações sobre os mortos e desaparecidos políticos em níveis nacional e estadual, muitas provenientes de levantamentos realizados nas caravanas de familiares. Contudo, antes mesmo das primeiras palavras do discurso que Diva iria proferir na ocasião do lançamento, a Associação foi invadida por cerca de 50 homens armados que soltaram bombas e prenderam pessoas presentes no recinto¹⁸⁷.

Ao invadir a Associação dos Funcionários Públicos, além das prisões e do terror estabelecido com todos os presentes presos, até crianças, os agentes promoveram um verdadeiro quebra-quebra dos móveis ali constantes. As 13 pessoas permaneceram presas por cerca de duas semanas e, após serem libertadas, foram chamadas para depoimentos, bem como mais dez outras pessoas foram arroladas, inclusive eu. Prestei depoimento acompanhada das notáveis e competentes advogadas Ronilda Noblat¹⁸⁸ e Yara Moscoso¹⁸⁹ ao temido e conhecido por seus métodos utilizados contra o povo no interior da Bahia, o delegado Teixeira.

As 13 pessoas presas viveram horrores, inclusive uma mulher¹⁹⁰. Todos foram torturados, no início na sede da própria Polícia Federal, depois transferidos para o quartel do Beirú. Os negros foram queimados com pontas de cigarros, ouviam os torturadores dizendo que

187. Dentre as pessoas presas no recinto, destacamos a já anteriormente mencionada Maria Liége.

188. Nascida em 1941, Ronilda Noblat, como destaca Emiliano José (2008), desde jovem, nos primeiros anos de advocacia aos 22 anos já participava da defesa de presos políticos na Bahia a exemplo do próprio Emiliano José. Em 2008, morre aos 67 anos, deixando uma grande contribuição para a luta por democracia endossando ainda mais o corpo de advogados que ousaram defender presos políticos no período ditatorial. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/coragem-de-mulher>>. Acesso em: 22 jul.2016.

189. Não encontramos registros biográficos com Yara Moscoso.

190. Essa mulher a que Diva Santana se reporta é Maria Liege, que só identificamos após encontrar documentos sobre o ato no Arquivo Público do Rio de Janeiro ligado ao Serviço de Informações do Exército.

negro era pra plantar capim no Araguaia. Vale ressaltar que essa perseguição se deu no ano de 1981, no governo General Figueiredo, período da chamada “abertura política”. Desse movimento, fui indiciada na Lei de Segurança Nacional, e as ameaças de morte continuaram até pouco tempo¹⁹¹.

Na tentativa de analisar o relato de Diva, encontramos fontes jornalísticas e documentais referentes à invasão. Contrapondo as fontes (orais e escritas), percebemos um embate importante entre as memórias de Diva e as descrições dos documentos da repressão, sendo essas divergências imprescindíveis no tocante à análise dos discursos empregados e suas particularidades. Inicialmente, destacamos a versão dos militares quanto ao ato de lançamento da revista e a prisão das 13 pessoas:

O Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH), remanescente do antigo Comitê Brasileiro da Anistia (CBA), vem, ultimamente adotando como bandeira principal, a promoção da Guerrilha do Araguaia e dos seus promotores. Com esse objetivo tem promovido uma série de manifestações, atos públicos, atos litúrgicos, debates, palestras, tendo inclusive, em outubro/80, patrocinado a visita de familiares dos mortos e desaparecidos na Guerrilha à região do Araguaia. À diretoria atual do CADH está vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e toda essa campanha visa enaltecer os terroristas do Araguaia bem como a luta armada como meio de transformação da sociedade brasileira¹⁹².

Inicialmente, podemos supor que as viagens das famílias de presos, mortos e desaparecidos políticos ao Araguaia incomodou a repressão, assim como o próprio lançamento da revista feito como um ato de militância que visaria “enaltecer terroristas do Araguaia bem como a luta armada”, acusação que o SNI também fez a Diva pessoalmente. Outro ponto aqui apresentado que nos permite uma reflexão sobre a transição política em curso é que, na década de 1980, apesar do retorno de alguns elementos da democracia liberal

191. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014.

192. Documento enviado ao S.I pelo serviço de segurança pública do estado da Bahia sobre o lançamento da revista *Guerrilha do Araguaia*. Disponível no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ).

representativa, ainda existiam instrumentos arbitrários, além da ação truculenta de alguns órgãos militares e paramilitares, o que denota a continuidade de uma ação repressiva e uma reação dos setores mais conservadores das Forças Armadas, em geral conhecidos como “linha-dura”, que recusaram a saída dos militares do governo e do poder, bem como quaisquer manifestações que pudesse acarretar a sua responsabilização por atos de tortura e assassinatos. Assim, compactuando do pensamento de Maria Rezende,

No final da década de 70 e início da de 80, o regime continuava insistindo em vincular suas medidas e ações a um suposto ideário de democracia que lhe garantisse meios de conseguir adesão e aceitabilidade para as suas medidas nas diversas esferas. No entanto, ele enfrentava, naquele momento, as reivindicações de diversos setores sociais que se organizavam contra ele. Os diversos componentes do grupo de poder (militares, tecnoburocratas e representantes do grande capital) se empenhavam em fornecer ao regime em vigor todos os subsídios para que ele exercesse um alto grau de controle e pressão para que os demais setores sociais não avançassem no sentido de mudanças políticas substanciais¹⁹³.

Já Diva afirma que a invasão à Associação dos Funcionários Públicos da Bahia teve caráter de guerra, pois foi marcada por um cenário de bombas que entoavam em meio à truculência dos agentes da repressão e à prisão de companheiros. Além disso, menciona que momentos antes do “quebra-pau” foi avisada por um dos repórteres presentes de que “haveria porrada naquele dia”. Mesmo estranhando o aviso, uma vez que a revista havia sido publicada de forma legal pela editora Anita Garibaldi e lançada no Rio de Janeiro anteriormente, Diva diz que ficou mais atenta e percebeu pessoas estranhas dentro da associação. Assim, relata-nos que

Várias pessoas estranhas na escada, logo próximo a gente e um com um gravador muito grande na cintura. Então, ele foi convidado a se retirar do recinto porque ele não tinha sido convidado. Aí, ele empurrou a pessoa que foi pedir a ele. Quando ele empurrou o

193. REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984* [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013, p. 217.

pessoal foi pegar ele para pôr para fora. Aí, foi uma pancadaria generalizada. Daí invadiram [a polícia federal]. A associação foi tomada por homens e mulheres da Polícia Federal. E nesse ato prenderam treze pessoas. Prendeu quem estava chegando, por exemplo, o Valter Ribeiro e Jeferson Braga que eram advogados que estavam chegando na Associação¹⁹⁴.

No intuito de problematizar a memória da invasão, em contato com Maria Liége, presa pela polícia no ato, ela nos informou que não soube de onde teria partido o ato que deflagrou a confusão, contudo, como destaca, já percebia algo estranho no ar. Já segundo os militares, a invasão da polícia foi uma resposta à ação dos ativistas, pois,

No momento em que deslocavam para o auditório um agente Federal que estava fazendo a cobertura do evento, foi reconhecido e agredido por diversos ativistas presentes, o que provocou a ocupação do auditório da AFP por parte de prepostos da Polícia Federal. O prédio foi fechado, proibindo-se a entrada ou saída de pessoas, e foi feita uma revista em cada pessoa individualmente. Um gravador que sendo usado pelo Agente Federal estava desaparecido e a finalidade da revista era, além de identificar os presentes, reencontrá-lo. Dentre os agressores foram presos treze deles, em flagrante delito e posteriormente indiciados no Inquérito Policial nº 97/82- SR/BA¹⁹⁵.

As reconstruções em torno da invasão à AFPB e suas divergências são de extrema importância para analisarmos a construção e a subjetividade da memória. Consideramos que as divergências existentes entre as memórias de Diva, Maria Liége e os documentos da repressão sobre o episódio devem-se aos seus lugares ocupados. A partir da memória de Diva, a suposta “culpa” de toda aquela confusão teria sido gerada pelo indivíduo supostamente infiltrado que não aceitou se retirar da associação. Porém, podemos supor que uma ação intempestiva por parte dos presentes em relação à

194. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 31/07/2015.

195. Trecho extraído da segunda página do documento enviado ao S.I pelo serviço de segurança pública do estado da Bahia sobre o lançamento da revista “Guerrilha do Araguaia”. Disponível no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ).

descoberta de um “infiltrado” pode também ter gerado o embate com os policiais, algo suposto com base no trecho destacado a partir da fala de Liége em entrevista: “[...] E os companheiros, naquela época, os gravadores, não eram assim pequenininhos, eram aquele tijolo, e os companheiros tiraram o que estava aqui de baixo da camisa, quebraram, destruíram a fita e então fomos presos”¹⁹⁶.

Por outro lado, no âmbito da justificativa usada pelo Estado, a invasão ocorreu devido à agressão sofrida por um dos agentes federais que realizava a cobertura do lançamento da revista após ser identificado. Nesse ponto, a justificativa parece-nos menos cabível, primeiramente, pela presença de uma pessoa da polícia fazendo a “cobertura”. Nesse caso, suspeitamos ser um informante da própria repressão, algo que ocorria em todo país, ao haver reuniões e congressos tidos como suspeitos. Além disso, o documento menciona que o ato de fechar a AFPB sem que ninguém pudesse se ausentar fundamentava-se em reencontrar um gravador que havia desaparecido no momento da agressão e a identificação dos presentes. Logo, é possível que a presença de um informante da polícia no recinto, além de coletar informações sobre o que ocorria no lançamento da Revista, também funcionava como observador e identificador dos presentes.

Quanto ao cruzamento específico das versões de Diva e do documento do exército, percebemos que não foram poucos os policiais que estavam do lado de fora da AFPB, dando indício de que alguma ação já havia sido programada pela repressão ditatorial, independente da discussão sobre o ato que teria gerado a invasão. Outra peculiaridade fica por conta da prisão das 13 pessoas, algo que nos dá indício de que essas já estavam sendo procuradas ou

196. Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <<http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>>. Acesso em: 15 out. 2015

investigadas pelo Sistema de Informações e de que suas apreensões não foram ocasionais.

Na concepção de Diva, a apreensão das pessoas se deu sem a menor explicação, algo que o exército justifica alegando que elas estavam em flagrante delito, sem, contudo, explicar qual seria o crime. Assim, longe de conceber uma verdade sobre a invasão à AFPB, as divergências expressam posições antagônicas atuantes no período que reverberam nas narrativas até os dias de hoje (CARDOSO, 2012).

A partir de seu engajamento político e das inúmeras ações que realizou na busca de sua irmã, questionamos Diva Santana quanto a possíveis diferenciações de gênero que, porventura, poderiam ter ocorrido ao longo de sua atuação. Pontuamos isso, uma vez que em diversos estudos são apontadas diferenciações de gênero ocorridas dentro de organizações de esquerda no período. Nesse assunto, Diva afirma que não sentiu atos de discriminação, e que, se ocorreram, não os percebeu. Segundo ela, se tivesse notado qualquer ato de tal natureza, revidaria imediatamente, uma vez que, por tudo que vivenciou, ficando viúva e criando seus filhos sem a figura de um homem, qualquer diferenciação de gênero seria combatida.

Contudo, Diva não nega a existência dessa diferenciação e utiliza-se de sua irmã para exemplificar como ocorria dentro das organizações de esquerda, inclusive. Dessa forma, com base em uma conversa com a ex-guerrilheira Luzia Ribeiro, Diva destaca que a irmã teria sofrido essa distinção em uma reunião do PC do B para definir funções que seriam realizadas por ela e seu marido na militância.

A participação das mulheres na sociedade era vista também como a figura que dirige a casa e os filhos. Tem uma passagem, narrada pela companheira Luzia Ribeiro, ex-presa política no Araguaia, que vivenciou em uma reunião realizada em Salvador, lá pelos anos de 1968, uma decisão para o casal Dinaelza e Wandick Coqueiro. Ele seria responsável pelo trabalho político e ela teria que garantir o

emprego para a sustentação da família. Imediatamente, houve uma reação de Dinaelza, contrapondo a proposta da direção do movimento. “Não!”. Ela levantou, se inscreveu para falar e disse: “Eu vou trabalhar e vou militar!”, portanto afirmando que os dois continuariam trabalhando, estudando e militando. Esta posição reflete bem qual era o modelo adotado para as mulheres mesmo em se tratando de uma pessoa que tinha militância política ativa, ou seja: para a manutenção da família, a mulher, e para a luta política e acadêmica, os homens. Essa diferença sempre existiu e até mesmo nas prisões, na época da ditadura, a mulher tinha um tratamento diferenciado. De início, os militares torturadores já as tratavam como prostitutas, utilizando métodos desqualificáveis e desrespeitosos, como estupro, “bolinamento” dos órgãos genitais e mamas etc.¹⁹⁷.

Dessa forma, além da presença de Dina em suas memórias, representada pela iniciativa e o tom crítico às ações do partido, Diva também faz uma crítica à forma como as mulheres são representadas historicamente, principalmente no campo da resistência à ditadura militar. Quanto à presença das mulheres na história, Diva Santana ressalta que a atuação dessas não se restringe apenas ao período ditatorial, tecendo críticas à invisibilidade da mulher nos grandes episódios da história e à pouca relevância que os atos realizados receberam.

A participação da mulher na luta política é constatada não só no período da ditadura militar. Historicamente, consta que nos mais variados movimentos de lutas por garantias das liberdades ou participações e gestões, quer sejam na política, na educação, nas artes, enfim, a busca de um país justo e igual para todos etc., a presença da mulher é uma constante e vai mais além, quando sabemos que é quase cultural o seu desempenho na formação e educação da família, na capacidade de gerir a economia. Atualmente, a condição da mulher é de igual com os seus companheiros, vivenciando os mesmos desafios, diferentemente de outrora¹⁹⁸.

Atualmente, Diva Santana é membro e ex-vice-presidenta do grupo Tortura Nunca mais – Bahia, lutando incansavelmente pela revelação de documentos do período, além de pelo esclarecimento de crimes que ocorreram no período ditatorial e na contem-

197. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 31 de julho de 2015.

198. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24 de janeiro de 2014.

poraneidade. Apesar de até hoje não ter obtido suas respostas, continua lutando por uma sociedade mais igualitária, algo que dá combustível à sua militância política. Altamente crítica à sociedade atual e com suas ditaduras veladas, Diva se define como “[...] uma lutadora, lutadora por conquistas que tragam melhorias na vida do povo brasileiro e na vida da mulher”¹⁹⁹. Fazendo uma reflexão de sua vida, ela destaca:

Eu acho que, pelo tempo que lutei, eu acho que a luta vale a pena, a luta de qualquer pessoa vale a pena. Eu acho que o que não desenvolve é quando você não luta, quando você não insiste nas coisas. Tem percalço? Tem! Tem dificuldades? Tem! Mas você tem que existir na luta. Eu acho que até agora, do tempo que comecei a militar, década de 80 para cá, final de 70 para cá, muita coisa que eu fiz valeu a pena sim. Eu acho que o próprio processo democrático que nós vivemos tem lá todo um passado, da época da ditadura, dos que derramaram sangue, que foram torturados e que foram presos. Muitos morreram, desapareceram. Muitos estão aí, continuam na luta. Acho que isso valeu a pena para a derrubada da ditadura, isso serviu pra derrubar. A minha irmã e outros tantos lutaram, pegaram em arma pela ditadura militar, mas a ditadura militar, a gente fala, não foi pelas armas, mas foi também, foi pela resistência, foi a luta deles que ajudou a derrubar a ditadura militar, eu faço essa avaliação. Agora nós vivemos, hoje, no processo democrático. Quem ajudou a construir esse processo democrático? Eu me sinto parte dessa construção. Com essa democracia que a gente vive, claro que é uma democracia muito, muito... eu pegando a frase de um título de um livro *A insustentável leveza do ser*, é como eu sinto essa democracia²⁰⁰.

Assim, de posicionamentos políticos fundamentados, escolhas sem arrependimentos, observamos que Diva Santana deixa seu lado militante, engajada, tomar forma dentro de si, transmitindo a figura de uma grande fortaleza política. Longe de demonstrar fraqueza aparente, faz de sua militância algo inabalável, não deixando jamais que Dina, a “guerreira”, seja esquecida.

199. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 03 de março de 2016.

200. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 03 de março de 2016.

3.2.3 As rememorações de si

Após a apresentação das trajetórias de Diva e Dina, é possível concebermos a constante construção de si que Diva realiza a partir de seus passados rememorados, tendo suas representações articuladas com o presente, utilizando-se desse para transformar e abordar novas possibilidades do passado vivido. Dessa forma, apesar de diferentes formas de militância entre as duas irmãs, como destaca Halbwachs (1990), a lembrança do indivíduo está sempre habitada por referências do grupo ou das relações sociais em que está inserido; logo, ao “retornar” ao passado para rever sua vida, é notório em Diva o senso de pertencimento aos grupos que fizeram ou faz parte.

Trazendo enorme significância e certa luta histórica para tirar as ações de Dinaelza do esquecimento, apesar de não afirmar que a atuação de Diná foi motivo preponderante para sua militância, é possível observarmos presença constante da irmã em seus relatos.

O legado de luta de todos os combatentes que enfrentaram a ditadura, muitos até com a própria vida, proporcionou a democracia em nosso país, e a garantia das liberdades. Até podermos vivenciar o início de um mundo mais igual, somente com democracia poderemos alcançar: a inclusão social, a garantia dos direitos de todos. Infelizmente, o nosso país atualmente passa por uma pressão política, liderada por pessoas as quais são denominadas de direita. Isto é, grupos organizados que não aceitam a inclusão e a igualdade dos povos. Nesse sentido, considero que o sangue derramado de Dinaelza não foi em vão e tenho orgulho²⁰¹.

Sendo questionada sobre como gostaria que Dinaelza fosse lembrada pela história, Diva Santana é bem direta:

Da sua defesa de um país com igualdade, justiça e liberdade; da coragem e bravura ao enfrentar um inimigo tão poderoso em armas e tão perverso. Resistiu à tortura com bravura e foi abatida de forma

201. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 20/08/2016.

covarde. Prisioneira por cerca de três meses, torturada para que entregasse os seus companheiros, resistiu até que o seu algoz/torturador deu cabo em sua vida, desferindo um tiro em sua cabeça²⁰².

Além disso, percebemos que a luta no Comitê pela Anistia em 1976 e sua atual militância no Grupo Tortura Nunca Mais são fatores marcantes em sua memória, algo que contribui para a construção política que tece de si. Quanto à forma como constrói suas memórias, Diva procura sempre apresentá-las junto a nomes e documentos da época, que estão sob seu domínio ou que obteve por meio de reuniões e viagens concernentes à sua militância política. Assim, percebemos não só seus anseios de lembrar seus momentos vividos na militância pela Anistia, mas o desejo de se afirmar como militante do tempo presente, inclusive, como é, nos debates contemporâneos sobre o tema, atenta a tudo que está ocorrendo.

Como problematiza Pollack, “[...] conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas”²⁰³, o que sempre está em íntima relação com o presente, modificando e reinterpretando o passado. Tal relação entre as lembranças e os sentimentos mais profundos, fazem do ser não apenas (re) criar sentidos para suas ações, como também se alocar em grupos e gerações, solidificando uma consciência política e de autoafirmação para sua atuação.

Em relação à família, percebemos que não houve lembranças negativas que pudessem merecer destaque em seus relatos. Nos contatos com Diva, nota-se que, para ela, a família possui uma grande importância, principalmente os laços com suas irmãs, como tanto expusemos aqui. Apesar de seus pais não terem tido qual-

202. Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 20/08/2016.

203. POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 8-9.

quer ligação com política, Diva leva os ensinamentos de humildade e perseverança de seus pais com grande afincio.

Com base no pensamento de Pollack (1989), para o qual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida, a militância de Diva, que segue até os dias atuais, permite sempre que ela esteja em contato com sua luta política, algo firmado em sua identidade. Logo, muitas vezes, é difícil fazermos uma dissociação entre a Diva como militante e a Diva mulher. Sendo assim, sua memória estará sempre dialogando com sua atuação social e luta pelo esclarecimento dos fatos que marcaram os anos de regime.

Ante o desafio de apresentar a memória política de Diva Santana, bem como o imaginário político que circula em torno de Dinaelza, além de reconhecer o grau elevado de subjetividade que nelas se debruçam, acreditamos que tais mulheres são fruto de uma geração que fez muito para que a Bahia tivesse representatividade e uma militância importante durante a ditadura militar. E, ainda que a historiografia baiana apresente poucos estudos sobre essas e tantas outras militantes, temos a plena certeza de que surgirão novos olhares e novas releituras para o período e, conseqüentemente, surgirão contribuições importantes sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos em que a ditadura se fez presente no Brasil, o curso da vida de muitas pessoas se alterou. Algumas foram obrigadas a entrar para a clandestinidade, outras partiram para a luta armada, enquanto outras tiveram de ir para o exílio ou até mesmo se exilar dentro do próprio país. É nessa conjuntura que analisamos as construções memorialísticas de Maria Liége, Diva Santana e Dinaelza Santana, observando as diferentes formas de resistência à ditadura.

Ao longo dessa jornada, inúmeros foram os impactos ocasionados nas três mulheres aqui apresentadas, que vão desde romperem com padrões culturais machistas que diziam quais eram as funções femininas naquela sociedade até recomeçarem suas vidas, enfrentando toda a desconfiança por acreditarem em projetos políticos e numa democracia justa, algo que defendem até os dias atuais.

No caso de Maria Liége, essa iniciou a vida política a partir de sua inserção na Universidade Federal da Bahia (UFBA), apesar das experiências no grupo Berimbau, onde, ao longo de sua militância, se viu presa inúmeras vezes, perdeu entes queridos, afastou-se de familiares e viu a prisão de seu companheiro. Assim, a resistência de muitas mulheres não se deu apenas no campo político, mas nas dificuldades que as ações militantes lhes trouxeram, como o

equilíbrio diário entre a maternidade e a militância em prol de um ideário coletivo de sociedade. Dessa forma, os medos, os receios e as perdas, bem como a ausência, foram fatores que marcaram a vida de muitas militantes políticas e, nesse caso, marca a vida de Liége.

No caso de Dinaelza, apesar de sua curtíssima trajetória de vida, essa refez o caminho de muitas outras mulheres que saíram do interior, entraram na universidade e passaram a lutar pela causa coletiva. Como destacaram suas irmãs, essa mulher sempre foi aguerrida e participante de movimentos contra a ditadura, algo que culminou com sua perseguição e entrada na clandestinidade. Além disso, sem qualquer tipo de segurança em permanecer no estado, juntamente com seu marido vão para o Araguaia, onde participam e morrem na guerrilha, sendo seus corpos jamais encontrados.

Já no caso de Diva Santana, existe uma corrente acadêmica que dá maiores méritos a resistências que apresentam ações, ditas de destaque, a exemplo da luta armada, da clandestinidade etc. Contudo, o que observamos nesta pesquisa é que nomes como o de Therezinha Zerbini, além de tantos outros, como é o caso de Diva, possuem uma importância no processo de justiça de transição no Brasil. A partir dessa exposição, vemos os atos de protestar, ir atrás de informações precisas e requerer junto à justiça o direito à verdade como um grau importante de resistência política, ainda mais se levarmos em consideração os espaços negados a justiça civil durante a ditadura, algo que dificultou bastante qualquer informação dos órgãos de repressão. Assim, entendemos a importância de ampliarmos o olhar daquilo que denominamos resistência.

Quanto às relações de gênero, essas tiveram papel preponderante tanto para o enfrentamento político quanto cultural de algumas mulheres da época, sendo que relatos da época demonstram as inúmeras diferenças de gênero proferidas dentro da

esquerda e também pela repressão. Ainda que Liége e Diva não tenham presenciado ou visto algo dessa envergadura, também não desmentem suas ocorrências, demonstrando que seriam taxativas quanto a seus posicionamentos de poderio feminino e de igualdade de gênero caso presenciassem tal situação.

Ainda no trato da resistência, destacamos a importância dada às construções que tecem de si. Para Liége, por exemplo, sua luta política foi marcada pelas ações de resistência à ditadura, colocando seu papel importante para o que a contemporaneidade vive atualmente, uma “democracia”. Logo, em sua memória militante, tece não apenas a figura de uma mulher que ousou lutar e enfrentar as dificuldades da época, mas de uma verdadeira resistente à ditadura, construindo e a cada novo dia reconstruindo a si mesma.

Diva Santana, apesar de todo ideário político, faz de toda sua vida uma militância contínua, desde quando se liberta dos “grilhões de marido”, cobrando do Estado a verdade sobre o que ocorreu com sua irmã e cunhado. Certa de uma militância que não pode parar, sua memória carrega convicções que não podem ser caladas ou esquecidas, eis um dos motivos para nos relatar tão bem os ocorridos.

Quanto à Dinaelza, seus familiares a observam como um grande exemplo de mulher a ser seguido, saindo jovem do interior, adentrando a universidade e questionando qualquer tratamento diferente vindo de gênero, como nos contou Diva Santana. Assim, pudemos perceber o quanto sua memória póstuma foi construída e é cada vez mais solidificada por sua família.

Dessa forma, com exceção de Dinaelza, tanto Liége quanto Diva continuam suas militâncias e todas elas com vínculo pela memória do período. Ambas ligadas ao PC do B, cada uma possui sua frente de militância partidária. Enquanto Liége amplia seus olhares para o espaço da mulher na sociedade e na política, Diva se volta para a luta dos Direitos Humanos. Liége ainda mora no

estado de São Paulo, enquanto que Diva em Salvador, mas, apesar da distância, possuem contato, pois já defendiam a bandeira da democracia e da reparação na fundação do CBA seção Bahia e, posteriormente, no grupo Tortura Nunca mais. O fato é que, uma vez militantes, sempre militantes, algo que deixam claro em nossas conversas e no trato que tecem de si mesmas, ainda que suas frentes de luta possam ser renovadas a cada novo enfrentamento.

Assim, percebemos que, a cada novo estudo, a cada memória problematizada, a presença da mulher na militância se torna cada vez mais imprescindível para compreendermos o período e suas táticas de resistência. Ainda que suas memórias sejam cabíveis de inúmeras problematizações por parte de pesquisadores, suas lembranças de um período traumático, como foi o vivido entre 1964 e 1985, permitem a nós um olhar amplo e reflexões acerca da cultura, da sociedade e o ambiente nos quais muitas dessas mulheres estavam inseridas.

Tendo em vista o atual momento que o Brasil vive, em que a cada dia acompanhamos uma nova ameaça a nossa tão frágil democracia, esperamos que pesquisas como a nossa não permitam que correntes que ecoam a volta da ditadura e/ou transgressoras de direitos conquistados com muito sangue e morte voltem a ganhar força e poder no país. A história de vida dessas mulheres aqui apresentadas são apenas três de milhares que foram soterradas ou jamais serão encontradas. Que muito em breve esta obra se torne obsoleta, pois entenderemos que tantas outras foram escritas e trouxeram novas perspectivas para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios da teoria da história. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.
- ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1967.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ARAÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto S. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- ARAUJO, Lauana Vilaronga Cunha de. *Estratégias poéticas em tempos de Ditadura: a experiência do Grupo experimental de Dança de Salvador-Ba*. 2008. 282 fl. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2001
- _____; Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- BAHIA (Estado). Secretaria da Educação e Secretaria de Cultura. *Mortos e desaparecidos baianos: Ditadura militar – direito a memória 50 anos do golpe de 1964*. Salvador, 2014.
- BASTOS, Natalia. *Elas por elas: trajetória de uma geração de mulheres de esquerda no Brasil – anos 1960-1980*. 2007. 138 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- BORDIN, Laura Beal; LORIANNY, Suelen. *Sem liberdade, eu não vivo – Mulheres que não se calam na ditadura*. Curitiba: Compactos, 2013.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

BRASIL, Clarissa. *O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caças aos Comunistas, Brasil, 1968-1981*. 2012. 124 fl. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas corpus: que se apresente o corpo*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRITO, Antônio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. 243 fl. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008.

_____. Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias. In: ZACHARIADHES, G. C.; IVO, AS. et al. (Orgs.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1. pp. 89-114

BRUM, Liniane Haag. *Antes do Passado – O Silêncio Que Vem do Araguaia*. São Paulo: Arquipélago, 2012.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

CANCIAN, Renato. Juventude e participação política: considerações sobre a militância estudantil nos anos 1970. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18 n. 32, p. 203-215, jan./jun. 2014.

CAPPELLE, Mônica. *O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais*. 2006. 378 fl. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CARDOSO, Elisangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*. 2010. 535 fl. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

_____. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011.

CARNEIRO, Ana. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CAROCHA, Maika Lois. A censura musical durante o regime militar (1964-1985). *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 44, p. 189-211, 2006.

CARVALHO NETO, JS. *O II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições*. In: ZACHARIADHES, GC., org. IVO, AS., et al. Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, vol. 1, pp. 259-285

CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque. “Para não dizer que não falei das flores”: Memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985). 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016.

_____. As mulheres brasileiras na ditadura civil-militar: avanços e abordagens em quase quatro décadas de resistência. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, MS, v. 20, n. 36, p. 177-199, jul./dez. 2018.

_____. Do desterro aos porões da ditadura: a memória e as subjetividades de uma militante na resistência política. *Sæculum - revista de história*, João Pessoa, PB, n. 39, p. 295-310, jul./dez. 2018.

CAVALCANTI, Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio- 1964-19??*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: Aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões & debates*, Curitiba, Editora UFPR, n 40, p. 11-36, 2004.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

_____; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: ED. UFGD, 2015.

CONRADI, Carla Cristina N. *“Memórias do sótão”*: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 2015. 267 fl. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. *“A nação que salvou a si mesma”*: Entre memória e História, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974). 2008. 165 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

COSTA, A. A. A.; SANTANA, E. L.; FREIRE, R. S. As mulheres e as marchas da família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. In: MOTTA, Alda Britto da; AZEVEDO, Eulália; GOMES, Márcia (Orgs.). *Reparando a Falta: Dinâmica de Gênero em Perspectiva Geracional*. Salvador: NEIM, 2005, p. 135, v. 10.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. *Memórias das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Ana Alice A.; SANTANA, Ediane Lopes; SOBRAL, Rebeca. As mulheres e as marchas da Família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. In: MOTTA, Alda Britto da; AZEVEDO, Eulália Lima; GOMES, Márcia Queiroz de Carvalho. *Reparando a falta*: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: NEIM/UFBA, 2005. p. 135-151. (Coleções Baianas, 10).

CRUZ, Jaíza Pollyanna Dias da. *“Ou isto ou aquilo”*: implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2013. 195 fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Psicologia -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. *Brasil mulher*: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

DELGADO, Lucíola de A. Neves. *História oral*: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DREIFUSS, Rene Armand. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classes*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

FARIA, Catia. *Revolucionários, bandidos e marginais*: presos políticos e comuns sob a ditadura militar. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de; CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria Josefa Vieira da. Memórias e representações femininas: Ideologias e utopias dos anos 60. *Revista vozes dos vales da UFVJM*, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2012.

FARIAS, José Aírton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)*. 201 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.43-59, jan./jun 2012

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *História da sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

GUGLIANO, Alfredo A. GALLO, Carlos A. Modelos de transição, memória da repressão e políticas de Direitos Humanos no Brasil. *O público e o privado* - Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, n. 18, p. 34-35, jul./dez. 2011.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *Movimento estudantil 68: imagens da paixão*. 1997. 145fl. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Paraná, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

INSUELA, Natália Biachi Reis. *Visões das mulheres na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias (Brasil 1968/ 1971)*. 2011. 220 fl. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2011.

JESUS, Jorge Wilton Pereira de. *Memórias de uma esquerda em transição: militância comunista, espaço e sociedade na Bahia (1974-1991)*. 2008. 189

fl. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus. Ba, 2008.

JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. 2005. 170fl. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

KREUTZ, Lúcio. Os movimentos de educação popular no Brasil, de 1961-1964. 1979. 131 fl. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Departamento de educação, 1979.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Josely Tostes de. O que é justiça de transição. *Revista Projeção, Direito e Sociedade*. Brasília, v. 3, n. 2, pp. 33-44, dez. 2012.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo*, n. 17, p. 63-180, nov. 1998.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964- 1977)*. 2007. 147 fl. Dissertação (mestrado em História social) – Programa de Pós Graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. O Comitê Brasileiro pela Anistia e a transição política nacional. In: CARDOSO, Lucileide C; CARDOSO, Célia (Orgs.) *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador: EDUFBA, 2017

MATOS, Cecília Rebelo. SANTOS, Desirree dos Reis. SILVA, Izabel Pimentel da. “Choram Marias e Clarices no Solo do Brasil”: A Luta Inconclusa dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. *Anais do Seminário Internacional História Contemporânea: Memória, Trauma e Reparação*, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://seminariomemoriatraumaereparacao.weebly.com/anais-do-seminaacuterio.html>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

MEIHY, José C. S. *História oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015

MELO, Demiam Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. Uma versão reduzida deste

texto foi publicada no dossiê sobre os 50 anos do golpe de 1964. *Revista História & Luta de Classes*, Manhauçu, n. 17, pp. 11-21, mar. 2014.

MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs). *Direito à memória e à verdade: luta substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MONCAU, Gabriela. Revolução e paixão na vida admirável de Iara Lavelberg. *Revista Adusp*, São Paulo, p. 61-69, out. 2013.

MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

MOURA, Mariluce. *A revolta das vísceras*. Rio de Janeiro: Codreci, Coleções Edições do Pasquim; v. 125, 1982, p.44

MOURÃO, Mônica. Comunicação clandestina: Redes de comunicação política durante a ditadura militar brasileira. *VII Encontro Nacional de História da Mídia – mídia alternativa e alternativas midiáticas*. 19 a 21 de agosto de 2009. Fortaleza – Ceará, p. 10.

MÜLLER, Angélica. No Caminho ao Retorno Democrático: Greves e Manifestações Estudantis nos Primeiros Anos do Governo Geisel (1974-1975). *Revista do Mestrado de História*, Vassouras, v. 13, n. 2, p. 17-32, jul./dez. 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos pós-graduandos em História. História e Cultura*. Departamento de História, Tradução de Yara Aun Houry, PUC-São Paulo, n. 10, 1981-1993

NOSSA, Leonêncio. *MATA! - O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

O'DONNELL, Guillermo SCHMITTER, Philippe. *Transiciones desde un gobierno autoritário*. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas. Barcelona: Paidós, 1994.

PATTERSON, Rui. *Quem samba – Memórias de um ex-guerrilheiro*. Salvador: EGBA, 2011.

PAULA, Adriana das Graças de. Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os intelectuais. *Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC 2014 – Niterói – Rio de Janeiro*, 2014. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Adriana%20de%20Paula.pdf> Acessado em 25/07/ 2015

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Humanas, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set./dez. 2011.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RANGEL, Lúcia. Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, São Paulo: Unesp, nº 5, vol. 3, pp. 147-152, agosto, 1999.

REIS FILHO, Daniel. A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____, D. A; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

REIS, Débora Ataíde. *Memória(s) militante(s): narrativas Autobiográficas e imagens de resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)*. 2015. 295 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2015.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984* [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013, p. 217.

RIBEIRO, Bruno. *Helenira Rezende e a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Revista Tempo Social*, USP, vol.2 nº 2 São Paulo jul./dez. 1990, p. 113. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v2n2/0103-2070-ts-02-02-0113.pdf> Acesso em: 15/11/2016

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2000.

_____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: Ridenti, Marcelo; Reis Filho, Daniel Aarão; Motta, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.53-65.

SANTANA, Edilane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as 'donas' saem às ruas! In: ZACHARIADHES, GC., org. IVO, AS., et al. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009, vol. 1, pp. 13-29.

SANTOS, Andrea Cristina. *Ação entre amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-973)*. 2004. 253 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Marco Antônio dos. *O papel das fortificações no espaço urbano de Salvador*. 2012. 138 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2012.

SÃO PAULO, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada: Crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Tradução de Rosa Freire Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWENGBER, M. S. MEYER, D. E. Gravidez. In: COLLING, A. M; TEDESCHI, L. A. (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero* (pp. 316-319). Dourados: UFGD, 2015.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura e justiça militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. 2011. 222 fl. Tese (Doutorado em História, política e bens culturais) – Programa de pós-graduação em história, política e bens culturais. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Ângela Moreira Domingues da. Ditadura militar e resistência legal: as memórias de Mércia Albuquerque através do seu diário (1973). *Revista Mosaico*, CPDOC, Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62775/62323>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da *American International Association for Economic and Social Development*: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. *História, Ciências, Saúde*, Mangueiras, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1.695-1.711, out./dez. 2013.

SILVA, Felipe Spadari (Coord.). *Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)*. São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, André Pinheiro de. *Do movimento feminino pela anistia (MFPA-CE) ao comitê brasileiro pela anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*. 2012. 165 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Mestrado Acadêmico em História - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *“Ousar lutar, ousar vencer”*: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: EDUFBA, 2013.

STERN, Steve. “De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico do Chile, 1973-1998”. IN: GARCÉS, Mario; MILOS, Pedro (eds.) *Memorias para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX*. Santiago de Chile: lom, 2000, pp. 11-33.

STUDART, Hugo. *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares Sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Revista Tempo Social; Rev. Social. USP*, S. Paulo, 10(2), p. 63-100, out. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a06>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

TOLOI, Maria Dolores Cunha. *Filhos do divórcio: como compreendem e enfrentam conflitos conjugais no casamento e na separação*. 2006. 186 fl. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós Graduação em Psicologia- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

VIANA, Gilney Amorim. *Glória: mãe de preso político*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ZACHARIADHES, Grimaldi (orgs). *Ditadura militar na Bahia*: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência. Salvador: EDUFBA, 2014. v. 2.

ZACHARIADHES, Grimaldi (orgs). *Ditadura militar na Bahia*: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes, Salvador: EDUFBA, v. 1. 2009.

ZERBINE, Therezinha. *Anistia*: semente da liberdade. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979.

ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In: *Justiça de transição: manual para a América Latina/coordenação de Félix Reátegui*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, 47-72.

SOBRE O AUTOR

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB (2016); Especialista em História dos Movimentos Sociais e Revoluções pela Universidade Estadual de Maringá – UEM (2018); Licenciado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (2014). Atualmente é docente do curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPCX). Juntamente a este desenvolve estudos sobre as Ditaduras que ocorreram na América Latina ao longo do século XX, tendo como foco a ação e a resistência de mulheres no período relacionado ao Brasil a partir de 1964. É membro dos grupos de pesquisa História Oral e Memória; Estudos do Tempo Presente – UNEB; Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades - Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI/ UNESCO) – UFGD.

E-mail: academicoary@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

ações femininas 35
 anistia 10, 13, 17, 26, 36, 39, 88, 89,
 90, 91, 92, 94, 99, 101, 113,
 114, 119, 120, 122, 124, 125,
 127, 154
 anonimato 31
 apoio 5, 21, 24, 33, 52, 64, 65, 66,
 67, 68, 69, 72, 108, 112, 115,
 120
 armadas 39, 53, 89, 110
 assassinatos 12, 17, 116, 132
 ato institucional 24, 60, 67
 autoras 19, 33, 34, 43, 44
 autoritário 12, 49, 52, 90, 124, 128,
 151
 autoritarismo 14, 15, 16, 40, 52, 126,
 128, 155

B

baianas 12, 16, 19, 51, 54, 58, 67,
 88, 104

C

clandestinidade 16, 17, 55, 56, 57,
 66, 67, 68, 72, 75, 76, 77, 78,
 80, 85, 86, 87, 107, 108, 111,
 141, 142
 comportamento 28, 41, 48
 conformismo 56
 conservadores 10, 65, 121, 132
 cultura cristã 28

D

democracia 10, 13, 15, 16, 18, 19,
 22, 47, 52, 54, 61, 101, 102,
 104, 114, 120, 121, 128, 129,
 130, 131, 132, 137, 138, 141,
 143, 144, 145, 148, 151
 democracia moderna 15
 desaparecidos 13, 37, 54, 88, 89, 94,
 95, 105, 112, 122, 125, 126,
 129, 130, 131, 145, 147
 desconfiança 141
 Deus 5, 12, 28, 52, 148
 Dilma Rousseff 10, 15
 direitos 35, 60, 71, 96, 101, 111,
 121, 122, 125, 129, 138, 144
 Direitos Humanos 25, 27, 32, 50, 94,
 95, 97, 106, 115, 123, 124,
 125, 131, 143, 146, 149
 discriminação 11, 135
 discurso misógino 28
 discursos 10, 28, 81, 119, 131, 147
 discussões 20, 22, 26, 30, 33, 34,
 36, 40, 43, 47, 48, 52, 58, 62,
 63, 64, 66, 72, 89, 100
 ditadura 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17,
 18, 19, 21, 25, 26, 29, 30, 31,
 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39,
 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,
 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57,
 58, 59, 61, 65, 66, 69, 70, 71,
 75, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87,
 89, 90, 92, 93, 97, 98, 101,
 103, 104, 107, 115, 120, 121,
 122, 123, 127, 129, 132, 136,

137, 138, 140, 141, 142, 143,
144, 145, 146, 147, 148, 149,
150, 151, 152, 153, 154

E

educação 6, 10, 63, 66, 69, 70, 115,
136, 150
esquerda 11, 12, 24, 30, 32, 38, 39,
40, 41, 42, 43, 44, 47, 53, 57,
61, 63, 64, 75, 84, 92, 107,
109, 123, 135, 143, 145, 146,
149
esquerda antiburguesa 32
estudantes 16, 39, 48, 60, 61, 65, 66,
67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 113
exilados 31, 80
exílio 30, 31, 32, 33, 34, 76, 124,
141, 147, 148

F

feminino 11, 19, 75, 83, 101, 143,
146, 147, 151, 154
feminismo 17, 45, 146

G

gênero 12, 13, 14, 16, 18, 20, 21, 23,
29, 40, 47, 62, 75, 92, 104,
118, 119, 135, 142, 143, 146,
147, 148, 149, 154
golpe 15, 16, 21, 52, 54, 64, 65, 66,
71, 145, 146, 147, 148, 151,
152, 153
governo 12, 16, 24, 25, 28, 31, 32,
48, 54, 63, 64, 65, 66, 72, 76,
89, 91, 92, 98, 107, 115, 128,
131, 132
governo autoritário 12
governo militar 12, 24, 28, 31, 64,

89, 115

grávidas 49
gravidez 49, 82
guerrilha 26, 96, 109, 110, 112, 113,
142, 151

H

história 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16,
19, 21, 22, 27, 33, 34, 35, 37,
38, 41, 44, 46, 52, 54, 55, 57,
58, 81, 85, 86, 87, 91, 102,
104, 106, 109, 123, 124, 127,
128, 136, 138, 144, 145, 147,
151, 152, 153, 154
homens 13, 18, 19, 20, 28, 29, 31,
40, 42, 54, 55, 56, 58, 76, 83,
96, 97, 104, 118, 130, 133,
136

I

ideário político 32, 102, 143
identidades 22, 55, 85, 148
ideologias 60, 92
igualdade 42, 47, 62, 104, 114, 138,
143
impactos 15, 22, 25, 45, 49, 98, 105,
141
imprensa 42, 46, 47, 48, 53, 65, 148,
149
individuais 77, 85
informações 19, 37, 39, 80, 82, 85,
89, 112, 113, 122, 126, 127,
130, 134, 142
instabilidade política 31
J
jovens 16, 38, 48, 57, 60, 61, 62, 63,
64, 67, 69, 103

- L
- liberdade 12, 13, 18, 29, 36, 43, 45,
47, 52, 55, 58, 67, 93, 101,
108, 113, 114, 116, 118, 119,
120, 124, 138, 145, 148, 155
- libertação 56, 105
- liderança 31, 40
- luta 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18,
19, 21, 23, 24, 26, 31, 32, 36,
37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 47,
48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 58,
61, 66, 69, 74, 76, 79, 85, 88,
89, 90, 91, 94, 95, 96, 97,
101, 103, 104, 105, 109, 110,
113, 114, 115, 119, 120, 122,
123, 124, 125, 127, 130, 131,
136, 137, 138, 139, 140, 141,
142, 143, 144, 149, 151, 154
- luta armada 15, 23, 24, 31, 38, 42,
43, 44, 47, 48, 53, 55, 56, 95,
96, 109, 110, 127, 131, 141,
142, 149, 154
- M
- mães 12, 17, 29, 36, 129
- manifestações 48, 52, 70, 95, 131,
132
- masculinizada 56
- maternidade 16, 17, 18, 49, 50, 81,
82, 83, 87, 115, 118, 120,
142, 148
- memórias 14, 15, 20, 22, 23, 25, 26,
28, 30, 31, 34, 43, 45, 50, 58,
61, 64, 72, 74, 78, 85, 92, 94,
103, 106, 114, 120, 123, 131,
133, 136, 144, 153
- militância 12, 16, 17, 18, 19, 24, 25,
26, 30, 34, 36, 37, 40, 43, 44,
45, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57,
58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68,
69, 72, 76, 77, 78, 79, 82,
87, 88, 89, 91, 94, 100, 101,
102, 103, 105, 106, 107, 108,
111, 119, 120, 121, 123, 131,
135, 136, 137, 138, 139, 140,
141, 142, 143, 144, 146, 148,
149, 153
- militâncias 32, 143
- militante 11, 12, 13, 17, 26, 32, 36,
41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53,
57, 68, 70, 77, 80, 83, 87, 94,
102, 103, 105, 110, 114, 115,
120, 122, 126, 137, 139, 140,
143, 147, 152
- militares 10, 12, 21, 24, 25, 35, 36,
64, 65, 66, 73, 92, 94, 98,
109, 110, 112, 113, 114, 122,
125, 127, 128, 129, 131, 132,
133, 136
- misógino 28
- moralizar 28
- mortos 10, 37, 82, 94, 95, 105, 108,
112, 122, 123, 125, 126, 129,
130, 131, 147
- movimentos 13, 17, 21, 24, 25, 29,
36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44,
48, 54, 57, 58, 63, 73, 82, 84,
90, 91, 92, 97, 98, 101, 108,
114, 124, 136, 142, 150
- mulheres 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17,
18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27,
28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35,
36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44,
45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52,
53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 67,

68, 75, 76, 77, 82, 83, 88, 89,
92, 101, 102, 104, 113, 116,
118, 119, 120, 121, 133, 135,
136, 140, 141, 142, 144, 145,
147, 148, 149, 152, 154, 156

O

obras memorialísticas 26, 29, 85
ocupação 39, 133
oposição 25, 28, 39, 44, 47, 48, 49,
58, 61, 73, 76, 96, 121, 128,
148, 151
organizações 12, 39, 44, 47, 53, 56,
61, 63, 94, 110, 122, 125, 135

P

paramilitares 132
partidos 21, 30, 40, 42, 44, 47, 56,
58, 61, 97
período ditatorial 19, 21, 23, 28, 30,
34, 35, 55, 57, 58, 80, 102,
114, 121, 130, 136
personagens 10, 55, 56
poder 10, 13, 21, 24, 51, 70, 75, 79,
81, 92, 93, 118, 128, 132,
144, 146, 148
polícia do estado 84
política 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16,
17, 19, 21, 24, 25, 26, 28, 30,
31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39,
42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51,
53, 54, 58, 60, 61, 63, 64, 66,
68, 69, 70, 73, 75, 76, 79, 80,
81, 82, 83, 86, 88, 91, 92, 97,
98, 99, 100, 101, 102, 103,
104, 105, 106, 108, 111, 115,
116, 120, 121, 122, 123, 126,
130, 131, 135, 136, 137, 138,

139, 140, 141, 142, 143, 146,
147, 148, 150, 151, 152, 153,
154

presidenta 10, 15, 64, 66, 101, 136
presos políticos 25, 31, 35, 36, 93,
100, 129, 130, 148
prisão 16, 30, 35, 54, 66, 70, 75, 76,
83, 84, 86, 87, 88, 89, 93, 94,
95, 96, 97, 98, 100, 124, 131,
132, 134, 141

R

regime 12, 14, 16, 21, 23, 24, 25, 26,
30, 37, 42, 43, 45, 49, 50, 51,
52, 53, 61, 79, 82, 86, 90, 91,
96, 100, 102, 103, 108, 114,
120, 124, 128, 132, 140, 147
relacionamentos 58
representatividade 16, 31, 39, 113,
121, 140
repressão 11, 12, 14, 15, 17, 23, 24,
25, 26, 40, 42, 43, 45, 46, 47,
48, 50, 54, 58, 60, 74, 75, 76,
77, 79, 82, 83, 84, 85, 91, 92,
95, 96, 97, 99, 100, 101, 102,
107, 108, 110, 112, 116, 119,
121, 122, 123, 125, 126, 127,
131, 132, 133, 134, 142, 143,
149, 152
repressão política 11
resistência 12, 13, 14, 15, 16, 21, 25,
26, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 37,
38, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 50,
51, 52, 53, 54, 59, 61, 65, 66,
68, 69, 71, 80, 81, 82, 84, 85,
88, 102, 104, 114, 123, 129,
136, 137, 141, 142, 143, 144,
146, 147, 150, 152, 153, 154,

155, 156
 resistência política 28, 31, 45, 54,
 123, 142, 147
 revolução 21, 38, 41, 57, 60, 63, 67,
 82, 109, 152

S

sexualidade 11, 44, 56, 118, 149
 sociedade 11, 12, 14, 15, 22, 28, 32,
 40, 41, 42, 47, 49, 51, 56, 57,
 75, 85, 94, 95, 104, 107, 116,
 117, 119, 122, 125, 128, 131,
 135, 137, 141, 142, 143, 144,
 145, 147, 149
 subjetividade 22, 36, 45, 51, 55, 70,
 133, 140, 146, 152

T

tabus 56
 tortura 10, 16, 17, 24, 42, 44, 50, 54,
 82, 83, 85, 122, 125, 132, 138
 torturas 12, 15, 31, 49, 50, 83
 trajetória 14, 16, 17, 19, 20, 25, 35,
 45, 47, 75, 106, 121, 142, 145
 transição 15, 16, 17, 24, 25, 26, 93,
 98, 103, 104, 105, 114, 122,
 124, 125, 126, 127, 128, 129,
 131, 142, 149, 150, 155
 truculência 132

U

universitários 16, 60, 63, 66, 97

V

vaidade 55

WWW.PIMENTACULTURAL.COM

**TRÊS MULHERES
E UMA HISTÓRIA**

DE LUTA

**PELA DEMOCRACIA E PELA
LIBERDADE**